



No dia um do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição do Sr. Presidente André Valente Martins (CDU), ausente por motivos de saúde, conforme documento anexo registado sob o n.º 1.

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituído arquivado em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

A Sra. Vereadora Rute Isabel Ramos Perdigão (PPD/PSD) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituído arquivado em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 e 5.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto da Ata n.º 01/2022 - Reunião ordinária de 05 de janeiro de 2022.**
 - 2. Projeto da Ata n.º 02/2022 - Reunião extraordinária de 12 de janeiro de 2022.**
 - 3. Deliberação n.º 1827/2022 – Proposta n.º 14/2022 – GAP – Doação de publicação ao município**
 - 4. Deliberação n.º 1828/2022 – Proposta n.º 15/2022 – GAP – Moção – Por mais e melhores Transportes Públicos, pela redução do preço do Passe Metropolitano e pelo alargamento da gratuidade**
 - 5. Deliberação n.º 1829/2022 – Proposta n.º 16/2022 – GAP – Regulamento de Organização dos Serviços Municipalizados de Setúbal**

6. **Deliberação n.º 1830/2022 – Proposta n.º 17/2022 – GAP – Alteração aos Autos de Transferência de Competências e Recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Freguesia de S. Sebastião, Freguesia do Sado e União das Freguesias de Setúbal para o ano de 2022**
7. **Deliberação n.º 1831/2022 – Proposta n.º 18/2022 – GAP – Alteração aos Autos de Transferência de Competências e Recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Freguesia de S. Sebastião, Freguesia do Sado e União das Freguesias de Setúbal para o ano de 2023**
8. **Deliberação n.º 1832/2022 – Proposta n.º 01/2022 – SMPCB – Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Setúbal**
9. **Deliberação n.º 1833/2022 – Proposta n.º 2/2022 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “AICEP Global Parques”**
10. **Deliberação n.º 1834/2022 – Proposta n.º 1328/2022 – DAF – Alteração de valor no fundo de maneiio do DEB**
11. **Deliberação n.º 1835/2022 – Proposta n.º 1329/2022 – DAF/DICONT/DICOR – Aprovação do mapa da demonstração dos fluxos de caixa / mapa de demonstração de desempenho orçamental**
12. **Deliberação n.º 1836/2022 – Proposta n.º 1330/2022 – DAF – Protocolo de colaboração com a Autoridade Tributária | Direção de Finanças**
13. **Deliberação n.º 1837/2022 – Proposta n.º 1331/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Reversão do direito de superfície constituído sobre parcela de terreno, sítua em Santo Ovídio, Faralhão, Setúbal**
14. **Deliberação n.º 1838/2022 – Proposta n.º 1332/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Reivindicação da posse de parcela de terreno, sítua em Herdade de Mourisca, Setúbal**
15. **Deliberação n.º 1839/2022 – Proposta n.º 1333/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Joaquim Campos, lote 1 – 3.º Dto., em Setúbal**
16. **Deliberação n.º 1840/2022 – Proposta n.º 1334/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta dos Cedros, n.º 10 – C/v Esq., em Setúbal**
17. **Deliberação n.º 1841/2022 – Proposta n.º 1335/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, n.º 7 – 1.º Dto., em Setúbal**
18. **Deliberação n.º 1842/2022 – Proposta n.º 1336/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Liberdade, n.º 36, em Setúbal**
19. **Deliberação n.º 1843/2022 – Proposta n.º 1337/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Vanicelos, n.º 17 – 3.º Esq., em Setúbal**
20. **Deliberação n.º 1844/2022 – Proposta n.º 1338/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 20 - R/C Esq., em Setúbal**
21. **Deliberação n.º 1845/2022 – Proposta n.º 1339/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante Dom Henrique, n.º 24 – 3.º Frt., em Setúbal**
22. **Deliberação n.º 1846/2022 – Proposta n.º 1340/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta do Monte Belo, n.º 16 – 2.º Frt., em Setúbal**
23. **Deliberação n.º 1847/2022 – Proposta n.º 1341/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.º 7 – 1.º E, em Setúbal**

24. *Deliberação n.º 1848/2022 – Proposta n.º 1342/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Doutor Álvaro Gomes, n.º 6 – 4.º Dto., em Setúbal*
25. *Deliberação n.º 1849/2022 – Proposta n.º 1343/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Joaquim Granjo, n.ºs 69, 71 e 73, 2.º Dto., em Setúbal*
26. *Deliberação n.º 1850/2022 – Proposta n.º 1344/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Associação dos Socorros Mútuos Setubalenses, n.º 6 – 1.º, em Setúbal*
27. *Deliberação n.º 1851/2022 – Proposta n.º 1345/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Associação dos Socorros Mútuos Setubalenses, n.º 6 - R/C, em Setúbal*
28. *Deliberação n.º 1852/2022 – Proposta n.º 1346/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Edmundo Bartissol, n.ºs 55 e 57, em Setúbal*
29. *Deliberação n.º 1853/2022 – Proposta n.º 1347/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gonçalo de Abreu, n.ºs 1, 3, 5 e 7 - Beco Gonçalo de Abreu, n.º 2 e Rua Edmund Bartissol, n.º 59, em Setúbal*
30. *Deliberação n.º 1854/2022 – Proposta n.º 1348/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta da Lanchoa, n.º 1 - R/C Esq., em Setúbal*
31. *Deliberação n.º 1855/2022 – Proposta n.º 1349/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Ana Castro Osório, n.º 2 – 1.º Esq., em Setúbal*
32. *Deliberação n.º 1856/2022 – Proposta n.º 1350/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olímpio Moreira dos Santos, n.ºs 9 e 11 – 2.º, em Setúbal*
33. *Deliberação n.º 1857/2022 – Proposta n.º 1351/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Baptista, n.ºs 29, 31, 33, 35 e 37 – 3.º Esq., em Setúbal*
34. *Deliberação n.º 1858/2022 – Proposta n.º 1352/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 12, Rua Bartolomeu Dias, n.º 1 e traseiras Avenida D. Manuel I, n.ºs 38, 40 e 41 – 3.º Esq., em Setúbal*
35. *Deliberação n.º 1859/2022 – Proposta n.º 1353/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Albino, n.ºs 1 e 3 – 1.º A, em Setúbal*
36. *Deliberação n.º 1860/2022 – Proposta n.º 1354/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge Claro, n.º 10 - R/C E, Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 4, em Setúbal*
37. *Deliberação n.º 1861/2022 – Proposta n.º 1355/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 89 – 4.º F, em Setúbal*
38. *Deliberação n.º 1862/2022 – Proposta n.º 1356/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.º 1C – 2.º, em Setúbal*
39. *Deliberação n.º 1863/2022 – Proposta n.º 1357/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís de Camões, lote 1 - Guarda do Pinheiro, em Azeitão*

40. *Deliberação n.º 1864/2022 – Proposta n.º 1358/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Alecrim, n.º 4 – 2.º, em Setúbal*
41. *Deliberação n.º 1865/2022 – Proposta n.º 1359/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Jorge Afonso, n.º 11 – 1.º E F, em Setúbal*
42. *Deliberação n.º 1866/2022 – Proposta n.º 1360/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça Professora Virgínia Rau, n.º 5 – 7.º D, em Setúbal*
43. *Deliberação n.º 1867/2022 – Proposta n.º 1361/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada dos Ciprestes - Quinta da Alegria, n.º 4 – 3.º D, em Setúbal*
44. *Deliberação n.º 1868/2022 – Proposta n.º 1362/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Luz, n.º 2 – 4.º D, em Setúbal*
45. *Deliberação n.º 1869/2022 – Proposta n.º 1363/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante D. Henrique, n.º 6 – 3.º Dto., em Setúbal*
46. *Deliberação n.º 1870/2022 – Proposta n.º 1364/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.ºs 33, 35 e 37 – 1.º, em Setúbal*
47. *Deliberação n.º 1871/2022 – Proposta n.º 1365/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Principal das Praias do Sado, n.º 232, 1.º, em Setúbal*
48. *Deliberação n.º 1872/2022 – Proposta n.º 1366/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fran Pacheco, n.ºs 54 e 56, em Setúbal*
49. *Deliberação n.º 1873/2022 – Proposta n.º 1367/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização Vale do Cobro, lote 15 - C/V, em Setúbal*
50. *Deliberação n.º 1874/2022 – Proposta n.º 1368/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Carvalho Serra, n.º 5 – 2.º B, em Setúbal*
51. *Deliberação n.º 1875/2022 – Proposta n.º 1369/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Agostinho da Silva, n.º 9 - R/C Dto., em Setúbal*
52. *Deliberação n.º 1876/2022 – Proposta n.º 1370/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 65 - R/C Esq., em Setúbal*
53. *Deliberação n.º 1877/2022 – Proposta n.º 1371/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Paraíso - Rua Cidade de Debrescen, n.º 6 – 4.º Dto., em Setúbal*
54. *Deliberação n.º 1878/2022 – Proposta n.º 1372/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Latino Coelho, n.º 1 - C/V, em Setúbal*
55. *Deliberação n.º 1879/2022 – Proposta n.º 1373/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Latino Coelho, n.º 1 - R/C, em Setúbal*
56. *Deliberação n.º 1880/2022 – Proposta n.º 1374/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada do Vale da Rasca, em Setúbal*
57. *Deliberação n.º 1881/2022 – Proposta n.º 1375/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Latino Coelho, n.º 1 – 1.º, em Setúbal*

58. **Deliberação n.º 1882/2022 – Proposta n.º 1376/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Gregório, n.º 1 – 2.º B, em Setúbal**
59. **Deliberação n.º 1883/2022 – Proposta n.º 1377/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Afonso, n.º 5 – 2.º Dto., em Setúbal**
60. **Deliberação n.º 1884/2022 – Proposta n.º 1378/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada do Alentejo, n.º 6 – 12.º Frt., em Setúbal**
61. **Deliberação n.º 1885/2022 – Proposta n.º 1379/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada do Alentejo, n.º 6 – 12.º Frt., em Setúbal**
62. **Deliberação n.º 1886/2022 – Proposta n.º 1380/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Formosa, n.º 43, em Setúbal**
63. **Deliberação n.º 1887/2022 – Proposta n.º 1381/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida de Angola, n.º 10 - SL Esq., em Setúbal**
64. **Deliberação n.º 1888/2022 – Proposta n.º 1382/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge Claro, n.º 4, com traseiras para o Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 3 - R/C E, em Setúbal**
65. **Deliberação n.º 1889/2022 – Proposta n.º 1383/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Mormugão, n.º 45 – 2.º H, em Setúbal**
66. **Deliberação n.º 1890/2022 – Proposta n.º 1384/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale do Cobro, n.º 35, em Setúbal**
67. **Deliberação n.º 1891/2022 – Proposta n.º 1385/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge Claro, n.º 4 – 5.º E, em Setúbal**
68. **Deliberação n.º 1892/2022 – Proposta n.º 1386/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Francisco Biscaya da Silva, n.º 2 – 2.º C, em Setúbal**
69. **Deliberação n.º 1893/2022 – Proposta n.º 1387/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Cidade de Magdeurg, n.º 1 – 1.º Esq., em Setúbal**
70. **Deliberação n.º 1894/2022 – Proposta n.º 1388/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Melros, Lote 6, em Setúbal**
71. **Deliberação n.º 1895/2022 – Proposta n.º 1389/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.ºs 38A e 38B – 3.º Frt., em Setúbal**
72. **Deliberação n.º 1896/2022 – Proposta n.º 1390/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – R. de Santiago, n.º 2 na porta de acesso aos andares superiores, tornejando para a R. Nossa Sr.ª do Amparo, n.ºs 2, 4, 6, 8 e 10 nas portas das lojas e o n.º 12 na porta de serviço, em Setúbal**
73. **Deliberação n.º 1897/2022 – Proposta n.º 1391/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização dos Pinheirinhos, Beco Agostinho Neto, n.º 1 – 2.º Esq., em Setúbal**

74. **Deliberação n.º 1898/2022 – Proposta n.º 1392/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Bombeiros de Setúbal, n.º 13 - R/C Dto, em Setúbal**
75. **Deliberação n.º 1899/2022 – Proposta n.º 1393/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 4, 5, 6 e Rua Jorge Claro, n.ºs 8, 10, 12 e 14 – 2.º, em Setúbal**
76. **Deliberação n.º 1900/2022 – Proposta n.º 1394/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Timor, Lote 57, em Azeitão**
77. **Deliberação n.º 1901/2022 – Proposta n.º 1395/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Garcia Peres, n.º 15 – 1.º Esq., em Setúbal**
78. **Deliberação n.º 1902/2022 – Proposta n.º 1396/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta da Serra - Casais da Serra - Ramada, em Azeitão**
79. **Deliberação n.º 1903/2022 – Proposta n.º 1397/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Antigo Olival, n.º 8 – 1.º E22, em Setúbal**
80. **Deliberação n.º 1904/2022 – Proposta n.º 1398/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida do Alentejo, n.ºs 67, 69 e 71, tornejando para a Rua Camilo Castelo Branco, n.º 214 – 1.º Esq., em Setúbal**
81. **Deliberação n.º 1905/2022 – Proposta n.º 1399/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Doutor José Romão dos Santos Ferro, Lote 29 – 6.º A, em Setúbal**
82. **Deliberação n.º 1906/2022 – Proposta n.º 1400/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ary dos Santos, n.º 7 - R/C D, em Azeitão**
83. **Deliberação n.º 1907/2022 – Proposta n.º 1401/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.º 291 – 2.º Dto., em Setúbal**
84. **Deliberação n.º 1908/2022 – Proposta n.º 1402/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Manuel Gamito, n.º 2 – 10.º recuado Direito, em Setúbal**
85. **Deliberação n.º 1909/2022 – Proposta n.º 1403/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Quatro Caminhos, n.º 10 – 1.º Dto., em Setúbal**
86. **Deliberação n.º 1910/2022 – Proposta n.º 1404/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Hermenegildo Capelo, n.º 3 – 4.º D, em Setúbal**
87. **Deliberação n.º 1911/2022 – Proposta n.º 1405/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Cardoso Pires, n.º 15, em Setúbal**
88. **Deliberação n.º 1912/2022 – Proposta n.º 1406/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Francisco Bingre, Lote 46, em Azeitão**
89. **Deliberação n.º 1913/2022 – Proposta n.º 1407/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Morgado de Setúbal, n.º 16, em Setúbal**
90. **Deliberação n.º 1914/2022 – Proposta n.º 1408/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Perú, n.ºs 68 e 70, em Azeitão**

91. **Deliberação n.º 1915/2022 – Proposta n.º 1409/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ocidental do Convento, n.º 11 - 2.º Dto., em Setúbal**
92. **Deliberação n.º 1916/2022 – Proposta n.º 1410/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos ou Quinta de Canes, em Setúbal**
93. **Deliberação n.º 1917/2022 – Proposta n.º 1411/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Amparo, n.º 16 – 6.º D, em Setúbal**
94. **Deliberação n.º 1918/2022 – Proposta n.º 1412/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Professor Hernâni Cidade, n.º 2 – 4.º B, em Setúbal**
95. **Deliberação n.º 1919/2022 – Proposta n.º 1413/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Antiga Fábrica do Tomate, n.º 5 – 2.º Dto., em Azeitão**
96. **Deliberação n.º 1920/2022 – Proposta n.º 1414/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça da República, n.º 17, em Azeitão**
97. **Deliberação n.º 1921/2022 – Proposta n.º 1415/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 4 – 2.º Dto., em Setúbal**
98. **Deliberação n.º 1922/2022 – Proposta n.º 1416/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bartolomeu Dias, n.º 24 - R/C Esq., em Setúbal**
99. **Deliberação n.º 1923/2022 – Proposta n.º 1417/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lopo Homem, n.º 5 - R/C D, em Setúbal**
100. **Deliberação n.º 1924/2022 – Proposta n.º 1418/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tratado de Tortesilhas, n.º 8 – 2.º Frt., em Setúbal**
101. **Deliberação n.º 1925/2022 – Proposta n.º 1419/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Engenheiro Paulo de Barros, n.º 5 – 1.º B, em Setúbal**
102. **Deliberação n.º 1926/2022 – Proposta n.º 1420/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Maria Emília Barradas, n.ºs 11 e 11A, em Azeitão**
103. **Deliberação n.º 1927/2022 – Proposta n.º 1421/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Maria Emília Barradas, n.ºs 13 e 13A, em Azeitão**
104. **Deliberação n.º 1928/2022 – Proposta n.º 1422/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Hermínio Cunha, n.º 1 – 6.º Dto., em Setúbal**
105. **Deliberação n.º 1929/2022 – Proposta n.º 1423/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Celestino Alves, n.º 4 - R/C D, em Setúbal**
106. **Deliberação n.º 1930/2022 – Proposta n.º 1424/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta da Amizade, Lote 68 – 1.º Esq., em Setúbal**
107. **Deliberação n.º 1931/2022 – Proposta n.º 1425/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Picheleiros Azeitão, em Azeitão**
108. **Deliberação n.º 1932/2022 – Proposta n.º 1426/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Cais, n.º 27 - R/C27, em Setúbal**

109. **Deliberação n.º 1933/2022 – Proposta n.º 1427/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Praceta Pero da Covilhã, n.º 11 – 1.º Esq., em Setúbal
110. **Deliberação n.º 1934/2022 – Proposta n.º 1428/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua das Ameixeiras, lote 194 - R/C Esq., em Setúbal
111. **Deliberação n.º 1935/2022 – Proposta n.º 1429/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Bento Gonçalves, n.º 18 – 1.º C, em Setúbal
112. **Deliberação n.º 1936/2022 – Proposta n.º 1430/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua do Poço, n.º 55, em Azeitão
113. **Deliberação n.º 1937/2022 – Proposta n.º 1431/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua João Eloy do Amaral, n.º 43 – 2.º, em Setúbal
114. **Deliberação n.º 1938/2022 – Proposta n.º 1432/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Praça Professora Virgínia Rau, Urbanização Jardins do Sado, lote 6 – 4.º e 5.º D (duplex), em Setúbal
115. **Deliberação n.º 1939/2022 – Proposta n.º 1433/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Afonso Castro, Lote 19 – 1.º Dto., em Setúbal
116. **Deliberação n.º 1940/2022 – Proposta n.º 1434/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Largo Quinta do Meio, n.º 9, em Setúbal
117. **Deliberação n.º 1941/2022 – Proposta n.º 1435/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Francisco Xavier, Lote 7 - 1º I, em Setúbal
118. **Deliberação n.º 1942/2022 – Proposta n.º 1436/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua da Estefanilha, n.º 15, em Setúbal
119. **Deliberação n.º 1943/2022 – Proposta n.º 1437/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Praceta Dr. José Romão dos Santos Ferro, n.º 28 – 6.º A, em Setúbal
120. **Deliberação n.º 1944/2022 – Proposta n.º 1438/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Dom João II, n.º 6 – 5.º Esq., em Setúbal
121. **Deliberação n.º 1945/2022 – Proposta n.º 1439/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Brejos, Pinhal de Negreiros, Lote 5, em Azeitão
122. **Deliberação n.º 1946/2022 – Proposta n.º 1440/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Libânio Braga, n.º 12 – 2.º Dto., em Setúbal
123. **Deliberação n.º 1947/2022 – Proposta n.º 1441/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Henrique Barros, n.º 5 – 2.º Esq., em Azeitão
124. **Deliberação n.º 1948/2022 – Proposta n.º 1442/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 94 – 1.º Esq., em Setúbal
125. **Deliberação n.º 1949/2022 – Proposta n.º 1443/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Quinta dos Foios, n.ºs 11 e 11A, em Azeitão

126. **Deliberação n.º 1950/2022 – Proposta n.º 1444/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 4 – 1.º Esq., em Setúbal**
127. **Deliberação n.º 1951/2022 – Proposta n.º 1445/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Hermínio Cunha, n.º 1, em Setúbal**
128. **Deliberação n.º 1952/2022 – Proposta n.º 1446/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Fernando Alcobia, n.º 3 – 8.º C, em Setúbal**
129. **Deliberação n.º 1953/2022 – Proposta n.º 1447/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Aquisição de prédio, sito em Rua dos Arcos, n.º 14, Setúbal**
130. **Deliberação n.º 1955/2022 – Proposta n.º 1449/2022 – DAF/DICONT – Aprovação da alteração modificativa n.º 5 ao Orçamento de 2022**
131. **Deliberação n.º 1954/2022 – Proposta n.º 1448/2022 – DOM-DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 09/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para aluguer operacional de 30 viaturas ligeiras de passageiros e 1 viatura ligeira de mercadorias, pelo período de 36 meses**
132. **Deliberação n.º 1956/2022 – Proposta n.º 25/2022 – DOM/DIHAB – Proposta de celebração de protocolo para a implementação do estúdio de som e vídeo “Espaço Nosso Bairro, Nossa Cidade” Bela Vista**
133. **Deliberação n.º 1957/2022 – Proposta n.º 48/2022 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro ao Clube Desportivo Cultural e Recreativo de Gâmbia**
134. **Deliberação n.º 1958/2022 – Proposta n.º 50/2022 – DCDJ/DICUL – Doação de documentos sobre a empresa Movauto - Maria Manuela Furtado Matoso**
135. **Deliberação n.º 1959/2022 – Proposta n.º 51/2022 – DCDJ/DICUL – Concurso Marchas Populares 2022 – Preço e local de venda de bilhetes**
136. **Deliberação n.º 1960/2022 – Proposta n.º 52/2022 – DCDJ/DICUL – Comissão de Festas do Novo Círio da Nossa Senhora da Arrábida – Pedido de apoio financeiro**
137. **Deliberação n.º 1961/2022 – Proposta n.º 53/2022 – DCDJ/DICUL – Comissão de Festas do Senhor Jesus do Bonfim – Apoio financeiro**
138. **Deliberação n.º 1962/2022 – Proposta n.º 54/2022 – DCDJ/DISOC – Aceitação de doações – Atendimento Municipal a Pessoas Refugiadas da Ucrânia**
139. **Deliberação n.º 1963/2022 – Proposta n.º 55/2022 – DCDJ/DIMEF - Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – abril e maio de 2022**
140. **Deliberação n.º 1964/2022 – Proposta n.º 361/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável sobre a ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei 70/2015 de 16 de julho - Processo n.º 439/22**
141. **Deliberação n.º 1965/2022 – Proposta n.º 362/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável sobre a ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei 70/2015 de 16 de julho - Processo n.º 450/22**
142. **Deliberação n.º 1966/2022 – Proposta n.º 363/2022 – DURB – Concessão da licença de construção - Processo n.º 79/22**
143. **Deliberação n.º 1967/2022 – Proposta n.º 364/2022 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção para obras de reconstrução e ampliação de edifício existente - Processo n.º 153/19**
144. **Deliberação n.º 1968/2022 – Proposta n.º 365/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença para construção de garagem e muros de vedação - Processo n.º 349/21**

145. *Deliberação n.º 1969/2022 – Proposta n. 366/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença para construção de moradia unifamiliar com piscina e muros - Processo n.º 430/21*
146. *Deliberação n.º 1970/2022 – Proposta n.º 367/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença para obras de alteração em moradia unifamiliar - Processo n.º 2/21*
147. *Deliberação n.º 1971/2022 – Proposta n.º 368/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença para alterações de moradia unifamiliar existente - Processo n.º 265/21*
148. *Deliberação n.º 1972/2022 – Proposta n.º 369/2022 – DURB/DIGU – Concessão de licença especial de obras inacabadas - Processo n.º 33/19*
149. *Deliberação n.º 1973/2022 – Proposta n.º 370/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção para alterações em edifício multifamiliar - Processo n.º 60/61*
150. *Deliberação n.º 1974/2022 – Proposta n.º 371/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 520/21*
151. *Deliberação n.º 1975/2022 – Proposta n.º 372/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem e muro de vedação - Processo n.º 94/22*
152. *Deliberação n.º 1976/2022 – Proposta n.º 373/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 80/22*
153. *Deliberação n.º 1977/2022 – Proposta n.º 374/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em moradia - Processo n.º 509/21*
154. *Deliberação n.º 1978/2022 – Proposta n.º 375/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alpendre e piscina - Processo n.º 67/22*
155. *Deliberação n.º 1979/2022 – Proposta n.º 376/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura – Legalização de anexo, telheiro e piscina - Processo n.º 32/22*
156. *Deliberação n.º 1980/2022 – Proposta n.º 377/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de piscina, anexo e canil - Processo n.º 497/21*
157. *Deliberação n.º 1981/2022 – Proposta n.º 378/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de moradia - Processo n.º 427/21*
158. *Deliberação n.º 1982/2022 – Proposta n.º 379/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para construção de três edifícios destinados aos usos de comércio, serviços e restauração - Processo n.º 550/21*
159. *Deliberação n.º 1983/2022 – Proposta n.º 380/2022 – DURB/DIGU – Aprovação condicionada do projeto de arquitetura para construção de uma moradia unifamiliar - Processo n.º 1/22*
160. *Deliberação n.º 1984/2022 – Proposta n.º 381/2022 – DURB/DIGU – Legalização de moradia unifamiliar, licenciamento de moradia unifamiliar e muro de vedação confinante com a via pública - Processo n.º 114/21*
161. *Deliberação n.º 1985/2022 – Proposta n.º 382/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 220/21*
162. *Deliberação n.º 1986/2022 – Proposta n.º 383/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 73/18*

163. *Deliberação n.º 1987/2022 – Proposta n.º 384/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 95/21*
164. *Deliberação n.º 1988/2022 – Proposta n.º 385/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 101/21*
165. *Deliberação n.º 1989/2022 – Proposta n.º 386/2022 – DURB/DIGU – Indeferimento do licenciamento da legalização de telheiros - Processo n.º 340/19*
166. *Deliberação n.º 1990/2022 – Proposta n.º 387/2022 – DURB/DIGU – Informação prévia, ao abrigo do art.º 14º do RJUE, para realização de operação de loteamento – Processo n.º 15/22*
167. *Deliberação n.º 1991/2022 – Proposta n.º 388/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de planta de síntese de alvará de loteamento - Processo n.º 811/95*
168. *Deliberação n.º 1992/2022 – Proposta n.º 389/2022 – DURB/DIGU – Aprovação às alterações ao alvará de loteamento n.º 8/97 - Processo n.º 837/96*
169. *Deliberação n.º 1993/2022 – Proposta n.º 390/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do RJUE - Processo n.º 34/21*
170. *Deliberação n.º 1994/2022 – Proposta n.º 391/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 150/21*
171. *Deliberação n.º 1995/2022 – Proposta n.º 392/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de reconstrução, alteração e ampliação - Processo n.º 25/21*
172. *Deliberação n.º 1996/2022 – Proposta n.º 393/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura – Alterações de fachada e mudança de uso - Processo n.º 86/21*
173. *Deliberação n.º 1997/2022 – Proposta n.º 394/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção, referente à alteração e ampliação da edificação - Processo n.º 101/20*
174. *Deliberação n.º 1998/2022 – Proposta n.º 395/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de demolição, alteração, ampliação e reconstrução da edificação habitacional - Processo n.º 20/21*
175. *Deliberação n.º 1999/2022 – Proposta n.º 396/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reconstrução, alteração de edifício habitacional - Processo n.º 112/20*
176. *Deliberação n.º 2000/2022 – Proposta n.º 397/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reconstrução e alteração de edifício habitacional - Processo n.º 421/20*
177. *Deliberação n.º 2001/2022 – Proposta n.º 398/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 13/87 - Processo n.º 228/77*
178. *Deliberação n.º 2002/2022 – Proposta n.º 399/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria - Processo n.º 234/18*
179. *Deliberação n.º 2003/2022 – Proposta n.º 400/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 20/22*
180. *Deliberação n.º 2004/2022 – Proposta n.º 401/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 37/22*
181. *Deliberação n.º 2005/2022 – Proposta n.º 402/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 39/22*
182. *Deliberação n.º 2006/2022 – Proposta n.º 403/2022 – DURB/DIMOT – Implementação de sinalização vertical de “proibição de exceder a velocidade máxima de 30 km/h.” e horizontal, na Rua Carmelindo Elias*

- 183. Deliberação n.º 2007/2022 – Proposta n.º 404/2022 – DURB/DIMOT – Memorando de entendimento entre o Município de Setúbal e a Bolt para a instalação e operação de sistema de trotinetes elétricas de uso partilhado na cidade de Setúbal pelo período adicional de 12 (doze) meses – Prolongamento**
- 184. Deliberação n.º 2008/2022 – Proposta n.º 405/2022 – DURB/DIMOT – Alterações à Deliberação Municipal n.º 1252/2022, de 6 de abril - Modelo de mobilidade e acesso às praias do concelho de Setúbal “Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2022”**
- C) Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete da Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 7.
- b) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito dos departamentos de Recursos Humanos (DRH) e de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 8 e 9.
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), conforme documento anexo registado sob o n.º 10.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vice-Presidente – Informou que o senhor Presidente da Câmara, por motivos de saúde, - daqueles que todos conheciam e que tem afetado as nossas vidas nos últimos dois anos -, estava naquele dia impedido de estar ali, portanto, cabia-lhe conduzir a reunião da Câmara.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que em primeiro lugar, desejava um rápido restabelecimento ao senhor Presidente da Câmara, e que os pudesse acompanhar em breve, nas futuras reuniões.

Disse que já ali tinham falado sobre a inauguração dos estaleiros de obras, já ali tinham falado sobre o anúncio de obra, sem terreno garantido para executar, e naquele dia iriam falar sobre a falta de pagamento de obra estandarte do município. No passado dia 20 de maio, a empresa Arquijardim, tinha enviado um email, ao Gabinete de Apoio à Presidência, de que tinha dado conhecimento aos Vereadores do Partido Socialista, solicitando uma reunião com o senhor Presidente. Essa reunião teria como propósito, garantir o pagamento de duas faturas referentes à empreitada de requalificação da envolvente ao Convento de Jesus, com os valores respetivamente de catorze mil e vinte e cinco euros e quarenta e quatro centimos mais IVA, e de quarenta e cinco mil e setenta euros e dez centimos mais IVA. Duas faturas de uma obra concluída e inaugurada em 2020. Já lá iam quase 2 anos, duas faturas que totalizavam, sensivelmente, cinquenta e nove mil euros mais IVA, ou seja, setenta e dois mil seiscientos e oitenta e sete euros e cinquenta e um centimo, e de acordo com a empresa, durante todo o ano de 2021, a melhor informação que tinha obtido tinha sido que os procedimentos se encontravam para cabimentação. O que não deixava de ser estranho, tendo em conta que a empreitada tinha sido concluída no ano anterior, e que a necessidade

de cumprir com os pagamentos decorrentes da obra executada, era, necessariamente, do conhecimento do executivo.

Há poucos meses, tinha questionado sobre os valores em dívida, a uma outra empresa, da área da segurança, que também lhes tinha feito chegar a informação de que teria dificuldades em proceder à cobrança de valores em dívida, naquele caso a justificação para o atraso de pagamentos, seria a falta de conferência das faturas. De justificação em justificação, a verdade era que as dívidas a fornecedores têm vindo a acentuar-se, e bastava olharem para a Prestação de Contas, que recentemente ali tinham votado.

Entendiam que já era tempo de passar das desculpas aos atos, de passar das justificações para os atrasos, o efetivo pagamento das dívidas contraídas e, nesse sentido, questionou por que motivo uma empreitada realizada em 2020 estava por pagar em maio de 2022. O que é que já tinha sido feito, no sentido de regularizar o incumprimento do município, para com aquele fornecedor. E quando é que a situação estaria integralmente regularizada.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que a sua intervenção tinha dois propósitos, o primeiro era assinalar que aquele dia era o dia 1 de junho, Dia Mundial da Criança, data em que se promovia a reflexão sobre os direitos das crianças, nomeadamente, usufruir de um futuro digno e risonho, independentemente da raça cor, sexo, religião e origem.

O Dia Mundial da Criança tinha sido comemorado pela primeira vez em 1950, e à data pretendia chamar a atenção, para a situação que se vivia após a 2.ª Grande Guerra Mundial, onde todas as crianças do mundo enfrentavam grandes dificuldades, a alimentação era deficiente e os cuidados médicos eram escassos. Com a criação daquele dia, tinha sido reconhecido o direito ao afeto, ao amor, à compreensão, a uma alimentação adequada, a cuidados médicos, a uma educação gratuita, à proteção contra todas as formas de exploração, e crescer num clima de paz, e fraternidade. À presente data assinalar que um pouco por todo o mundo, havia crianças que não viam cumprido o seu direito a estar protegidas, como a criança devia estar, que não brincavam como uma criança devia fazer, que não estudavam porque as suas escolas tinham sido destruídas, que não tinham o que comer, e não descansavam porque viviam em cenários de guerra. A paz era um direito interrompido.

A Unicef estimava, desde o início da guerra na Ucrânia, 5,2 milhões de crianças precisavam de ajuda humanitária, além das que tinham morrido, e tinham ficado feridas em ataques.

Relativamente àquele dia, quis deixar ali uma pequena homenagem às crianças, com poema de Fernando Pessoa:

*“Quando as crianças brincam
E eu as oiço brincar,
Qualquer coisa em minha alma
Começa a se alegrar.*

*E toda aquela infância
Que não tive me vem,
Numa onda de alegria
Que não foi de ninguém.*

*Se quem fui é enigma,
E quem serei visão,
Quem sou ao menos sinto
Isto no coração”.*

A outra questão, tinha a ver com uma situação que tinha sido reportada, por moradores da Avenida Dr. António Rodrigues Manito, frente à entrada principal do Estádio do Vitória. Esses moradores tinham lhes feito chegar a sua preocupação, relativamente à situação de trânsito. Tinha sido marcado estacionamento, que facilitava muito quem ali habitava, segundo os

próprios, no entanto, tinha-se criado uma armadilha, potencialmente grave, que colocava em grande risco quem ali residia, ou quem ali circulava, em concreto, o tracejado no centro da via, entre as rotundas da Galp, e a dos escritores, que permitia a ultrapassagem nos dois sentidos. Segundo os moradores, uma viatura que estivesse a sair de uma garagem, de uma dessas casas, e que se quisesse dirigir para a Galp, além de ter pouca visibilidade, pelas viaturas estacionadas, verificava-se um risco elevado de colisão frontal, com uma viatura que estivesse legalmente, em manobra de ultrapassagem. Assim sendo, solicitavam a análise pelo serviço competente da situação exposta, isso caso disso, a correção da situação.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que relativamente àquela questão, ela era conhecida dos serviços, e estava a ser avaliada para considerar se devia ser alterada ou não.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinha cinco assuntos para levantar, naquela reunião da câmara, para os quais a bancada do Partido Socialista esperava obter resposta, até porque duas das questões que iam ser levantadas, uma tinha a ver com Azeitão, e outra tinha a ver com a União de Freguesias de Setúbal, e como estavam ali os presidentes de junta de freguesia, que aproveitou para saudar, certamente que iriam conseguir obter uma resposta. Ou se não conseguissem obter uma resposta, levantavam a questão para que ela viesse a ser resolvida.

Começaram pela questão das Juntas de Freguesia. Na freguesia de Azeitão, tinham tido nos mandatos anteriores uma descentralização de competências, que têm sido prática, pelo anterior Presidente, tinha sido ela que tinha potenciado isso, na Câmara de Setúbal, e tinha sido algo bastante positivo, a delegação de competências, nas juntas de freguesia. Tinha sido algo que se foi refletido, nomeadamente em Azeitão, a nível da limpeza, da higiene urbana, tinha sido algo que foi resultante. Aquilo que se verificava, e não sabia qual a razão, não estava a dizer que tinha a ver com a alteração da Presidente da Junta, não estava a pôr isso em causa, mas a verdade era que talvez, por falta de meios, pelo atual contexto, não sabia, mas a verdade era que tinham algumas zonas em Azeitão, nomeadamente em Brejos de Azeitão, em que a delegação de competências não estava a funcionar na área da limpeza. Não sabia quanto tempo levava a erva a crescer, não sabia se levava um, dois, três meses, não sabia qual era o tempo que levava a crescer, a verdade era que tinham bairros em Azeitão, nomeadamente, em Brejos de Azeitão, em que a erva já passava praticamente os muros, tinha fotografias e podia provar. Portanto, efetivamente existia uma falta de atuação, por parte da Junta de Freguesia, em bairros de Brejos de Azeitão, e que era preciso corrigir. Aquilo já se arrastava há vários meses. Era uma situação que nunca tinha acontecido, nos mandatos anteriores, e com a anterior Presidente de Junta, mas que estava a acontecer naquele momento.

Portanto, pedia à Câmara Municipal de Setúbal, e uma vez que estava ali a Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, para ter em atenção, porque a Rua das Laranjeiras, a Rua da História Portuguesa, a Rua da Padaria, a Rua Nova da Jardía, eram ruas em que as ervas já passam os muros das casas. Acreditava que as ervas levassem algum tempo a crescer, ao já passarem os muros das casas, e tinha com ele fotografias, era porque efetivamente, há vários meses que os serviços não passavam por ali. Era uma situação que urgia corrigir, porque nunca tinha acontecido.

Quis falar, também, numa outra questão que estava a acontecer na União de Freguesias de Setúbal. Não tinha tanto a ver com a Junta da Freguesia, acreditava que tivesse mais a ver com a Câmara Municipal de Setúbal, e tinha a ver com uma questão de estacionamento selvagem, que estava a acontecer naquele momento nas traseiras da Rua de São Joaquim, e Rua de Vanicelos. Em que, numa questão levantada pelos Vereadores do Partido Socialista, em mandatos anteriores, a anterior Presidente tinha atuado, e colocou sinais de proibição de estacionamento, e de passagem proibida. Naquele momento aquilo que se verificava era um estacionamento abusivo, nas traseiras da Rua de São Joaquim, e na Rua de Vanicelos, em que o estacionamento era um estacionamento selvagem, e que tinha de ser corrigido. Pensava que a culpa não estivesse tanto na Junta de Freguesia, mas que estivesse mais na Câmara Municipal, que era quem tinha essa responsabilidade. Era algo que convinha os

serviços verificarem, e tentarem corrigir, porque era algo não que não estava certo, e estava a criar enorme transtorno, a quem ali residia.

Não sabia se a senhora Vice-Presidente iria conseguir responder, naquela reunião, a uma questão que iria colocar, provavelmente o atual Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, estaria em melhores condições para responder, uma vez que era Presidente da Câmara, e também Presidente da Associação dos Municípios da Região de Setúbal, mas poderia a senhora Vice-Presidente ter resposta. Havia uma dívida, uma dívida enorme, por parte da Câmara Municipal de Setúbal, à Associação de Municípios. Portanto, existia uma dívida, da parte da Câmara Municipal, à Associação de Municípios. Essa dívida nunca tinha sido assumida pela Câmara Municipal. A anterior Presidente Dra. Maria das Dores Meira, tinha recusado, mesmo, a existência dessa dívida, nunca a tinha assumido, e tinha recusado pagar. Portanto, existia uma dívida da parte da Câmara Municipal, que nunca tinha sido assumida, que não tinha sido paga. Aquilo que tinham conhecimento era que essa dívida, que existia, depois do ato eleitoral de setembro passado, tinha começado a ser paga. Portanto, o lema que tinham por parte da CDU, que era *Vamos Continuar Setúbal*, tinha deixado de existir, porque não iam continuar, estavam a descontinuar. Portanto, o que tinham naquele momento, não era um continuar, mas era um alterar daquilo que uma posição daquilo que era uma posição da Câmara Municipal de Setúbal.

Aquilo que perguntavam era o que tinha acontecido. Se nos mandatos anteriores, a AMRS dizia que existia uma dívida, e a Câmara Municipal de Setúbal não conhecia essa dívida. Era negada, pela anterior Presidente, naquele momento, essa dívida tinha começado a ser paga. Não acreditava que fosse pelo atual presidente da Câmara Municipal de Setúbal ser o Presidente, naquele momento, da AMRS, não acreditava, que fosse isso que estivesse em causa, obviamente que não, mas teria existido um novo parecer, uma nova alteração da fundamentação que existia, para que essa dívida atualmente estivesse a ser paga. E, segundo tinha informação, ela estava praticamente paga.

Aquilo que perguntava, era o que é que tinha acontecido.

Disse que estava a fazer a sua intervenção e estava a ter alguns comentários por parte do Chefe de Gabinete do senhor Presidente da Câmara Municipal.

Sra. Vice-Presidente – Disse para o senhor Vereador prosseguir.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não ia prosseguir, enquanto estava a ser incomodado por parte de Assessores da Câmara Municipal, que eram avançados, que estavam a receber o seu vencimento, pela Câmara Municipal e, enquanto um Vereador estava a falar interrompiam esse Vereador.

Sra. Vice-Presidente – Disse para o senhor Vereador fazer o favor de prosseguir, porque tinha condições para prosseguir.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que se o senhor Chefe de Gabinete, e os seus assessores estivessem calados, conseguia continuar com a sua intervenção. Esperava não ser interrompido.

Intervenção ininteligível

Sr. Vereador Fernando José – Disse que depois do senhor Chefe de Gabinete, também o senhor Vereador Pedro Pina, tinha resolvido fazer aquela interrupção.

Intervenção ininteligível



Sr. Vereador Fernando José – Disse que percebia, que eram números que eram feitos.

Aquilo que a bancada do Partido Socialista queria perceber, era que alteração substancial tinha sido aquela na fundamentação, que era aduzida pela anterior Presidente, no sentido de não pagar aquela dívida, de não reconhecer essa dívida, e que de um momento para o outro, ou seja, nem mais de dois meses depois, essa dívida tinha sido assumida, pela Câmara Municipal de Setúbal e, naquele momento, estava a ser paga. Isso era algo que tinha que ser ali, efetivamente, esclarecido.

E porque, na última reunião da Câmara, não tinha sido esclarecido pelo senhor Vereador Pedro Pina, porque tinha dito que não tinha que esclarecer, uma vez que não era o vereador que tinha esse pelouro, com aquela responsabilidade, e muito bem, aquilo que a bancada do Partido Socialista esperava, naquele dia, ser esclarecida tal como tinha acontecido durante os últimos 12, 14, 15, 16 anos, era que sempre que a anterior Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Dra. Maria das Dores Meira, se deslocava ao estrangeiro, em representação das *Mais Belas Baías do Mundo*, era sempre trazido ali, a reunião da Câmara, um relatório dessa atividade. O senhor Vereador, em substituição, substituto, Ricardo Oliveira, tinha estado em Miami, naquela terra de capitalistas, em representação da Câmara Municipal de Setúbal, no sentido de representar Setúbal nas *Mais Belas Baías do Mundo*. Já tinham passado duas reuniões da câmara, e não tinham obtido nenhum esclarecimento sobre a participação do senhor Vereador, substituto, em substituição, nesse evento. Portanto, tal como acontecia com a anterior Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Dra. Maria das Dores Meira, que sempre esclareceu, em reunião da câmara, as suas viagens e as suas participações, esperavam que naquele dia, ali, isso também fosse esclarecido.

E, terminou fazendo uma pergunta direta e um apelo, ao senhor Vereador Carlos Rabaçal. Havia um projeto que era importante e que tinha uma mais-valia evidente para o concelho de Setúbal, que tinha a ver com a requalificação de habitação municipal, e não só, e isso estava a acontecer em vários bairros da cidade, do concelho. A informação que tinha sido colocada nas portas dos moradores tinha criado alguma desconfiança ou alguma dificuldade de perceção. Tinham sido solicitados dados, nomeadamente, a indicação das senhas de acesso ao Portal das Finanças e de acesso ao Portal da Segurança Social, e outra informação que estava a causar enorme desconfiança junto dos moradores. Sabia que existiam prédios, vários prédios, onde nenhum dos moradores tinha entregue qualquer tipo de documentação. Consideravam que aquele projeto que estava em curso, era um projeto que trazia uma mais-valia ao concelho de Setúbal. Consideravam que tinha existido, muito sinceramente, uma falta de comunicação por parte da Câmara Municipal de Setúbal, junto dos moradores. Era isso que lhes tinham dito. Os moradores telefonavam-lhes e entravam em contacto com eles, demonstrando falta de informação e desconfiança com o processo. Traziam ali, a informação que lhes tinha sido transmitida pelos moradores e um apelo, para que a Câmara Municipal de Setúbal promovesse, efetivamente, junto desses moradores, uma reunião ou várias reuniões, que esclarecessem a bondade daquele processo. Porque efetivamente era um bom processo, mas por dificuldade na comunicação, não sabia se de quem tinha recebido a informação ou de quem a transmitiu, a verdade era que aquilo não estava a correr bem. A informação que tinham era que aquilo não estava a correr bem, e se não corresse bem seria uma oportunidade perdida, para o Concelho de Setúbal. Aquilo que transmitiam, naquele dia ali, era essa preocupação e o apelo para que, por parte da Câmara Municipal de Setúbal, existisse um novo contacto com os moradores, no sentido de explicar melhor todo aquele processo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que antes de responder à questão que lhe tinham colocado diretamente, quis falar de um outro assunto que também tinha a ver com a habitação e tinha que ver com a Quinta da Parvoíce e o Programa Porta de Entrada.

O processo da Quinta da Parvoíce e o Porta de Entrada estavam a funcionar normalmente. Havia uma dificuldade muito grande de encontrar habitações, para alojar as pessoas. Os preços eram muito elevados quando apareciam. Os proprietários tinham reservas em alugar às pessoas, concretas, da Quinta da Parvoíce. A Câmara Municipal tinha feito uma carta de

conforto para todos os proprietários. A Câmara Municipal tinha decidido fazer também um seguro de responsabilidade civil tendo em conta as condições potenciais de degradação das casas. E, em última análise, o município teve que em mais do que uma situação solicitar ao IHRU alterações ao programa, para se poder resolver o problema e o IHRU tinha aceitado as alterações que tinham vindo a propor até ao momento. Uma das alterações - e que estava a permitir resolver o problema - tinha sido garantir que o município alugava e subalugava. Portanto, o programa era um programa em que as pessoas encontravam casa, alugavam a casa e o IHRU pagava a renda. A situação atual era que a Câmara estava a alugar, os municípios recebiam a verba do IHRU, a Câmara pagava ao proprietário e o IHRU pagava ao município. Era assim que estava a decorrer e tinha sido a única forma que tinham encontrado, tinha sido uma alteração ao Programa Porta de Entrada. O Programa Porta de Entrada era a primeira vez que estava a ser utilizado de forma substantiva, no país inteiro. Tinha sido utilizado pontualmente na Madeira, a propósito da derrocada de umas árvores que tinham morto umas pessoas, mas de uma forma de grande dimensão era a primeira vez que estava a ser usado. O próprio IHRU também estava a aprender a fazer aquilo e não estava a ser fácil de resolver o problema, seria mais fácil se as casas estivessem mais baratas. As rendas estavam entre os 700 euros e os 900 euros. Já tinham tido situações em que famílias tinham dito que o IHRU pagava até um certo teto, se fosse preciso mais 20 euros, a família metia essa diferença, para ficarem com a casa. Tinham falado com o IHRU sobre isso e o IHRU esteve de acordo.

Estavam numa fase em que tinham conseguido encontrar um grande proprietário de fogos, de habitações, tinha três prédios em Setúbal, e estavam a negociar a possibilidade de utilização desses prédios para o programa. Iam fazer uma reunião com eles para a próxima semana, para ver se conseguiam uma evolução. Já tinham tentado outros planos, outras hipóteses de construção precária, ou de alocação em habitações precárias, também já tinham tentado isso, pré-fabricados, pré-fabricados bonitos, mas pré-fabricados bonitos e confortáveis, eram caríssimos, afinal não era assim tão barato como que tinham pensado. Os pré-fabricados, tipo contentor de obra, não eram coisas simpáticas, também não queriam ir por esse caminho. Também tinham tentado o alojamento local, tinham feito um esforço muito grande, tinham encontrado uma solução, mas era uma solução muito cara e implicava que o município acabasse por pagar algum dinheiro. Iam precisar da compreensão de todo o Executivo, na medida em que, no Programa Porta de Entrada, em princípio, o município não tinha que meter dinheiro fresco em nada, mas as soluções que tinham encontrado, todas elas, implicavam que o município, também, contribuísse com dinheiro. Não ia ser possível fazer de outra maneira, tendo em conta que o IHRU já tinha esgotado legalmente todas as capacidades de resposta, a não ser que, enfim, houvesse uma deliberação do governo que alterasse o próprio programa, para assumir a resolução integral dos custos que aquele processo ia ter.

Portanto, era um processo bastante difícil, o IHRU limitava-se a pagar, não fazia mais nada, quem acompanhava as famílias, avaliava as famílias, era o município. Quem estava a emparedar as casas era o município, quem ia demolir as casas era o município. Tinham feito um trabalho muito duro com o SEF no sentido de garantir a legalização e a regularização da situação das pessoas. Havia muitas pessoas com situações que não estavam completamente regularizadas. O SEF tinha sido completamente disponível e até garantiu uma equipa para os ajudar de uma forma especializada. Iam reunir com a Segurança Social, a ver se haviam casas da Segurança Social que pudessem dar uma ajuda, mas numa primeira abordagem não tinha dado grande resultado.

Naquele momento, tinham uma situação de quadro geral de 3 famílias alojadas com o IHRU a pagar, 16 famílias alojadas com a Câmara a pagar, que o IHRU ainda não estava a pagar e tinham mais 8 famílias que estavam com o processo fechado com casa definida e atribuída para protocolo. Portanto, se fizessem as contas dava cerca de 27 famílias.

A solução que estavam a adotar com esse promotor privado tinha que ver com os casos isolados, as famílias da Quinta da Parvoíce, daquele espaço, tinham 45 famílias que eram unifamiliares, que eram de uma pessoa, eram casos isolados e Setúbal não tinha T1.

Portanto, o que acontecia era que o IHRU não aceitava que as pessoas ficassem alojadas em casas que não T1. Para ultrapassar esse processo havia uma possibilidade que era a do IHRU pagar T1 pelo valor máximo da sua área, visto que a área contava e alugarem T2, e alguém tinha de assumir a diferença de um T1 para T2.

Portanto, deu aquelas notas assim com aqueles pormenores que era para que todos tivessem a compreensão clara de que aquele processo era um processo complexo. Mas era um processo que tinha de andar rápido. Estavam a fazer um esforço muito grande, até porque o espaço da Quinta da Parvoíce ia ter uma construção própria, construção essa que envolvia renda acessível por parte do IHRU e 92 fogos de renda apoiada, promovida pela Câmara, onde no essencial iriam ficar os membros da Quinta da Parvoíce ou, enfim, havia outras hipóteses, mas essa questão ia-se colocar assim. Portanto, era um espaço para construir, era um espaço para urbanizar e era muito importante que saísse rapidamente, visto que o concurso que estava em marcha, para os projetos e depois para a construção daqueles fogos, na Quinta da Parvoíce, estava em alta velocidade e era uma parceria IHRU e Município.

Portanto, havia todas as boas razões, sendo que a principal era dignificar as condições de vida daqueles moradores, mas havia outras razões também, essa dignificação também passava por construir casas novas, que eram ali, portanto, o realojamento tinha que ser mais rápido.

Deu aquela nota, estavam com alguma esperança de que aquele processo, com aquele promotor imobiliário os ajudasse a resolver mais rapidamente o problema, sobretudo no caso dos T1, que era um caso muito complicado de resolver, visto que em Setúbal não havia mesmo T1, além de não haver casas em geral, T1 ainda havia menos.

Portanto, era aquele o quadro, tinha-se comprometido numa reunião anterior, com os senhores Vereadores do PS, a trazer ali aquela informação, eventualmente fariam uma informação escrita a breve prazo, mas era para terem aquela nota. Iriam fazer uma reunião de *follow-up* com todos os parceiros envolvidos, para ver que medidas complementares tinham de ser tomadas.

No arranque, tinha sido muito difícil, porque as regras do IHRU não permitiam alojar essas pessoas. Só para ter uma ideia, uma alteração que tinha sido decidida, pela senhora Secretária de Estado, é que numa situação de alojamento urgente, e em risco, as exigências de dados de elementos, de informação das famílias, eram maiores do que o alojamento normal em 1.º Direito, na habitação pública corrente, portanto, isso teve de ser corrigido em sede de IHRU.

Quis dar nota daquela complexidade, de que as coisas estavam a ser acompanhadas e estavam a ser tratadas.

Em relação à questão colocada pelo senhor Vereador Fernando José, referente à habitação pública, disse que o que estava em marcha em Setúbal era uma revolução na habitação pública, do ponto de vista quer da reabilitação, quer do ponto de vista da construção, essa é que era a questão central. Esse processo tinha sido feito em reuniões sucessivas, como o senhor Vereador tinha falado, e bem, era importante reunir com os moradores, já tinham feito mais de 100 reuniões com os moradores. O que se passava era que eles tinham feito reuniões com os moradores de todos os prédios, que iam ser objeto de reabilitação, prédio a prédio. Tinham recolhido opiniões dos moradores sobre o tipo de reabilitação que entendiam mais adequada, entregaram essa informação aos projetistas, os projetistas elaboraram os projetos e reuniram com os projetos, outra vez, com todos os prédios, um a um, incluindo com uma hipótese de seleção e escolha de organização da cozinha, cor da cozinha e cor dos azulejos da casa banho, tinha sido feito prédio a prédio. Tinha sido uma ronda de 85 reuniões, mais outra ronda de 85 reuniões, e ainda iam fazer mais outra ronda de reuniões que tinha que ver com aquela matéria. A par das reuniões, prédio a prédio, também tinham feito reuniões plenárias. Conhecia aquilo que o senhor Vereador tinha falado, eram 3 moradoras da Manteigada, que conhecia, que tinham dito que não davam os seus dados a ninguém. Mas que dados é que estavam em causa? Eram os dados que o IHRU solicitava para que fosse informada a candidatura.

O senhor Vereador tinha referido uma coisa, que não correspondia à verdade, e que tinha sido perguntada por um jornal, já tinha sido respondida e tinha saído a resposta no jornal, que tinha que ver com o acesso aos dados fiscais. Os dados fiscais eram acessíveis através de uma senha, que as Finanças tinham, e que era pessoal e intransmissível. Tinham um conjunto de moradores que não sabiam ler nem escrever e que tinham pedido ajuda para se fazer o processo de acesso à senha, que lhes era enviado pessoalmente para casa, que era reservada, e que eles acionavam para fazerem o acesso à sua informação e escreverem no Portal das Finanças o que permitia ao IHRU ter acesso a essa informação. Portanto, a Câmara em nenhuma circunstância tinha acesso a essa senha, isso não tinha pés nem cabeça, em nenhuma circunstância.

Portanto, o que tinha sido colocado de aviso nos prédios, tendo em conta que era necessário obter as senhas e cada um tinha que as obter para si próprio, obter a informação fiscal, obter outras informações, depois das várias reuniões, colocaram-se editais para informar aqueles que não tinham ido às reuniões de que tinham que ir à Câmara, à habitação, entregar essa informação. Em relação ao acesso à senha era um problema do próprio, não tinham acesso a isso.

Conhecia, sabia o que estava a dizer, mas quando falava na senha, era a senha que tinha de obter para ele e não para a Câmara.

Portanto, tinha sido dito ao morador que tinha de ir buscar a sua senha, ter acesso à sua senha, para autorizar o IHRU a ter acesso aos dados deles, nem era a Câmara, era o IHRU, eles iam dizer ao IHRU que tinham acesso, era assim que estava e era assim que eram as regras, e era assim que estava a funcionar, ali e em qualquer município.

(vozes em fundo)

Sra. Vice-Presidente – Disse que às vezes costumavam pedir um momento, achava que ia pedir ao senhor Vereador Carlos Rabaçal esse momento. Não queria prejudicar a intervenção do senhor Vereador que estava a ser extremamente importante, para compreenderem aquele problema da habitação, mas pedia aos senhores Vereadores, se fizessem o favor, de estarem em silêncio.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a informação disponível era aquela. Sempre que tinham comunicações a fazer aos moradores, reunião com os moradores, faziam sempre isso, era uma prática. Tinham milhares de reuniões por ano, 3200 reuniões por ano. Faziam reuniões com os moradores e quando não conseguiam tocar todos os moradores, porque não iam todos às reuniões, afixavam editais com a informação.

Repetiu que o edital que tinha sido colocado, tinha sido a solicitar às pessoas que:

Ponto 1 – Fossem entregar a sua própria documentação à Câmara;

Ponto 2 – Fossem buscar a sua senha para autorizar o IHRU a ter acesso à informação.

Nem era a Câmara a ter acesso, era o IHRU a ter acesso. Era assim que funcionava e era assim que estava a funcionar.

Disse que nos balanços que faziam sobre aquele processo do PRR, na Área Metropolitana, Setúbal era reconhecida como um município de ponta, no tratamento com os moradores. Era talvez o único município que reunia, como eles reuniam com os moradores e era o município que tinha uma listagem de atas, que podiam fornecer, se fosse caso disso, dessas reuniões, com o que as pessoas disseram, que tinham sido enviadas aos projetistas, etc. e isso ia continuar assim.

Portanto, iam prosseguir aquele trabalho, de contacto sistemático, informação sistemática, relação sistemática e iriam respondendo a essas dúvidas que apareciam por aí. O que o senhor ali tinha colocado, e ia dizer novamente, tinha-lhe perguntado um jornalista que tinha falado com uma das pessoas, das três que conhecia que tinham dito que não davam os dados a ninguém, tinham um morador ou outro que nem os dados atualizava, para atualizar a renda, mas isso eram problemas de outro tipo, eram coisas que tinham de tratar, que havia ali uma Vereadora do PS que conhecia bem, que sabia do que estava a falar. Portanto, eram

casos muito difíceis e complexos de lidar, e esses casos complexos de lidar às vezes davam coisas dessas, depois havia sempre a procura de uma coisa qualquer. Felizmente, podia haver um engano qualquer, mas não tinha havido engano nenhum, era um comportamento, que não era adequado em função da necessidade de informação que tinha sido colocada. Podia dizer mais, alguma da informação que o IHRU estava a pedir, eles tinham-na, mas não a podiam dar, e não davam, eram as pessoas que davam, era assim que funcionava, e era assim que estava montado, e era assim em todo o lado. Não era da Câmara de Setúbal era de todas as câmaras.

Em síntese, quis referir as questões do programa, iam apresentar até meio de junho, 4 candidaturas no valor de 60 milhões de euros, para reabilitação da Alameda das Palmeiras, continuação das Manteigadas, Forte da Bela Vista, que era aquele que mais os preocupava, e Quinta de Santo António. E iam fazer um segundo lote, de mais 4 bairros, e um terceiro lote com os últimos bairros no montante global de mais de 200 milhões de euros. Além da construção dos 500 fogos de habitação de renda apoiada e os 1500 fogos que o IHRU ia construir de renda acessível, era uma grande operação.

Disse, também, que se se dessem ao trabalho, visto que tinham contactos, de ler as preocupações da Área Metropolitana de Lisboa, que dizia:

Ponto 1 – O prazo é impossível - está escrito é um documento oficial, tem de ser alargado;

Ponto 2 – O financiamento é impossível – tem de ser alargado;

Ponto 3 – O financiamento da renda acessível não existe, é por empréstimo – entendem que deve ser por fundo perdido;

Depois em relação a tempos para os projetos....”

No fundo, o que dizia a Área Metropolitana era que aquele programa era um programa que estava com uma grande dificuldade de arranque e dizia a área toda, não era “este ou aquele” município, eram todos os partidos que ali estavam representados e a maioria eram socialistas, todos diziam a mesma coisa. E mais do que isso, diziam que só no final do atual ano é que alguns teriam projetos para apresentar, para começar a arrancar, e só no próximo ano é que teriam projetos para concurso de obra. Setúbal, ia apresentar 4 candidaturas agora, tinha projetos prontos e ia arrancar rapidamente. Setúbal era no conjunto da Área Metropolitana, com mais 3 ou 4 municípios, dos municípios que estavam mais avançados naquela matéria, apesar de fazerem isso com trabalho intenso junto das pessoas.

Portanto, achava que era importante valorizar muito aquela realidade. Era evidente que havia sempre dissonâncias, mas isso fazia parte da vida, e só quem não estava no terreno é que não conhecia isso.

Portanto, era um programa de estava a avançar e estavam a fazer um esforço, junto dos nossos trabalhadores que tinham tido um trabalho notável no sentido de acelerar os projetos, todos os processos, para estarem o mais rapidamente prontos, para mais rapidamente poderem ir às candidaturas, e mais rapidamente poderem garantir o financiamento para Setúbal, visto que as necessidades que tinham eram grandes e tinham que ser respondidas naquela altura.

Sr. Vereador Paulo Calado – Referiu que tinha participado, naquele dia, na qualidade Vereador na viagem inaugural da Carris Metropolitana, que era importante para a mobilidade do Concelho de Setúbal. Agradeceu ao senhor Presidente, na pessoa da senhora Vice-Presidente, o facto de terem sido convidados, enquanto vereadores da oposição para estarem presente.

E quis abordar aquele tema ali, na perspetiva do cidadão, na perspetiva do setubalense, daquele que usufruía da cidade, que ali morava e que tinha que se debater com aquilo que era o trânsito do dia a dia.

Relativamente a um conjunto de artérias, na cidade de Setúbal, que tinham sido alvo de investimento e de intervenção no mandato anterior, e que consideravam que, de facto, não tinha corrido bem. E não tinha corrido bem porque se tentava imitar. Tentava-se ver como os outros faziam. Era um bocadinho como aquelas pessoas deslumbradas que tentavam ver como se fazia na casa dos outros, tentavam imitar na deles e, depois não corria bem.

Ter ruas estreitíssimas nas vias de maior circulação, onde uma pessoa que parasse por uma razão qualquer, para deixar alguém, porque havia muito tráfego, uma ambulância não passava, era um inferno. Era um inferno o que se passava na Avenida Independência das Colónias, o que se passava no conjunto de outras artérias como a Alexandre Herculano, etc., etc. era ao final da tarde e ao início da manhã.

Sabiam bem que a cidade de Setúbal, naquilo que eram as horas, fora da hora de ponta, se circulava com alguma normalidade. Não era por terem melhores transportes públicos, como esperavam que viessem a ter, com aquela nova concessão, que resolvia aquele problema. Como já tinha dito ali várias vezes, relembrando isso, estavam numa cidade, que estava cercada pela serra, pelo rio e pelo Estuário do Sado ou pelas zonas rurais. Viviam ali cerca de 90 mil pessoas, cujo automóvel não se podia fazer desaparecer por artes mágicas. As pessoas ou usavam o automóvel ou tinham de o deixar à porta de casa. Se o utilizavam para se deslocar, atendendo àquelas intervenções que tinham sido feitas, algumas delas com patrocínio de investidores no concelho e não por empreitada adjudicada pela Câmara, ou por sua obra própria, como era o caso daquela via junto ao Bonfim, que era a Alexandre Herculano, - levava a que estivesse mais degradada, mas enfim, não era essa a questão naquele momento -, a questão era que tinham tornado a vida dos nossos concidadãos num inferno.

Infelizmente, eles não tinham tido parte ativa naquilo, eles oposição, naquele caso pensava que podia falar em nome do PS e do PSD, não tinham tido parte ativa naquilo e a verdade era que as pessoas eram fustigadas com esses problemas, todos os dias.

Relembrou que tanto os veículos que precisavam, os veículos de emergência, fossem ambulâncias, veículos das autoridades policiais não conseguiram circular nessas vias nas horas de maior tráfego, como os senhores que, obviamente agora, como era habitual, tinham o diapasão das questões ambientais, lembrava que o pára-arranca era talvez das questões que mais impacto tinha em termos ambientais numa cidade, era isso que levava àquela intervenção.

Relembrou também, por último, que muitas dessas intervenções tinham sido feitas para criar lugares de estacionamento, que anteriormente já existiam, mas eram no fundo, pinturas em cima da calçada e que presentemente se tinham transformado em verdadeiros lugares que iam ser parqueados muito em breve. Portanto, estava ali o resultado daquela intervenção.

Não quis deixar de mencionar que, obviamente, havia responsabilidades técnicas naquilo, mas a responsabilidade política era a última. Quem decidia, quem dizia que sim, quem não tinha a capacidade de antever os problemas era, no fundo, o responsável final, e eram os senhores da CDU.

Quis deixar aquela menção, porque já não era a primeira vez que o fazia ali intervenções sobre assuntos, que pareciam menores, que pareciam assuntos sem importância, e que lá mais à frente eram lembrados e, como presentemente, até tinham a possibilidade não só de ficar em ata mas também ficar gravado, quis deixar isso, mais uma vez, aliás, não era a primeira vez que fazia uma intervenção sobre aquele tema, mas para dizer a sua preocupação sobre aquele tipo intervenções, que não faziam sentido nenhum, numa cidade como Setúbal. Tinham de adaptar as soluções às características do local onde estavam a fazer a intervenção, naquele caso a cidade de Setúbal. Aquilo não fazia sentido. Pensava que deveria ser revisto e devia-se tentar arranjar uma solução técnica. Não era compreensível o que se passava. As pessoas sofriam tempo e tempo no trânsito, sem que isso fizesse sentido nenhum. Se fossem a ver, havia trânsito naquelas artérias, e não havia trânsito em mais sítio nenhum na cidade. Havia um congestionamento que era criado artificialmente.

Quis deixar aquela menção, sabia que não era do pelouro da senhora Vice-Presidente, mas para memória futura, que era para não dizerem que não tinham dito, que não tinham avisado. A verdade era que as pessoas estavam a começar a perder a paciência com aquele tipo de intervenções.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Começou por solicitar à senhora Vice-Presidente que todos os vereadores que estavam em efetividade de funções naquela Câmara Municipal, fossem tratados com o respeito que as suas funções mereciam.

Nunca se atreveria a tratar o senhor Vereador Paulo Calado ou a senhora Vereadora Rute Perdigão, por vereadores substitutos. Achava que era falta de educação, falta de lisura. Portanto, solicitava que a forma como se tratavam, naquelas reuniões da Câmara, fosse a forma que o órgão que era a Câmara Municipal de Setúbal merecia.

Em segundo lugar, solicitou que os serviços da Câmara, apurassem de forma correta, o cumprimento do regimento e da lei, nomeadamente, sobre a substituição de vereadores em funções. E que essa questão fosse clara para todos, e que o cumprimento das regras, que estavam previstas na lei, sobre a substituição de vereadores em efetividade de funções, o regime da suspensão de mandato simples, e por aí fora, fossem cumpridos e respeitados, por aquela Câmara. Pensava que o órgão que era, a Câmara Municipal de Setúbal, merecia esse mesmo respeito.

Em segundo lugar, disse ao senhor Vereador Fernando José, que tinha de melhorar as suas fontes, porque as suas fontes estavam a informá-lo de forma incorreta e era importante esclarecer ali na reunião da câmara, que tinha estado presente na feira global de cruzeiros, a convite da APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, por deliberação, da Associação Baía de Setúbal, não por qualquer decisão ou deliberação, quer do senhor Presidente da Câmara ou da Câmara Municipal de Setúbal. E tinha sido nesse estatuto que tinha estado presente. Não tinha qualquer problema e tinha todo o gosto de informar...

(vozes em fundo)

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que não sabia se estava a contar alguma anedota ou alguma piada, mas teria todo o gosto de informar, já que tinha havido uma curiosidade em saber, que tinha estado, a convite da APSS, por deliberação da Direção da Associação Baía de Setúbal, estava presente em ata daquele órgão, e que tinham estado, como no passado tinha sido feito, exatamente no mesmo certame, para contactar com armadores e agentes de navegação relativamente à promoção do Porto de Setúbal, para se desenvolver em Setúbal.....

(vozes em fundo)

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Perguntou ao senhor Vereador Fernando José se havia algum problema porque como não estava com o microfone ligado, aquele tipo de bocas, não apareciam no público que os estavam a ver em casa, mas poderia fazer a descrição. Disse que tinha estado calado e tinha o hábito de estar calado a assistir nas reuniões. O senhor Vereador estava muito nervoso e não percebia a razão para tal acontecimento. Se quisesse uma pausa podiam fazer uma pausa.

Tal como no passado, tinham estado a contactar com armadores e agentes de navegação, para trazer ao Porto de Setúbal, à Baía de Setúbal, à zona da Arrábida, pequenos cruzeiros, grandes iates e os chamados grandes veleiros, para promover a região de Setúbal, naquele segmento turístico, que era um segmento de alta qualidade, que tinha um incremento de elevado valor acrescentado na atividade turística da nossa região.

Aproveitou para dizer que tinham sido bastante bem-recebidos e, portanto, estavam em negociações, por via da Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra, nos próximos anos, um conjunto de operações daquele segmento de elevada qualidade e de um turismo de pessoas de elevado rendimento. Pensava que era valorizador para a região, para os agentes económicos, para a animação turística da região e para a hotelaria em geral da nossa região.

Também era importante clarificar que nunca tinha havido, por parte da Câmara de Setúbal, no anterior mandato, uma rejeição de qualquer tipo de dívida relativamente à Associação de Municípios da Região de Setúbal. O que tinha havido, como acontecia noutras ocasiões, tinha sido um apuramento e um encontro de responsabilidades e estavam, naquele momento, num

processo de apuramento do final do valor e de negociação da resolução dessas mesmas responsabilidades.

Não sabia quem é que tinha informado que a câmara tinha pago a dívida ou estava quase a acabar de pagar a dívida. O que a Câmara, entretanto, tinha feito num processo que estava em conclusão do apuramento de responsabilidades, era o pagamento de mensalidades que correspondiam aos serviços que estavam assumidos entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação de Municípios da Região de Setúbal, como o conjunto dos outros municípios da Associação de Municípios da Região de Setúbal, que tinham aderido ao serviço do Setúbal Península Digital, era puramente isso e nada mais.

Quando quisessem saber algumas questões podiam perguntar, não valia a pena lançar falsas informações ou informações incorretas sobre a Câmara Municipal de Setúbal, que não ficava bem.

Sra. Vice-Presidente – Disse que, naquele momento, já estavam ali para uma segunda ronda, estavam praticamente com uma hora de reunião, pediu a compreensão de todos. Ia dar a palavra a todos os que se tinham inscrito, mas solicitou que fossem breves, para poderem prosseguir.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, relativamente ao senhor Vereador, em substituição, Ricardo Oliveira, tinha mudado a sua forma de ver, aquela forma de estar, não só na Câmara Municipal como até na Assembleia da República, porque ainda, há pouco tempo, o senhor Vereador Ricardo Oliveira se dirigia ao Vereador Fernando José, a sua pessoa, enquanto Vereador em substituição, no mandato anterior e também enquanto deputado em substituição na Assembleia da República. As coisas mudavam, - *o vento vai e vem* -, e atualmente o Vereador Fernando José era vereador efetivo, naquela Câmara Municipal, não tinha mais nem menos direitos do que o Vereador Ricardo Oliveira, como já não tinha anteriormente, mas também era deputado eleito diretamente na Assembleia da República. Portanto, - *o vento vai e vem* - e era preciso ter algum cuidado com aquilo que tinham afirmado no passado, porque podia vir a atingi-los no futuro e o senhor Vereador Ricardo Oliveira não tinha tido esse cuidado no passado e, naquele dia, tinha ido ali e muito bem, fazer aquela intervenção.

Quanto à sua deslocação a Miami, tinha tido alguma dificuldade em dizer que lá tinha estado, tinham ficado esclarecidos, sobre a forma em que lá tinha ido e da forma em que tinha estado em representação da Câmara Municipal de Setúbal. Referiu que, a anterior Presidente da Câmara, tinha sempre o cuidado, nas suas deslocações ao estrangeiro, depois de entregar um relatório aos vereadores da oposição, coisa que passado quase um mês, o senhor Vereador Ricardo Oliveira, também assessor naquela Câmara Municipal, ainda não tinha tido o cuidado de fazer chegar aos vereadores da oposição. Agradeciam que fizesse chegar esse relatório.

Para terminar, dirigiu-se ao senhor Carlos Rabaçal e disse que não era bem assim, como o senhor Vereador tinha dito. Não sabia a que três moradores é que se tinha referido porque os moradores que tinham ido falar com eles não eram do bairro que o senhor Vereador se tinha referido. Portanto, tinham ficado a saber que existiam outros três, além dos vários que tinham falado com eles. Portanto, existia efetivamente uma falta de comunicação. Aquilo que reconheciam era uma mais-valia do projeto para o concelho, mas uma falta de diálogo, uma falta de comunicação. Aconselhou o senhor Vereador a verificar aquilo porque já no passado, tinham levantado algumas questões, enquanto vereadores da oposição, que não estavam a tempo inteiro, na Câmara Municipal de Setúbal, não tinham pelouros, e que lhes tinha sido dito, que não tinham razão nenhuma naquilo que tinham dito, que o diálogo era permanente com centenas, milhares de reuniões, e depois tinha-se vindo a verificar que, efetivamente, os vereadores que até estavam ali - *a fazer uma perninha* - porque estavam na oposição e estavam a tempo inteiro noutras funções, porque era daí que ganhavam a sua remuneração, tinham razão, porque estavam atentos, viviam na cidade e tinham razão naquilo que diziam, porque eram contactados pela população.

Portanto, chamava a atenção para que fosse verificar porque aquilo que tinha sido afixado na porta dos moradores era, e passou a ler para o senhor Vereador não ter dúvidas, era o seguinte:

“Aviso

Realiza-se na próxima quinta-feira, dia 28, entre as 10h e as 12h e das 14h às 16h30, uma visita dos técnicos da Câmara Municipal de Setúbal e habitações do Bairro das Manteigadas, - aquele tinha sido no Bairro das Manteigadas, mas tinham havido outros, que não tinham sido no Bairro das Manteigadas - para recolha de documentação, para o processo de candidatura para as obras nos apartamentos. Os documentos devem ser entregues, neste horário, na salinha - a tal salinha -, na Rua João Augusto Rosa – e então vamos ver quais é que são os documentos que têm que ser entregues – Cartão do Cidadão, B.I., autorização de residência de todos os membros do agregado familiar – seria bom saber, a entrega daqueles documentos, se a nível da proteção de dados, estava tudo previsto – Notas de liquidação do IRS, relativo ao ano de 2021, senhas pessoais de acesso aos Portais das Finanças, e Segurança Social. – Para que não restassem dúvidas, voltou a referir: “documentos que devem ser entregues, na salinha:

- Senhas pessoais de acesso...

Intervenção ininteligível

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a senha não tinha valor nenhum, se quisesse quando a reunião terminasse dava-lhe a sua senha de acesso das finanças e da segurança social. Questionou se estavam a brincar.

Intervenção ininteligível

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o que aquilo ali dizia era: “Devem ser entregues neste horário, na salinha, as senhas pessoais de acesso aos portais das finanças e da segurança social”.

Intervenção ininteligível

Sr. Vereador Fernando José – Disse que era o que estava afixado na porta das pessoas, tinha o documento com ele e o senhor vereador estava a dizer que não.

Intervenção ininteligível

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não acontecia, mas era o que estava a ser pedido. O que estava a dizer porque percebia a lógica em termos de terreno aquilo que estava a ser feito, percebiam, mas aquilo que tinha sido afixado na porta das pessoas tinha sido aquilo, não dissesse que não, tinha sido aquilo que tinha sido afixado, tinha o documento com ele. O que solicitavam era que a Câmara Municipal voltasse a falar com os moradores, voltasse a explicar a bondade daquele processo, porque efetivamente aquele processo, e reconheciam, era uma mais-valia para o concelho. E era um desperdício, para o concelho de Setúbal, se não conseguissem aproveitar aqueles fundos que vinham para requalificar as habitações. Existia, efetivamente, uma falta de comunicação. Aquilo que solicitavam era que voltassem a falar com os moradores, que voltassem a explicar a bondade daquele processo, e explicar o porquê da necessidade de entregar aquela documentação, era só isso.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que queria protestar pela continuidade de falta de respeito pela forma como o senhor Vereador Fernando José, que ainda para mais era deputado da Nação, deputado da República, e, portanto, mais responsabilidades assumia perante todos, da forma como se dirigia aos vereadores daquela Câmara.

Quis repetir que não tinha estado em representação da Câmara Municipal de Setúbal, tinha estado em representação da Associação Baía de Setúbal, que era uma associação, que tinha uma direção, e tinha ido por deliberação dessa mesma direção. E para que não houvesse “bocas, por aí”, e não houvesse comentários nem “disse que disse, por aí, pelos vistos, atualmente começa a ser habitual”, nalguma forma e prática de fazer política, que muito o entristecia, quis clarificar, que não tinha recebido um cêntimo, da Câmara Municipal de Setúbal, naquela representação. As suas despesas, tinham sido apenas as despesas da deslocação da viagem e de alojamento, e tinham sido totalmente assumidas pela Associação Baía de Setúbal, no seu orçamento, nas suas contas, que seriam a devido tempo apresentadas à Câmara, tendo em conta a relação que a Câmara Municipal de Setúbal, tinha com a Associação Baía de Setúbal. Portanto, escusava de fazer comentários e de lançar boatos, porque não estava nas contas da Câmara Municipal de Setúbal qualquer despesa de representação do Presidente da Associação Baía de Setúbal, era uma representação da Associação Baía de Setúbal. Portanto, que ficasse por ali aquela conversa, para serem sérios e, também, para serem levados com seriedade.

Por isso, solicitava a todos os vereadores da Câmara que dúvidas sobre aquela questão as colocassem, mas que ficasse claro, na Câmara e para todas as pessoas, que as despesas que tinha assumido na representação da Associação Baía de Setúbal eram assumidas pela Associação Baía de Setúbal, não eram despesas da Câmara Municipal de Setúbal. Portanto, esperava que alguma forma que em tempos mais recentes tinha começado a surgir de política de comentário e de boca e de passar falsas informações e notícias falsas sobre a Câmara por ali não fizesse caminho.

Sra. Vice-Presidente – Disse ao senhor Vereador que as dúvidas tinham sido colocadas e o senhor Vereador tinha respondido, pelo que pensava que estava respondido. Estava a tentar organizar a reunião, tendo em conta os pedidos de intervenção e tinha achado que o senhor Vereador Paulo Calado seria a seguir, pelo que queria dar a indicação de que seria a Sra. Vereadora Rita Carvalho. Ainda ficariam a faltar os senhores Vereadores Carlos Rabaçal, Paulo Calado e Joel Marques pelo que pedia compreensão para a utilização dos tempos.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que, respondendo às questões que tinham sido colocadas, tanto pela bancada do PSD como do PS, retorquia com uma questão a ambas as bancadas: “O que está em causa é uma má decisão ou uma má utilização que se faz do espaço público, relativamente à questão do estacionamento caótico na Rua de São Joaquim e relativamente às possibilidades quando, eventualmente, acontece parar na faixa de rodagem?” Não era tão eventualmente quanto isso, era muitas vezes. Reafirmava que não podia acontecer e reafirmava que não tinha sido uma opção técnica, era uma opção política, era uma opção estratégica da Câmara. Queriam uma cidade para as pessoas, com condições para a circulação pedonal, com condições para a circulação em mobilidade reduzida, obviamente com condições para o transporte individual, mas não em privilégio do transporte individual, em detrimento daquilo que era a qualificação do espaço público e pedonável. Portanto, não era uma opção técnica, era uma opção estratégica.

Sabiam que, numa 1.ª fase, de facto, havia problemas e esses problemas resultavam, em grande medida, da má utilização. Por outro lado, e para que constasse - até porque, como tinha dito o Vereador Paulo Calado, naquele momento as reuniões eram gravadas - o diapasão das causas ambientais era um diapasão que era deles, que era reafirmado e que achava que era inevitável ser de todos e reafirmado por todos.

Por outro lado, gostaria de questionar o Vereador Paulo Calado sobre a questão que tinha colocado de uma intervenção feita por um promotor particular. As intervenções que eram feitas em espaço público por promotores particulares eram feitas por contrato de urbanização previsto na lei, nos termos do RJUE, como bem sabia, e só aconteciam porque a Câmara prescindia de receber a taxa e era executada, ainda no decurso da operação urbanística em particular, uma obra na dimensão da taxa. Era só para clarificar essas questões.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que aproveitava para responder a vários vereadores e, também, ao Vereador Ricardo Oliveira, porque, de facto, sabia que não tinha sido com ele, mas aproveitava, também, para dizer que, às vezes, era muito desagradável quando estavam a fazer determinadas afirmações e chamavam nomes às pessoas que estavam a intervir quando não estavam ali, quando estavam na bancada. Isso já tinha acontecido e, inclusivamente, tinha acontecido com ele, numa sessão da Assembleia Municipal no mandato anterior.

Relativamente à questão que lhe tinha sido colocada, se bem tinha entendido, o que estava a mencionar era que, aquando das obras do Auchan ou do Alegro, tinham sido feitas obras, nomeadamente na Avenida Alexandre Herculano, que julgava que não teriam tido a devida fiscalização, porque, se fossem ver naquele momento, o tipo betuminoso ou o tipo de asfalto que lá estava já estava muito desgastado para o período de uso que tinha tido e isso demonstrava que, efetivamente, se calhar, não tinha sido feito ou com os materiais que deveria ter sido ou, eventualmente, sem a fiscalização devida, atendendo a que estava ali um promotor que nos estava a dar uma ajudinha e nós não tínhamos que fazer a empreitada devida.

Aproveitava para lembrar, também, noutro tema, que o Fórum Municipal de Setúbal, para escândalo de muitas pessoas, tinha sido feito através de uma empreitada particular de uma associação chamada Liga dos Amigos do Fórum, que, inclusivamente, tinha pessoas com responsabilidades, até, no plano judicial, na direção e que, basicamente, foi financiado com dinheiros públicos da Câmara Municipal. Portanto, tinha resposta para todas essas questões. Aquele tipo de obra, por lei, era, necessariamente, feito por empreitada de obra pública. Era isso que estava a dizer e era a isso que estava a responder. Como é que essas coisas aconteciam e não tinham a devida atenção? Achava curioso, principalmente em Setúbal. Setúbal, de facto, não era o Entroncamento, Setúbal é que era a terra dos fenómenos, porque aconteciam essas coisas e não conhecia que acontecessem noutros locais.

O Fórum Municipal Luísa Todí, para ele, tinha sido o expoente máximo desse tipo de atuação, que tinha sido, aliás, muito apanágio de anteriores executivos e da Sra. Presidente da Câmara, em particular. Era verdade que em alguns casos tinha funcionado, mas não podiam só olhar para o resultado final, ou seja, *“os fins não justificam os meios”*. Era uma frase muito antiga que se aplicava a quase tudo.

Pensava que tinha respondido à pergunta da Sra. Vereadora Rita Carvalho, mas não tinha sido por causa disso que tinha pedido para intervir, tinha sido porque não tinha percebido bem a resposta do Vereador Ricardo Oliveira sobre a pergunta que tinha sido feita pelo Vereador Fernando José, relativamente a uma dívida que não tinha percebido se existia ou não existia. Gostaria de perceber que dívida era essa com a Associação dos Municípios da Península de Setúbal, segundo tinha percebido, e gostaria que fosse clarificado o que é que estavam a falar em concreto.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, na sequência da intervenção inicial do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, sobre o Programa Porta de Entrada e as dificuldades em encontrar alojamento para as famílias da Quinta da Parvoíce, o Senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha referido que faltavam T1 e ele diria que era um problema que percorria todas as tipologias. Os T1 seriam, talvez, aqueles mais difíceis de encontrar porque seriam também aqueles dos quais tinha existido menos construção e, portanto, era natural que houvesse menos oferta. Ora, o Município dispunha de um imóvel, que era a Casa das Quatro Cabeças, que tinha sido inicialmente destinado, após a recuperação, pelo menos seria essa a intenção, a alojamento de estudantes. Naquele momento era um alojamento turístico e era composto por 3 estúdios com capacidade para alojar 3 pessoas, no máximo 2 adultos, e por um duplex com capacidade para até 6 hóspedes, no máximo de 4 adultos. Todos os apartamentos estavam, naturalmente, mobilados, por se destinarem a fins turísticos, dispunham de casas de banho privativas, dispunham de cozinhas equipadas. Portanto, gostaria de questionar se tinha sido equacionado – e, se tinha sido, porque é que não tinha sido utilizado -, se não tinha sido, porque é que não tinha sido equacionada a utilização desse edifício para fazer o alojamento

dessas famílias, atendendo à dificuldade que, naturalmente, existia e que era compreensível. Enfim, dentro daquilo que era o património imobiliário do Município que estava recuperado e habitado e com condições de habitabilidade, poderiam realojar, no imediato, até 4 agregados familiares. Portanto, parecia-me que era relevante de perceber porque é que o Município procurava, tendo as naturais dificuldades em encontrar fora, no mercado, imóveis com essas características quando tinha dentro do seu património imóveis disponíveis que poderiam ser alocados ao realojamento desses agregados.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que ia só fazer referência a uma coisa que lhe tinha escapado pouco antes, que eram as ruas de Azeitão onde estavam ervas muito altas. Tinha ouvido quais as ruas e, por acaso, pelo menos algumas delas, eram ruas onde tinha havido uma intervenção recente de renovação da rede de águas. Admitia que durante o período da obra não tivesse havido limpeza. Não estava a meter a foice em seara alheia, mas os nomes das ruas tinham-lhe feito lembrar que essas ruas tinham tido intervenções recentes de renovação da rede e admitia que isso pudesse ter dificultado a acessibilidade.

O senhor Vereador Paulo Calado estava um bocadinho catastrófico. Tinha-se referido a Setúbal e ao trânsito em Setúbal como *“um inferno”*. Achava que o senhor vereador não sabia exatamente o que era um inferno, se soubesse o que era um inferno não usaria esse termo. E, depois, tinha dito que Setúbal estava *“cercada pelo mar e pela serra”*: Não estava cercada, estava lindamente rodeada. Tinha usado uns termos *“assim”*, mas percebiam, era para carregar a tinta. Setúbal estava rodeada de uma serra linda e de uma baía fantástica.

Tinha razão numa coisa, claramente, que era o facto de a Avenida Alexandre Herculano, que não tinha sido por empreiteiros privados em contrato de urbanização, tinha sido feita por uma empresa privada contratada pela Câmara e numa empreitada da Câmara, tinha, numa zona da rua, na confluência com a Rua Almeida Garrett, abatimentos e uma dificuldade de piso. Estava decidido e já estava programada uma intervenção, que iria apanhar quase uma centena de metros naquela zona, para cobrir essas irregularidades, que não existiam no resto da rua. Portanto, tinha sido bem observado, mas estava a ser tratado, estavam a resolver.

Em relação às questões que tinham sido colocadas, relativas, outra vez, à matéria da proteção de dados, queria dizer uma coisa, porque, às tantas, parecia que estavam ali a falar de coisas muito esquisitas. Era o seguinte: A Câmara de Setúbal e todas as câmaras como a de Setúbal, assim como todos os serviços públicos que lidavam com pessoas, com cidadãos portugueses, tinham dados. A Câmara de Setúbal tinha dados impressionantes na habitação, tinha dados impressionantes na área social, tinha dados impressionantes no organismo, tinha dados em todo o lado, como tinham todas as câmaras do país, como tinha a Segurança Social, como tinham outros organismos, como tinham, até, as IPSS, etc. Tinha os dados dos cidadãos relativos às necessidades de informação associadas à atividade em curso. Portanto, de quem tinha o Rendimento Social de Inserção, as entidades privadas, que eram as IPSS, que tinham contratos com a Segurança Social, tinham esses dados todos lá. Portanto, que não fizessem confusões, as instituições públicas tinham dados de toda a gente e eram grandes organizações de proteção de dados, no caso concreto da Câmara, desde o Presidente da Câmara e dos vereadores até aos trabalhadores, de acordo com o seu dever de sigilo.

Do mesmo modo, também as instituições privadas que tinham também resposta social tinham esses dados todos, de tal maneira que já lhes tinha acontecido ali, na reunião da Câmara, terem vindo pessoas dizer barbaridades e não terem podido refutar, porque isso implicava utilizar dados preservados que não podiam divulgar. Era assim que isso funcionava em todo o lado. Portanto, que não fizessem confusão com os dados.

No caso concreto do PRR, só para terem uma ideia da trabalhadeira, tinham de meter já um reforço da equipa para responder a isso e para acompanhar os moradores e os privados, que ao todo eram 4 mil e tinham de falar com todos. Por exemplo, ao nível do IRS, era necessário dar a informação do IRS do pai, da mãe, do filho, da filha e até do bebé, do filho menor. Tinha de haver uma declaração de IRS a dizer que o filho menor não tinha rendimentos. Era uma coisa que não lembrava ao diabo:

De cada família de 6 pessoas havia 10 documentos de cada um. Eram sessenta documentos, estava tudo louco. O que podia afirmar, sem qualquer dúvida, era que esses documentos estavam preservados, guardados e reservados, de acordo com a lei e de acordo com o funcionamento normal do Município e podia dizer que, em nenhum caso, o Município de Setúbal tinha tido acesso a senhas de ninguém nem iria ter, porque não tinha de ter.

Em relação às pessoas que tinham levantado a questão, no caso concreto da Manteigada tinham falado com as pessoas. Se havia outras pessoas, achava que tinham feito bem em trazer a questão e agradecia outra coisa, que daria um contributo importante: Era mandar essas pessoas falar com a habitação ou falarem, até, com ele, para colocarem a questão e serem esclarecidos, porque isso ajudava a (...) o problema.

Como os senhores vereadores sabiam, tinham 4 mil pessoas que iriam ser abrangidas por esse processo e, nas reuniões formais, conseguiam contacto com 2 mil, ficavam 2 mil de fora. Depois, tinham contactos pessoais dos técnicos todos os dias, no terreno, para falar com as outras 2 mil e, depois, ainda havia aqueles que punham edital, porque não conseguiam chegar a eles. Portanto, era essa a questão. O edital podia estar melhor ou mal redigido, mas a garantia que dava ali, ao senhor vereador, à Câmara toda, ao povo de Setúbal, era que a Câmara não tinha uma única chave daquelas que tinha referido. Portanto, não tinha acesso nem iria ter acesso. Era preciso que isso ficasse claro, em relação a essa matéria.

Na discussão, na conversa, isso tinha sido explicado a todos e tinha havido quem não tivesse percebido e havia quem nunca fosse perceber. Se quisesse, depois explicava melhor e era daquelas coisas que não podia dizer ali, tinha que ver com as pessoas. Eram aquelas as questões que queria deixar claras, para que não ficasse nenhuma confusão sobre essa matéria. Durante décadas e décadas a Câmara tinha sido detentora de dados que tinha protegido como ninguém.

Sra. Vice-Presidente – Disse que estavam esgotadas as intervenções. Queria dar também resposta a algumas questões que tinham sido colocadas, nomeadamente a questão da Arquijardim. Tinham rececionado o pedido na Câmara Municipal, estava nos serviços para avaliação e assim que tivessem essa avaliação iriam contactar com a empresa.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que era sobre a questão do Fórum Luísa Todi. O Sr. Vereador Paulo Calado estava mesmo enganado em relação ao Fórum Luísa Todi e iria explicar-lhe porquê: É que o Fórum Luísa Todi tinha começado, de facto, com o esforço de criar um movimento solidário municipal com um grupo e uma associação, a Liga de Amigos do Fórum, mas, depois, tinha havido um momento em que isso parou. Tinha parado porque não tinha havido condições, por essa via, de resolver o problema. Então, o Fórum tinha sido a empreitada de obra pública municipal que mais trabalho lhe tinha dado e ele e à sua equipa. Aquilo não tinha sido feito por ninguém que não a Câmara. A Câmara tinha feito uma empreitada que tinha custado 5 milhões e essa empreitada tinha sido conduzida integralmente por ele próprio e pela sua equipa. Podia dizer que tinha sido a obra pública que mais trabalho lhe tinha dado. Portanto, não tinha sido feito por privados, nem de perto nem de longe.

Tinha havido, de facto, esse movimento inicial. Esse movimento tinha começado a recolher dinheiro e, depois, tinha-se visto que esse movimento não tinha caminho e tinha-se separado. Tinha havido um encontro de contas e a (...) desse dinheiro no processo do Fórum, que nem controlava bem, mas o que sabia era que tinha sido feita uma empreitada e tinha sido uma empreitada pesada, complexa, difícil, a mais pesada que tinha tido desde que cá estava e já tinha feito muitas centenas de empreitadas.

Sr. Vereador Paulo Calado – Fez a seguinte intervenção: *“Eu agradeço o esclarecimento, mas, de facto, ele fazia menção à fase, como o senhor vereador referiu – agora, não consigo reproduzir -, a quase benemerência dessa Liga. Portanto, eu gostava de saber e faço aqui um requerimento, para ficar em ata, porque eu recorro-me, várias vezes [vieram] a esta Câmara*

valores para serem transferidos para a referida Liga dos Amigos e nós temos ideia de, exatamente, qual o valor que foi transferido para essa Liga e qual esse encontro de contas que o senhor vereador, por acaso, até nem tem bem a ideia de como aconteceu.

Compreendo, também já passou muito tempo, mas, já agora, fiquei curioso e acho que os setubalenses têm direito de saber, afinal, para que é que serviu essa Liga de Amigos, porque se foi a empreitada lançada pela Câmara - e era exatamente aí que eu queria chegar -, pelo menos, 3 ou 2 transferências de valores elevados foram feitas para essa Liga de Amigos e a intenção óbvia era fugir à contratação pública. Se ela, de facto, depois, não aconteceu assim, muito bem, melhor. A questão agora, então, que temos de saber, é os valores que foram transferidos e o que é que [foi feito] a esses valores, por essa referida Liga.”

Sra. Vice-Presidente – Disse que, retomando as questões, em relação à Arquijardim estava com os serviços e iria ser contactada. Relativamente às outras questões que tinham sido colocadas, muitas delas já tinham sido respondidas. A AMRS pensava que o Sr. Vereador Ricardo tinha explicado e tinha sido claro. Existiam questões relacionadas com a Península Digital e essas questões sempre tinham vindo, até nas contas da Câmara, portanto não havia nada a esconder. Existia, naquele momento, um acordo para se começar os pagamentos que estavam em atraso.

Havia uma vantagem óbvia em gravarem as reuniões da Câmara. Essa vantagem estava no facto de poderem ir ao YouTube e virar para trás e ouvir, mas também tinham memória e muitos deles tinham feito parte da Câmara Municipal em muitos momentos, inclusivamente o momento do Fórum, uma grande obra dos executivos da CDU, uma obra que tinha vindo dar à cidade um equipamento cultural que estava degradado e que não tinha autorização das entidades para poder funcionar e que, naquele momento, era reconhecido e era utilizado localmente, era utilizado por outros artistas, portanto, uma grande obra da CDU.

Na altura, estava há pouco tempo na Câmara Municipal, e lembrava-se do esforço que tinha sido feito por essa Liga dos Amigos, para tentar angariar verba para se poder fazer obras que seriam apenas melhoramentos, para que a sala, que não estava disponível, pudesse passar a estar. Na altura, nem se pensava em fazer grandes intervenções, aquilo que se queria era ter uma sala em funcionamento para o concelho. Lembrava-se, inclusivamente, que em várias vertentes, até no âmbito da Liga e depois no âmbito de outros grupos de Setúbal, tinham sido feitas iniciativas para angariação de fundos. Lembrava-se perfeitamente que até os trabalhadores da Câmara tinham feito uma iniciativa no Jardim do Bonfim com esse propósito, para apoiar.

A verdade era que, o Fórum não precisava apenas de melhoramentos, mas precisava de uma reestruturação profunda. Inclusivamente, o vereador que tinha acompanhado sabia muito bem que havia problemas nas próprias fundações e tinha surgido a oportunidade, era verdade, até com a CCDR, desse projeto entrar no âmbito do QREN. Portanto, esse projeto tinha sido cancelado por todas as autoridades nacionais, foi cancelado pelo Tribunal de Contas, pelo próprio QREN.

Daí a questão, julgavam, da inteira legalidade o processo, mas o senhor vereador tinha feito o requerimento e pensava que a Câmara teria condições para entregar todos esses dados.

Depois, relativamente às questões de viagens e de representações dos membros da Câmara, queria lembrar que havia cerca de dois meses que tinha informado também a Câmara Municipal que tinha estado na Finlândia, na altura, em visita a escolas, e não tinha havido nenhuma questão. Quanto à questão da representação de Miami, não tinha sido exatamente nessa qualidade e o senhor vereador já tinha explicado. Iria transmitir ao Sr. Presidente da Câmara, que tinha o pelouro do turismo, o qual, com certeza, lhes faria chegar, através da responsabilidade que tinha como Presidente da Câmara e responsável pelo pelouro do turismo, todas as informações que tinham sido ali questionadas, independentemente do senhor vereador, com toda a propriedade, porque estava nessa dupla condição, já lhes ter prestado todas as informações relativamente a esse assunto.

Quanto à Casa das Quatro Cabeças, naquele momento, funcionava como uma extensão do protocolo que tinham com o IPDJ relativamente à Casa da Juventude. Era, naquele momento, essa a condição, mas a Câmara era uma instituição dinâmica, era uma instituição que, com certeza, tinha em consideração aquilo que eram os momentos e ficava a sugestão do senhor Vereador, para reflexão também de todos na Câmara Municipal.

Pensava que já tinham esgotado o período de antes da ordem do dia com aquela parte das questões ao executivo e iriam passar para as saudações e votos de pesar. Infelizmente, tinham dois votos de pesar de dois ilustres setubalenses que tinham partido e iria pedir, então, ao Partido Socialista, que os apresentasse. Estavam ali cinco votos de saudação e, uma vez que nem sequer tinham de ser votados, iriam proceder à leitura, se os senhores vereadores assim entendessem. Também queria deixar à consideração dos vereadores se quisessem colocar alguma questão relativamente às saudações apresentadas.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que ia pedir à Sra. Vice-Presidente que lhe permitisse, se calhar, que fizesse uma apresentação geral, uma vez que os tempos iam adiantados. Começava por apresentar a saudação e a felicitação pelo seu aniversário no caso do Clube de Montanhismo da Arrábida, da Associação de Artistas Plásticos de Setúbal, a ARTISET, e, também, ao Experimentáculo Associação. Eram associações, eram gente que melhorava Setúbal, que nos ajudava a fazer caminho para o futuro na área das atividades de natureza, nas artes plásticas, mas, também, na cultura. Eram, por assim dizer, nossas bandeiras naquilo que era a nossa identidade e a nossa cultura. Era mais um aniversário. Não tinham aquelas instituições todas a mesma idade e isso também mostrava a vitalidade de diferentes gerações. Pensava que estavam todos de acordo em fazer essa saudação com entusiasmo e com perspectiva de futuro.

Também saudações e felicitações, naquele caso num âmbito mais desportivo, a subida à 2.ª Divisão da equipa de andebol sénior do Clube Naval Setubalense, uma saudação que se estendia à equipa técnica, através de uma referência ao seu treinador Danilo Ferreira, mas, também, a todos os jogadores e ao incontornável treinador José Mourinho, que, daquela vez, tinha mais um prémio que a todos nos orgulhava, na 1.ª edição, naquele caso com o facto de ter vencido, a sua equipa ter vencido com a sua liderança, a 1.ª edição da Liga Conferência da UEFA. Portanto, eram boas notícias. Era algo que orgulhava Setúbal da Gâmbia a Azeitão e, como tal, o Partido Socialista apresentava, mas convicto de que todos os vereadores e que todos os setubalenses estavam associados nessa satisfação por essas referências.

O senhor Vereador Vítor Ferreira apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 11 a 15.

*“Saudação
Aniversário do Clube de Montanhismo da Arrábida*

O Clube de Montanhismo da Arrábida, celebrou o seu 40.º aniversário no passado dia 29 de maio.

É uma associação desportiva sem fins lucrativos que, desde 1982, promove no concelho de Setúbal, atividades no âmbito da prática desportiva, e da sensibilização da defesa do meio ambiente, através do contacto com a natureza. Promovem também ações de divulgação e debate sobre problemáticas ambientais.

A sua oferta de atividades, inclui também a realização de atividades de âmbito lúdico e pedagógico, tal como, Formações Técnico-desportivas e Projetos Ambientais e Desportivos, promovendo a inclusão de toda a comunidade. Quanto às modalidades que podemos praticar nesta associação, estas são o Pedestrianismo, Montanhismo, Alta Montanha, Escalada desportiva e clássica em rocha, Orientação e Parapente.

Para esta associação é clara a ligação entre a prática desportiva e a proteção do meio ambiente, constituindo-se assim um importante ator na proteção e conservação da natureza.

Reconhecendo a importância do movimento associativo para a promoção de boas práticas e dinamização de atividades de âmbito desportivo, cultural e social, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 1 de junho de 2022, felicitam e saúdam a associação pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

*“Saudação
Aniversário Artiset – Associação de Artistas Plásticos de Setúbal*

A Associação de Artistas Plásticos de Setúbal, celebrou no dia 19 de maio, o seu aniversário. Existe, enquanto associação desde 1991, e tem como missão divulgar e promover a atividade artística da região de Setúbal.

A sua atividade é diversa, disponibiliza aulas de pintura, workshops de pintura e formações de pintura e cerâmica, dirigidas a várias faixas etárias, organiza palestras e colabora com entidades públicas e privadas para a divulgação artística. É possível também visitar o seu espaço na Casa da Cultura, onde são exibidas exposições.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 1 de junho de 2022, reconhecendo a importância do movimento associativo para a divulgação e promoção das artes, saúdam e felicitam a Artiset pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

*“Saudação
Aniversário Experimentáculo Associação*

A associação juvenil Experimentáculo, celebrou no dia 21 de maio o seu aniversário. Esta associação, fundada em 2006, implementa diversos programas direcionados aos jovens, de forma a capacitá-los e proporcionar-lhes oportunidades para o seu desenvolvimento global e integral.

As atividades organizadas são, na sua maioria, formativas e não formais, de âmbito cultural e social, sendo que parte importante da sua atividade tem por base a organização de intercâmbios internacionais no European Voluntary Service.

Tem como objetivo unir e estimular gerações e classes através da cultura.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 1 de junho de 2022, reconhecendo a importância do movimento associativo para a promoção dos valores e princípios democráticos, na promoção do desenvolvimento global e integral dos jovens e no seu empoderamento, saúdam e felicitam a Experimentáculo pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

*“Saudação pela Subida de Divisão da Equipa de Andebol Sénior
Do Clube Naval Setubalense*

A equipa de Andebol Sénior do Clube Naval Setubalense, subiu à II Divisão de Andebol, uma importante vitória para o clube centenário.

Está de parabéns o clube, equipa técnica, o treinador Danilo Ferreira e os jogadores: Miguel Tavares, Duarte Caseiro, João Fuzeta, Mário Fuzeta, Francisco Fuzeta, Afonso Raminhos, André Cordeiro, Gonçalo Neves, André Fonseca, João Casal, Henrique Machado, Martim Figueiredo, José Moreira, João Gonçalves, Diogo Fernandes, Rodrigo Caria, Gonçalo Trancoso, Pedro Gorrao, Bernardo Trancoso, Ricardo Martins, Gonçalo Palma, Helder Lourenço e André Valentim.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 1 de junho de 2022, reconhecendo a importância da prática desportiva e do importante reconhecimento e engrandecimento da cidade de Setúbal através das vitórias dos seus clubes, saúdam e parabenizam o clube, equipa técnica e atletas, por este objetivo alcançado, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

José Mourinho, Vencedor da 1.ª Edição da Conference League

José Mourinho conquistou, no passado dia 25 de maio, mais um título numa competição europeia. O treinador setubalense, conquistou a primeira edição da Conference League ao serviço da equipa AS Roma.

É motivo de orgulho e reconhecimento para todos os portugueses, mas especial para todos os setubalenses.

José Mário dos Santos Mourinho, de 59 anos, passou nos anos 90, pelas equipas técnicas do Estrela da Amadora e do Vitória de Setúbal, fazendo parte mais tarde das equipas técnicas do Sporting Futebol Clube, do Sport Lisboa e Benfica, e do Futebol Clube do Porto.

Em 2004, inicia o seu percurso internacional no Chelsea, tornando-se um dos treinadores mais bem pagos do mundo, retornando a este clube em 2013. Passa também pelo Internazionale, Real Madrid, Manchester United, Tottenham e por fim AS Roma, onde é treinador atualmente.

José Mourinho é um exemplo de resiliência, força e trabalho. Foi já reconhecido diversas vezes pelos seus feitos, e pelo seu trabalho notável, tendo sido agraciado no ano passado pelo Instituto Politécnico de Setúbal, com o título de Professor Honoris Causa, por ser uma personagem de excelência setubalense, de reconhecimento e mérito a nível internacional.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 1 de junho de 2022, reconhecendo o trabalho notável de José Mourinho, que eleva Portugal e a cidade de Setúbal, felicitam e saúdam o treinador por esta conquista, fazendo votos de continuação de bom trabalho.”

Sra. Vice-Presidente – Disse que pedia à bancada do PSD se queria fazer alguma intervenção relativamente às saudações da bancada do PS.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que estava à espera de que fossem lidas todas as saudações e votos de pesar. Obviamente que iriam associar-se a todas e iriam, obviamente, considerá-las e tomá-las como deles.

Sra. Vice-Presidente – Disse que tinham quatro saudações de âmbito mais desportivo, que pedia ao Sr. Vereador Pedro Pina que lesse ou fizesse como entendesse.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, de facto, tinha sido um fim de semana extraordinário de desempenho dos nossos clubes. Aproveitava para, a propósito daquilo que eram as conversas colaterais, dizer que, uma vez mais, o Sr. Vereador Fernando José, no seu típico modo de estar, estar a dizer que ele estava a fazer comentários colaterais e ele estava, apenas, a comentar com o Vereador Ricardo Oliveira a propósito - e muito bem – daquelas saudações, em particular, a de José Mourinho, que tinham tido oportunidade, também, em oportuno tempo, de saudar, nos seus meios de divulgação, parabenizando-o pelo êxito, uma vez mais, que esse setubalense tinha tido, assim como, pessoalmente, também tinham tido oportunidade - ele tinha tido a oportunidade – de parabenizar, através do treinador Danilo Ferreira, por esse sucesso, assim como a Câmara Municipal parabenizava, por carta formal, todas as instituições do concelho pelos seus aniversários.

Como tinha solicitado a Sra. Vice-Presidente, tinham tido durante o fim de semana um conjunto de resultados extraordinários nas mais diferentes modalidades, do ténis de mesa, através do nosso clube, o Vitória Futebol Clube, que tinha tido uma prestação absolutamente notável com um conjunto de resultados extraordinários, pelo seu empenho e pela superação, que queriam destacar, que tinha tido lugar no Pavilhão Municipal de Pousos, em Leiria. Com a participação de mais de 37 atletas em representação de uma dezena de clubes, o Vitória e a cidade tinham voltado, uma vez mais, a ficar gravados com letras de ouro com resultados extraordinários.

Saudavam, ainda, o Clube de Patinagem do Sado que tinha estado presente com grupos pequenos, grupos grandes, grupos juniores, quartetos, quartetos cadetes e quartetos juniores. Em termos de resultados, o clube tinha alcançado o título de Campeão Nacional de Quartetos Juniores e dois títulos de vice-campeão, em grupos pequenos e em quartetos de cadetes.

Saudavam, ainda, a ginástica do Vitória Futebol Clube. A ginástica do Vitória Futebol Clube vinha habituando, de facto, a cidade aos extraordinários resultados e, desta vez, Rui Praxedes e Inês Grácio, de uma forma extraordinária, tinham voltado a ter resultados absolutamente, enfim, que se ultrapassavam e superavam. Portanto, também queria saudar essa nossa modalidade que tantos feitos tinha dado e, nomeadamente, também, os seus treinadores que iriam representar também a seleção nacional.

Por fim, o Bruno Cabrita, um *“habitué”*, também, das saudações quase genéricas de todas as bancadas - eram eles que traziam, mas podia ter sido outra bancada -, que saudavam em representação do Grupo Desportivo *“Os Amarelos”*, ele que já tinha tido vários êxitos, que também era um Embaixador da Cidade Europeia do Desporto e que iria representar a seleção nacional no próximo Campeonato do Mundo, a ter lugar no Algarve, e que tinha conquistado o título no final de maio, na Nazaré, onde se tinha realizado a 4.ª mão da 1.ª Divisão do Campeonato Nacional dessa modalidade de Pesca em Barco Fundeado.

Portanto, eram essas as saudações que queriam deixar aos nossos clubes e aos nossos atletas, pelos êxitos alcançados durante os últimos fins de semana.

Aproveitava ainda, também, para dar nota, se lhe permitissem, em poucos segundos, pela extraordinária prova realizada uma vez mais no último fim de semana, a etapa mundial de Águas Abertas, com uma extraordinária seleção de atletas. Tinham tido campeões olímpicos e vice-campeões olímpicos e Setúbal afirmava-se, efetivamente, no panorama dessa modalidade, como a Capital das Águas Abertas, tendo tido, de facto, um rol de atletas extraordinários. Também queria, desde logo, deixar ali o convite à presença de todos, considerando que, no fim de semana seguinte, teriam, na 6.ª, sábado e domingo, pela primeira vez, a realizar-se em Portugal o Campeonato da Europa em Águas Abertas, trazendo até ao nosso país mais de 20 seleções, nas mais diferentes categorias, a disputar essa prova.

O senhor Vereador Pedro Pina Ferreira apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 16 a 19.

*“Saudação
Ténis de mesa VFC*

A Câmara Municipal de Setúbal saúda a secção de Ténis de Mesa do Vitória Futebol Clube pelos excelentes resultados obtidos no Campeonato Nacional Individual de Para Ténis de Mesa | Jogos Santa Casa, que decorreu este sábado no Pavilhão Municipal dos Pousos, em Leiria.

Na competição que contou com a participação de 37 atletas em representação de mais de uma dezena de clubes, os nomes do Vitória e da cidade voltaram uma vez mais a ficar gravados a letras de ouro com a conquista de vários lugares no pódio.

A Câmara Municipal endereça os seus parabéns aos campeões nacionais Nuno Duarte (na classe 2-3) e David Gézero (na classe 4-5), assim como aos vice-campeões Luís Esteves (na classe 4-5) e João Pedro Correia (na classe 11).



Pelo seu empenho, capacidade de superação e pelas conquistas alcançadas, os atletas em questão assim como os seus treinadores e os dirigentes do clube, merecem as nossas palavras de apreço e os desejos de continuação dos excelentes resultados.”

*“Saudação
Clube de Patinagem do Sado*

A Câmara Municipal de Setúbal saúda e apresenta os seus parabéns ao Clube de Patinagem do Sado pelos excelentes resultados obtidos no Campeonato Nacional de Show e Precisão 2022 que decorreu em Fafe no passado fim de semana.

O brilhantismo dos resultados dos atletas do Clube traduziu-se na conquista de um título de campeão nacional e outras classificações que honram o bom nome da instituição e, simultaneamente, levam mais longe o nome da cidade e do concelho.

Numa competição onde se apresentaram 370 atletas, o Clube de Patinagem do Sado fez-se representar com 35 patinadores divididos em seis grupos que competiram em Grupos Pequenos, Grupos Grandes, Grupos Juniores, Quartetos, quartetos Cadetes e Quartetos Juniores.

Assim, em termos de resultados, o Clube alcançou o título de Campeão Nacional de Quartetos Juniores e dois títulos de Vice-Campeão em Grupos Pequenos e em Quartetos Cadetes.

Para além disso conseguiu ainda obter um 4.º lugar em Quartetos, uma 5.ª posição em Grupos Juniores e um 6º posto em Grupos Grandes.

Com estes resultados o CPS garantiu a participação no Campeonato Europeu de Show e Precisão, que decorrerá em Itália, nos dias 8, 9 e 10 de julho.

Pelos resultados obtidos e por todo o trabalho realizado em prol do desporto, em geral, e da patinagem, em particular, a Câmara Municipal de Setúbal apresenta as suas mais sinceras felicitações aos atletas envolvidos, assim como aos seus treinadores e aos dirigentes do Clube que tão abnegadamente continuam a levar mais longe o nome da instituição e da cidade.”

*“Saudação
Ginástica Vitória Futebol Clube*

A Câmara Municipal de Setúbal felicita os atletas Rui Praxedes e Inês Grácio, da equipa de ginástica do Vitória Futebol Clube, pela sua convocatória para representar a seleção nacional nos Campeonatos da Europa da modalidade que começaram hoje em Rimini, na Itália, e que se prolongam até domingo.

Rui Praxedes irá representar a Seleção Nacional de Juniores Masculinos na disciplina de Duplo-mini-trampolim individual, enquanto Inês Grácio garantiu o apuramento na disciplina de Tumbling.

Aos dois atletas, a Câmara de Setúbal deseja os maiores sucessos na competição que está a decorrer, certos de que esses sucessos se traduzem no enobrecimento dos nomes do Clube e da Cidade.”

*“Saudação
Bruno Cabrita*

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o atleta Bruno Cabrita, do Grupo Desportivo “Os Amarelos”, pela conquista do título de campeão nacional de pesca em barco fundeado.

A conquista do título ficou definida no final de maio, na Nazaré, onde se realizou a 4ª mão da 1ª Divisão.

Bruno Cabrita, que foi embaixador da Cidade Europeia do Desporto 2016, junta assim ao seu palmarés mais um título de Campeão Nacional e reforça o seu estatuto enquanto um dos melhores pescadores nacionais de competição.

O atleta do Grupo Desportivo “Os Amarelos” vai agora representar a Seleção Nacional no próximo Campeonato do Mundo que terá lugar no Algarve, em Albufeira.

Pela conquista de mais este título e por todas as conquistas anteriores que enaltecem o bom nome da cidade e do clube que Bruno Cabrita representa, a Câmara de Setúbal endereça ao atleta os mais sinceros parabéns e deseja os maiores sucessos para o Campeonato do Mundo que se avizinha.”

Sra. Vice-Presidente – Disse que, felizmente, tinham muita matéria para todas as reuniões da Câmara apresentarem, o que era muito bom, várias saudações e várias moções de apoio aos nossos atletas e às nossas associações.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, uma vez que o Sr. Vereador Pedro Pina tinha dito que a Câmara Municipal de Setúbal estava sempre atenta e comunicava sempre e fazia essa notificação, através da Câmara Municipal, aos setubalenses que eram campeões, gostaria, depois, que a Câmara Municipal, através do Sr. Vereador Pedro Pina, lhes demonstrasse a evidência do envio dessa mesma comunicação e dessa saudação ao treinador Renato Paiva, por ter sido campeão, através do Independiente del Valle, no Equador, e, também, a demonstração da evidência da saudação que teria sido feita ao Ricardo Formosinho, por ter sido campeão no Al-Hilal, no Sudão. Ficavam a aguardar as comunicações que teriam sido feitas a esses dois treinadores, que eram de Setúbal.

Sra. Vice-Presidente – Leu a seguinte saudação sobre o Dia Mundial da Criança, conforme documento anexo registado sob o n.º 20:

*“Saudação
do Dia Mundial da Criança 2022*

A Câmara Municipal de Setúbal, reunida no dia 1 de junho, Dia Mundial da Criança, saúda todas as crianças do mundo, em especial as do concelho de Setúbal.

O Dia Mundial da Criança foi estabelecido oficialmente em 1950, alguns anos após a II Guerra Mundial, na sequência do congresso da Federação Democrática Internacional das Mulheres, realizado em 1949, em Paris, que num contexto mundial de flagelado, em termos sociais e humanitários, quisera sensibilizar para os direitos das crianças e para a necessidade de promover uma melhoria das suas condições de vida, tendo em vista o seu pleno desenvolvimento.

Não podemos dissociar o Dia Mundial da Criança da Convenção dos Direitos das Crianças, aprovada em 1959, e da Declaração Universal dos Direitos das Crianças, aprovada 30 anos depois, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificada em Portugal em 1990.

Assinalar este dia é relembrar que todas as crianças, independentemente da cor, género, religião, origem social, país de origem, têm direito a amor, a afeto e a compreensão, a alimentação adequada, a cuidados médicos, a educação gratuita, a proteção da família e da sociedade contra todas as formas de exploração e agressão e a crescer num clima de paz e fraternidade.

Imbuídos neste espírito e na importância proporcionar às famílias igualdade de oportunidades no acesso a atividades culturais, desportivas e lúdico-pedagógicas para comemorar este dia, o Município de Setúbal preparou um conjunto de iniciativas em diversos equipamentos municipais do concelho, nomeadamente, Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, Casa da Baía, Mercearia Confiança do Troino, Moinho de Maré da Mourisca, entre outros.

Destacamos a iniciativa, Há Festa no Parque, na sua 14ª edição, que se realizou nos dias 28 e 29 de maio, no Parque do Bonfim, envolvendo mais de 6 000 participantes que usufruíram de um vasto leque de atividades gratuitas que permitiram brincadeiras e tempo em família.

Nesta edição, proporcionou-se às crianças desde saltos nos trampolins, à observação de insetos na lupa e outras experiências científicas, robótica, teatro e música, experimentação de diversas modalidades desportivas, adoção animal, jogos tradicionais, ateliers de olaria e construção de eco-brinquedos, Feira do Livro e promoção de alimentação e estilos de vida saudáveis, envolvendo diversas escolas, instituições e entidades com intervenção na área da educação”.

Vice-Presidente – Disse que sem elas, não teria sido possível a grande iniciativa que tinham feito, porque no tempo, tão difícil, em que tinham tido as crianças e jovens em casa, era muito importante voltarem à atividade ao ar livre, e voltarem a proporcionar aquilo que antigamente era prática. Naquele dia, tinha falado com uma pessoa numa escola, que lhe disse que alguns dos meninos do terceiro ano, estavam pela primeira vez a fazer visitas de estudo. Porque tinham ido para o Primeiro Ciclo em pandemia, e não tinham tido essa oportunidade. Portanto, era muito importante poderem dar aquelas condições às crianças.

Sra. Vice-Presidente – Disse que iam apresentar dois votos de pesar, de dois ilustres setubalenses, que infelizmente tinham partido, e que eles queriam destacar.

Sra. Vice-Presidente – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de José Armando Carvalho, conforme documento anexo registado sob o n.º 21:

*“Voto de Pesar
José Armando Carvalho*

A Câmara Municipal de Setúbal lamenta a morte de José Armando Carvalho, ilustre advogado da cidade de Setúbal, cidade que escolheu para viver e exercer a sua profissão.

José Armando Carvalho, foi ativista estudantil em Coimbra onde conviveu com José Afonso nas lutas académicas antes do 25 de Abril. Veio viver para Setúbal na década de 70 onde exerceu advocacia tendo alcançado elevado prestígio profissional e pessoal. Foi o responsável pela vinda de vários advogados de Coimbra para Setúbal dada a escassez destes profissionais na cidade.

Além do prestígio profissional que alcançou, era do conhecimento geral a sua generosidade com os mais desfavorecidos.

Após o 25 de Abril foi eleito pela CDU para a Assembleia Municipal de Setúbal. Recentemente, no âmbito das Comemorações do 25 de Abril, participou como orador no colóquio organizado pela Câmara Municipal de Setúbal e Universidade Sénior de Setúbal “Unidade Estudantil – O Canto e a Luta”. Fazia parte da Comissão de Honra para as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidas condolências à família e a todos os seus amigos”.

Sra. Vice-Presidente – Disse que também era com grande pesar, que tinham visto partir o amigo António Henrique Quaresma Rosa.

Sra. Vice-Presidente – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de António Henrique Quaresma Rosa, conforme documento anexo registado sob o n.º 22:

*“Voto de Pesar
António Henrique Quaresma Rosa*

A Câmara Municipal de Setúbal lamenta a morte de António Henrique Quaresma Rosa, um cidadão setubalense com forte ligação à vida da cidade, à cultura e ao movimento associativo, morreu na passada sexta-feira, 27 de maio.

Nascido na cidade sadina em 1938, António Quaresma Rosa foi um cidadão exemplar pelo empenho na vida associativa de índole cultural. Foi cofundador do Círculo Cultural de Setúbal, do Centro de Estudos Bocageanos e das associações de defesa do património SALPA (Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal) e DEPA (Centro de Estudo e Defesa do Património Histórico do Distrito de Setúbal). Desempenhou funções nos órgãos sociais destas instituições, bem como na LASA (Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão), no CIMM (Centro de Iniciativas Manuel Medeiros) da UNISETI, no Clube Naval Setubalense e na Associação Cultural Sebastião da Gama.

Foi um apaixonado e estudioso do património histórico setubalense tendo colaborado com o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, esteve envolvido em várias publicações sobre a história local a par da atividade letiva na Universidade Sénior, integrou a Comissão de Toponímia de Setúbal em representação da LASA e participou em diversos eventos dedicados à memória do historiador Almeida Carvalho.

António Henrique Quaresma além do seu grande envolvimento e dinamizador de estruturas associativas era um assíduo participante nas diversas atividades promovidas pelo município.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidas condolências à família e a todos aqueles que perderam um amigo”.

A Sra. Vice-Presidente – Acrescentou que António Henrique Quaresma Rosa era um bom amigo.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que da mesma forma que tinham saudado vida anteriormente, nas intervenções dos senhores vereadores, lamentavam agora a partida daqueles que tinham ajudado, de alguma forma, à afirmação dos ideais de abril.

Sabia que algumas pessoas consideravam já um lugar-comum falar dos ideais de abril, mas numa altura em que alguns procuravam falar dos ideais do antes de abril, e afirma-los, era bom que não se esquecessem daquelas pessoas, que de alguma forma tinham feito caminho, e os tinham ajudado a fazer caminhos, e apontavam direções para o futuro e para a afirmação de Setúbal, no sentido dos valores da liberdade e da democracia.

Disse que se associavam, naturalmente, e pensava que a senhora Vice-Presidente iria propor um minuto de silêncio.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que conforme tinha dito, também se associavam, obviamente, àquele voto de pesar, pelas duas pessoas falecidas.

A Sra. Vice-Presidente – Pediu que se fizesse e fez-se um minuto de silêncio em memória daqueles cidadãos.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 01/2022 - Reunião ordinária de 05 de janeiro de 2022

A Sra. Vice-Presidente colocou o projeto da ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Projeto da Ata n.º 02/2022 - Reunião extraordinária de 12 de janeiro de 2022

A Sra. Vice-Presidente colocou o projeto da ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

3. Deliberação n.º 1827/2022 – Proposta n.º 14/2022 – GAP – Doação de publicação ao município

A Sra. Vice-Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 23 e 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 1828/2022 – Proposta n.º 15/2022 – GAP – Moção – Por mais e melhores Transportes Públicos, pela redução do preço do Passe Metropolitano e pelo alargamento da gratuidade

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 25.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que de uma forma geral, as reivindicações que lhes eram apresentadas, naquela moção, eram reivindicações em que a maior parte dos cidadãos se revia.

Sobre o conteúdo deliberativo em si, havia pelo menos um ponto, para o qual o município não precisava do acordo da AML para avançar, que era a gratuidade do Passe Navegante para menores de 18 anos, ressalvando até que havia uma faixa importante da população alvo, que já tinha acesso gratuito ao transporte público, nomeadamente quem tinha menos de 13 anos de idade, porque o passe era gratuito para jovens até aos 12 anos inclusive, e também os jovens que integravam agregados familiares, que adquirissem o Passe Navegante Família, na medida em que, com o Passe Navegante Família, os agregados não pagavam mais do que o valor de dois passes navegante e, portanto, os jovens com menos de 18 anos que fossem filhos de pais que utilizassem o passe navegante já estavam, ali, também incluído, portanto, acabava por reduzir substancialmente aquilo que era o universo de pessoas não abrangidas, o universo de jovens ainda não abrangidos pela gratuidade do passe e, portanto, o município podia assumir o custo do passe de todos os menores de 18 anos que não estivessem já abrangidos, à semelhança do que tinha feito a Câmara de Lisboa. Sendo certo que, no entender deles, aquelas medidas faziam sentido, se fossem feitas de forma integrada, naturalmente, sendo assumidas globalmente, e não por decisão *ad hoc* de cada município. Mas a verdade era que a autonomia existia, assim houvesse também vontade para implementar as medidas.

Por outro lado, a reivindicação da extensão do transporte rodoviário de passageiros da Fertagus até às Praias do Sado, no entender deles, implicava uma renegociação do próprio contrato de concessão, que definia qual era o percurso, quais é que eram as estações que estavam abrangidas, portanto, terminava em Setúbal e, essa renegociação, pensava, que não dependeria da AML.

No entanto, ainda sobre aquela moção, não podiam deixar de estranhar a apresentação daquela moção pelo senhor Presidente - enfim, tendo sido apresentada pela senhora Vice-Presidente, mas sendo uma proposta do senhor Presidente - pensava que era fácil perceber essa estranheza, na medida em que o senhor Presidente propunha naquela moção, que deliberassem propor à AML e ao conjunto de municípios que integravam um conjunto de 5 reivindicações, onde o senhor Presidente André Martins tinha assento no Conselho Metropolitano de Lisboa, que era o órgão deliberativo da AML, aliás, tinha assento o senhor Presidente André Martins, como tinham os restantes 17 presidentes de Câmara dos concelhos que integravam a área Metropolitana, e tendo assento no órgão deliberativo da Área Metropolitana, importava questionar se o senhor Presidente já tinha apresentado ao

Conselho Metropolitano alguma das 5 reivindicações sobre a qual agora lhes pedia que se pronunciassem. Estranhavam a apresentação de uma moção que deliberava sobre propostas, reivindicações a apresentar à Área Metropolitana de Lisboa, quando o Conselho Metropolitano, no qual o senhor Presidente tinha assento, já tinha reunido 8 vezes desde o início do mandato, sem que a Câmara Municipal de Setúbal, alguma vez tenha sido chamada a pronunciar-se sobre propostas ou intervenções, que o senhor Presidente no uso do seu mandato, e no decurso das suas funções, tivesse feito em nome do município. Pesava embora, aquilo que tinha sido a forte pressão e escrutínio mediático, a que o senhor Presidente se tinha visto sujeito no último mês, a verdade era que o senhor Presidente não estava diminuído na extensão das suas competências, nem no exercício do seu mandato para necessitar procurar o conforto da oposição, na apresentação de propostas que considerasse justas. A Área Metropolitana, nomeadamente o Conselho Metropolitano, e era por isso que entendiam que o senhor Presidente devia apresentar aquelas, e outras reivindicações, que entendesse pertinentes ao concelho metropolitano, que era o órgão competente para se pronunciar sobre o conteúdo deliberativo daquela moção, exatamente com o mesmo respaldo, com que teria certamente, apresentado outras propostas ao longo dos últimos 8 meses, que era o simples respaldo do seu mandato e das competências que lhe eram inerentes.

Tendo em conta aquilo que era, por um lado, a autonomia do município, apesar de entenderem que a política de transportes devia ser gerida de uma forma global e integrada, mas, tendo em conta aquilo que era a autonomia do município, nomeadamente para a concretização da reivindicação de atribuição de passe gratuito a menores de 18 anos, tendo em conta também aquilo que eram as dúvidas que surgiam, pelo facto da concessão da Fertagus, o contrato ter que ser alterado, para permitir que o comboio possa chegar às Praias do Sado, sendo essa uma reivindicação com a qual concordavam, mas atendendo que isso dependia não da AML, mas dependia de uma renegociação da própria concessão. O Partido Socialista iria abster-se na votação daquela a moção.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que relativamente àquela moção, acompanhavam no essencial aquilo que era ali referido, até porque tinham que, no fundo, reconhecer que aquilo que era ali preconizado, em parte, tinha sido já posto em prática pela Câmara Municipal de Lisboa, através do novo mandato que estava a ser exercido pelo Presidente Carlos Moedas. Queriam também esclarecer que, no segundo parágrafo, daquela moção, podia ser aparente que houvesse ali algum tipo de crítica à Câmara de Lisboa, não o queriam, porque de facto, aquilo que tinha sido implementado na Câmara de Lisboa, a gratuidade para os utentes, que tinha sido implementado na Câmara de Lisboa, não colocava de forma nenhuma o sistema em causa, nem o prejudicava, antes de mais, servia a população de Lisboa. Obviamente que isso era feito através de expensas próprias dessa câmara municipal, porque tinha capacidade para o fazer, e também, tinham de dizer, em sequência daquilo que tinha sido o compromisso eleitoral do Partido Social Democrata, nas Eleições Autárquicas de 2021.

Pelo que, atendendo a essa parte do texto, não acusavam o toque, relativamente a essa questão, porque não viam que houvesse, naquele momento, qualquer município que, sem ter em conta a realidade Metropolitana, tivesse tido alguma decisão e pudesse colocar em causa o sistema metropolitano já construído. Aliás, tinha a ideia que a proposta mereceu até o acordo de várias forças políticas, na Câmara Municipal de Lisboa.

Em relação àquilo que era depois a parte deliberativa, não deixando de estar de acordo, nomeadamente com a extensão da concessão daquilo que era atualmente a concessão à empresa Fertagus até às Praias do Sado para, no fundo, servir não só aquelas populações, mas também o Instituto Politécnico, que era algo que fazia todo o sentido, de facto, isso passava por uma negociação do contrato de concessão que pensava ser de 2004, e que necessitava, obviamente, dessa revisão do seu clausulado.

Em relação ao que era proposto, secundavam o que já tinha sido referido, pelo Vereador Joel Marques, que de facto, devia ser em sede própria, em sede da Área Metropolitana, aliás, isso tinha sido, naquele dia, mencionado na apresentação da nova concessão que tinham em

Setúbal, que tinha sido consensualizado dentro da Área Metropolitana, entre as várias forças políticas, não olhando a questões políticas ou político-partidárias, tinha-se chegado àquele acordo, que parecia de facto fazer todo o sentido, que houvesse ali uma integração, dos sistemas e das concessões de transportes na Área Metropolitana de Lisboa.

Iam viabilizar pela abstenção, suscitando de facto esse desafio, porque aquela moção parecia-lhe que era uma moção genérica da CDU, na Área Metropolitana de Lisboa, mas que então a Câmara de Setúbal, uma vez que estava à frente, até naquela nova concessão, naquela área que abrangia aquilo que era a área 4, da futura concessão da Área Metropolitana de Lisboa, que fosse então pioneiro, o desafiador da Área Metropolitana, para que aquilo pudesse ser possível. E só seria possível, obviamente, com fundos do Orçamento do Estado e não fundos próprios. Infelizmente, não podia ser possível com fundos próprios das várias câmaras, incluindo a Câmara Municipal de Setúbal.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que tinha ficado, efetivamente, surpresa com o sentido de voto anunciado por ambas as bancadas. De qualquer forma, ia dar ali algumas justificações e explicações que pedia que ponderassem porque, obviamente, uma moção aprovada por unanimidade, com aquele conteúdo, tinha efetivamente o seu vínculo, era de uma forma diferenciada e achava que havia ali matéria que os unia e não matéria que os separava.

Era evidente, e tinha sido reafirmado em ambas as intervenções, que a dimensão Metropolitana e que a atuação Metropolitana, trazia ao sistema, à integração, e ao resultado, um produto completamente diferenciado, um produto do ponto de vista da melhoria das condições para os diferentes utilizadores, completamente diferenciado. E se não fosse assim, no dia 1 de abril de 2019 e presentemente, não estavam nas condições em que estavam. Estavam, em resultado de uma visão e de uma atuação Metropolitana e, portanto, era inevitável manter aquela atuação Metropolitana.

Relativamente ao financiamento do passe gratuito até aos 19, era uma deliberação, inclusivamente já tinha sido tomada em Assembleia Municipal, por unanimidade por todas as bancadas, e efetivamente ela podia ser enquadrada, pelo Município de Setúbal, pelo Município de Lisboa, pelo Município de Cascais, como já tinha sido isoladamente, o que se queria reafirmar com aquela moção, era aquilo que todos eles presentemente reconheciam, que era o facto dos 18 municípios trabalharem em conjunto, e terem uma ação consensualizada, tinha uma eficácia muito maior, reduzia as assimetrias regionais e tinha do ponto de vista da sua implementação um ganho que era completamente diferenciador.

Relativamente à questão da concessão da Fertagus, pediu que relessem aquela nota, o que pedia não era a extensão do comboio da Fertagus, era a extensão do serviço de transporte de passageiros, ou seja, que fosse garantido para o transporte de passageiro, que utilizava a Fertagus, ou pelo próprio comboio da Fertagus, tinham que ser desenvolvidos os estudos e avaliar as condições da concessão de poder chegar às Praias do Sado, ou, num sistema alternativo, que podia ser um pequeno comboio, podia ser um outro sistema, quem vinha pela Fertagus, poder chegar até às Praias do Sado, em condições facilitadas que era o que não acontecia.

Portanto, não estavam a colocar em causa a concessão, não estavam a propor a renegociação, que o poderiam fazer, não era essa a proposta deles, o que estavam a fazer era que fosse garantida a extensão do serviço de transporte de passageiros.

A título de informação, obviamente que aquelas questões já tinham sido reivindicadas pelo senhor Presidente no Conselho Metropolitano, no seu atual mandato, e pela anterior Presidente da Câmara, nos seus anteriores mandatos.

Sra. Vice-Presidente – Disse que agradecia à senhora Vereadora, às vezes, também eram presos por terem cão e por não terem. Se traziam ali uma moção e pecavam por excesso, pronto, era melhor assim.

Naquele dia tinham tido uma iniciativa muito importante, como era do conhecimento dos senhores vereadores. Aliás, o Vereador Paulo Calado já tinha tido oportunidade de dizer que

tinham iniciado ali o Lote 4, no qual Setúbal estava incluído, e era interessante, porque a própria Presidente da Área Metropolitana, a Presidente da Câmara da Amadora, Carla Tavares, tinha feito essa referência, dizendo até que ela própria, no início, não tinha acreditado muito naquele projeto e que, realmente, se não tivesse sido o empenho de todos os municípios não teria sido possível.

Pensava que, no fundo, era também irem um bocadinho mais além, porque achava que todos os municípios tinham condições para tornar aquela proposta uma realidade muito útil, com certeza, para a população. Não tinha sido à toa que, quando iniciaram a intervenção da Câmara Municipal, tinham dito que era um dia histórico.

Aquela moção seria no seguimento de continuar a fazer daquela área uma área histórica, de um grande desenvolvimento para as nossas populações. Portanto, colocava-a, então, à votação dos senhores vereadores.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

5. Deliberação n.º 1829/2022 – Proposta n.º 16/2022 – GAP – Regulamento de Organização dos Serviços Municipalizados de Setúbal

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 26 a 30.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que na reunião tinham sido entregues aos senhores vereadores os pareceres do SINTAP, do STAL e da Comissão de Trabalhadores e que queria deixar duas ou três notas que lhe pareciam relevantes para a compreensão do que estavam a tratar.

Por um lado, em primeiro lugar, o que estavam ali a tratar naquele momento, em termos substantivos, era da análise e deliberação sobre o Regulamento dos Serviços Municipalizados e respetiva estrutura orgânica. Essa era a matéria. No entanto, havia outras matérias que acreditava que valia a pena referenciar, para esclarecer e ajudar a enquadrar essa discussão.

Em primeiro lugar, em relação à Simarsul, que ia gerir a alta dos esgotos, tinham feito reuniões regulares e iam fazer o acordo recolha com a mesma. Já estavam a ser feitas visitas aos equipamentos que estavam em exploração pelas Águas do Sado/AGS e, depois dessas visitas, iria ser feita uma avaliação desses equipamentos por uma comissão tripartida, composta por um representante do Governo, do Ministério do Ambiente, um representante da Simarsul e um representante da Câmara Municipal, para fazer a avaliação desses equipamentos. A importância dessa referência era que dessa avaliação desses equipamentos iria ser determinada a renda que a Simarsul iria pagar à Câmara de Setúbal pela entrega desses equipamentos à sua gestão.

Queria também dizer que tinham feito um trabalho que iria entregar aos senhores vereadores do PS e do PSD. Faltava-lhe afinar uma coisa e tinha que ver com a exploração da Simarsul da alta e o “*Deve e Haver*” dessa matéria. Podia dizer que o “*Deve e Haver*”, feitas as contas globais, não afetava o funcionamento normal e mantinha a capacidade integral e os resultados habituais da exploração da água e do saneamento. Mesmo assim, não estavam a conjugar uma coisa muito importante, era que a Simarsul, com a sua tarifa, não só prestava o serviço como também ainda fazia as obras. A tarifa integrava as obras e ainda lhes pagava uma renda, como tinha referido. Portanto, a avaliação que tinham era que o Sistema Intermunicipal Simarsul, um sistema público, era um sistema que era favorável à gestão em alta e era favorável ao Município de Setúbal essa integração.

Depois, queria também dar nota de um outro aspeto. Era que, na sequência da aprovação daquele regulamento - ou da submissão daquele regulamento à Câmara e, posteriormente à

Assembleia Municipal -, ainda iriam ser submetidos a Câmara e à Assembleia Municipal dois outros regulamentos. Um, seguramente, o Regulamento da Gestão de Águas e Saneamento, que, depois, seria submetido à ERSAR e que teria um inquérito público, e iam ver se se justificava submeter o Regulamento dos Resíduos, que tinha sido recentemente aprovado, mas, como havia pequenas alterações à lei, tinha de ser revisto e iam avaliar se o reviam já ou se o reviam depois, já com os Serviços Municipalizados a funcionar.

Tinha sido feito um trabalho muito interessante com a concessionária, no que respeitava à visita a equipamentos, avaliação das situações, quer em alta quer em baixa, o que tinha permitido perceber o que é que se estava a passar com esses equipamentos. Tinham contado com a colaboração integral da concessionária nessa matéria.

Também estavam a fazer um trabalho relativo a recursos humanos. Uma preocupação que tinham naquele processo era o que é que iria acontecer aos recursos humanos das Águas do Sado e queria reafirmar ali que o que estavam a tratar e a trabalhar era para integrar todos os trabalhadores das Águas do Sado, sem exceção, com as condições salariais e com os direitos sociais e económicos que detinham naquele momento nas Águas do Sado. Esse trabalho estava a ser feito em reuniões de parceria com as Águas do Sado. Já tinham feito reuniões com todos os dirigentes de topo das Águas do Sado, que tinham confirmado o seu interesse em continuar nessas atividades nos Serviços Municipalizados de Setúbal. Isso estava clarificado com eles. Tinham sido feitas reuniões com os dirigentes de segunda linha, todos, à exceção de um que estava com Covid, que também reiteraram e afirmaram a sua vontade de continuarem a trabalhar no sistema nos Serviços Municipalizados, e, a partir da próxima semana, iriam iniciar reuniões com todos os trabalhadores das Águas do Sado, para resolver a sua situação laboral e a sua integração futura nos Serviços Municipalizados.

Era um trabalho muito interessante e tinha sido muito gratificante a reação dos trabalhadores com quem já tinham falado. Pensava que iriam ter, seguramente, uma transição serena para o dia seguinte, com os trabalhadores, os dirigentes, os trabalhadores no seu sítio, a trabalhar e a garantir o funcionamento normal dos Serviços Municipalizados e a continuidade do serviço.

Nesse processo dos recursos humanos tinha-se colocado um problema que tinha que ver com uma lacuna da legislação, que, em situações de concessão, previa a deslocação dos trabalhadores públicos para a concessionária e também previa o regresso dos trabalhadores públicos da concessionária, no fim da concessão, mas que não previa a integração dos trabalhadores da concessionária na futura organização pública, os trabalhadores que são específicos da concessionária e que tinham contrato com a concessionária.

Esse processo tinha levado a um movimento de algumas câmaras, particularmente a Câmara de Mafra, junto da DGAL, para encontrar uma solução e tinha-se encontrado uma solução. Essa solução tinha ido para o Parlamento e tinha-se verificado que essa solução não resolvia o problema de Setúbal. Então, eles mesmos tinham-se movimentado e tinham conversado com quem tinham de conversar. Tinham conversado, também, com Mafra, que tinha estado de acordo em que pudessem, em conjunto, resolver esse problema e tinham conversado com o Grupo Parlamentar do PCP, que tinha apresentado uma proposta, o Grupo Parlamentar do PS tinha apresentado uma proposta, o Grupo Parlamentar do PSD tinha apresentado uma proposta, mas nenhuma delas resolvia integralmente o problema. Então, tinha sido necessário fazer um trabalho conjunto dos três grupos parlamentares, para encontrar uma solução, que tinha acabado por ser vertida numa alteração da proposta do Partido Socialista.

Queria valorizar muito e agradecer o trabalho que tinha sido desenvolvido por todos os deputados que tinham estado envolvidos nesse processo, que tinham resolvido o nosso problema, a deputada comunista Paula Santos, naturalmente, com quem tinha conversado, o Presidente da Câmara de Mafra, que não era deputado, e Hélder Silva, o seu presidente, que tinha sido inesgotável no esforço de colar Setúbal à solução que estava a ser encontrada e que resolvia o problema de Mafra. Queria, também, numa lógica de agradecimento ao conjunto dos grupos parlamentares, incluindo o Partido Socialista, que tinha acabado por ser aquele que tinha tido a sua proposta aprovada e, num momento zen da reunião, agradecer ao Sr. Vereador Fernando José, Deputado da República, com quem tinha conversado numa das

últimas reuniões - talvez na última reunião, tinha sido tudo muito rápido -, a quem tinha explicado a situação que tinham em Setúbal. Ele não tinha exatamente essa informação assim e, depois, tinha-se oferecido para contribuir para a solução do problema. Queria agradecer-lhe quer o empenho, quer a forma como tinha acompanhado esse processo, numa relação regular de contacto com ele mesmo, para ajudar. As coisas tinham de ser ditas quando tinham que ser ditas e eram o que eram e, portanto, agradecia-lhe por isso.

Em relação a essa matéria tinham, então, uma solução que resolvia o problema dos trabalhadores que regressassem das Águas do Sado. Ainda havia um aspeto ou outro a afinar, mas o que interessava - só para se ter uma ideia do que aquilo tinha resolvido - era que tinham de fazer um movimento que era assinar um documento tripartido a dizer que as Águas do Sado cediam à Câmara os seus trabalhadores, numa cedência de interesse público. Havia que, de imediato, fazer um documento tripartido em que as Águas do Sado, a Câmara e o trabalhador, outra vez, assinavam um documento em que aceitavam as condições laborais e profissionais e isso integrava-os, de imediato, no Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados, e, no dia seguinte ou na hora seguinte, tinham que abrir um concurso público - porque isso seria em dezembro, isso seria válido para 2022 -, para que eles pudessem concorrer para regularizar a situação enquanto funcionários públicos, em definitivo.

Quanto a essa última matéria, iriam pedir um parecer à DGAL, um parecer interpretativo sobre o universo desse concurso, que era a dúvida que tinha ficado visto que a DGAL tinha uma solução que resolvia completamente esse problema e esse problema tinha ficado um bocadinho em aberto, mas já tinham consultado vários juristas que diziam que a solução era boa e que a situação iria ser resolvida. Portanto, era só para terem uma ideia. Tinha sido um frenesim de uma semana até se conseguir resolver esse problema, que tinha acabado por cair bem e resolver bastante bem a questão.

Depois, queria fazer uma referência aos pareceres dos sindicatos, que não tinham feito nenhum reparo à proposta. Tinham-se limitado a dizer "OK, de acordo, não há nenhum problema". Só o STAL é que tinha chamado a atenção para a necessidade de se ter em conta a consulta sistemática aos sindicatos, mas isso iriam fazer. Também havia a necessidade de ouvir os nossos trabalhadores e isso iriam fazer, mas, como tinha referido em relação aos trabalhadores das Águas do Sado, iria ser feito em relação aos trabalhadores do Município, embora a situação dos trabalhadores do Município fosse completamente distinta. Os trabalhadores do Município estavam numa unidade orgânica municipal e iriam transitar, a fazer a mesma atividade, para outra unidade orgânica municipal. Portanto, era uma coisa diferente, mas iriam fazer, também, essa conversa com todo o cuidado com os nossos trabalhadores.

Em relação ao parecer da ERSAR quis referenciar o seguinte: A ERSAR tinha dado um parecer que lhe parecia interessante. O parecer da ERSAR não era obrigatório, não era necessário nem era vinculativo, mas tinham-no pedido e a ERSAR tinha estado de acordo. Tinham reunido duas vezes com a ERSAR, para fazer o acompanhamento daquele processo, e o que tinham de recomendações da ERSAR eram, sobretudo, notas para o andamento futuro e não para aquele momento, não para aquele documento que tinham ali, mas para a consideração do EVEF (Estudo de Viabilidade Económica e Financeira) como uma peça relevante para o desenvolvimento económico da atividade, e, depois, recomendações tarifárias e outras coisas que iriam ter em conta ou que já estavam a ter em conta, uma série delas.

Iriam reunir outra vez com a ERSAR no final do mês, para fazer um ponto da situação, quer das notas do parecer, quer das coisas que já tinham adiantado, quer das coisas que ainda tinham que adiantar, porque tinham todo o interesse, como deviam calcular, em garantir uma relação correta com a reguladora e que a reguladora acompanhasse, de uma forma transparente, toda a nossa atividade, até porque eles também iriam ter que dar parecer sobre os outros documentos todos que iriam elaborar - e, aí sim, seria vinculativo -, como era o caso dos documentos de gestão das águas e saneamento e dos resíduos.

Assim, muito rapidamente, documentos que viriam mais à frente e que seriam objeto de discussão ali: O Plano de Atividades e Orçamento, que já estava a ser preparado; o tarifário, que era uma matéria muito relevante e que iria conformar todos o desenvolvimento económico dessa atividade e o Plano de Investimentos, que, depois, também seria avaliado ali, na reunião.

Pedia desculpa ter sido tão longo, mas aquilo era uma matéria que os tinha ocupado bastante tempo, uma matéria que tinha muitas nuances e acreditava que, em geral, não eram matérias muito conhecidas e era muito importante que houvesse esse conhecimento de todos os membros da Câmara. Só lhe faltava dar uma última nota, era que, dentro de um procedimento que tinham adotado, desde a primeira hora, no tratamento das questões relacionadas com o regresso das águas, tinham tido uma reunião de trabalho privada com o Partido Socialista e uma reunião privada de trabalho, também, com o PSD, com quem tinham tido oportunidade de trocar opiniões e de dar alguma informação que ajudasse a conformar o estudo e a análise e a opinião própria sobre aquela matéria, que era o que queriam que acontecesse. Em relação àquela matéria, esperava que, tal como tinha acontecido na Assembleia da República, a conjugação de vontades resultasse numa coisa boa para todos.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que, relativamente àquele ponto, talvez fosse também levar algum tempo, mas era importante fazer uma resenha histórica e referir que aquela concessão, que levava 25 anos, tinha surgido num momento em que os Serviços Municipalizados de Setúbal verificavam uma grande perda, nomeadamente da água, naquilo que era a prestação aos setubalenses. Tinham verificado, pela execução da concessão, que, de facto, tinha havido substanciais melhorias, nessa e noutras áreas, e queriam assinalar isso.

No entanto, e também assinalando devidamente o que devia ser dito, o PSD tinha votado contra essa concessão havia 25 anos, que tinha sido proposta pelo então executivo do Partido Socialista, presidido por Manuel da Mata Cáceres, por razões que não tinham que ver, obviamente, com razões ideológicas, tal como não lhes prendiam razões ideológicas para viabilizar aquele regulamento naquele momento, uma vez que estava tomada a decisão, no fundo também conforme a deliberação da própria Assembleia Municipal de optar não por lançar uma nova concessão mas por, no fundo, internalizar essa prestação de serviços aos setubalenses. Portanto, desse ponto de vista, o Partido Social Democrata não tinha nenhum problema e a questão entre ser público ou privado, naquela situação em concreto, não era, para eles, um tema.

Posto isso, na sequência daquilo que tinha sido a análise deles daquele regulamento e da questão da recriação dos Serviços Municipalizados de Setúbal, relativamente às águas, queriam deixar assinalado que, para eles, era da maior importância que três matérias estivessem asseguradas. Uma era, obviamente, manter e melhorar a prestação de serviços à população, fosse na área da água, fosse na área do saneamento ou fosse - enfim, porque também iriam ser incluídas as águas pluviais, apesar de ser uma questão que, em relação àquela dimensão, acabava por ser menor - a questão do preço, porque toda a gente sabia que o preço praticado, o preço final, era o que interessava. O preço final praticado do concelho de Setúbal era superior a outros concelhos limítrofes e da Área Metropolitana de Lisboa. Uma vez que estavam, naquele dia, na onda da Área Metropolitana, era bom referir isso, tínhamos que nos comparar com os municípios vizinhos.

Um tema que também tinha sido recorrente ao longo daqueles anos e que, no fundo, também tinha sido *“arma de arremesso política”* - se lhe era permitida a expressão -, não só entre as forças políticas, mas, até, da própria concessionária, tinha que ver com os investimentos a fazer no saneamento, para os quais, por diversas vezes, tinha sido chamada a atenção de que não seriam os devidos, atendendo àquilo que eram os valores prestados pela concessionária. Isso, para eles, era fundamental que ficasse assegurado, a prestação da qualidade do serviço, o preço ser reduzido e ser mais acessível a água aos nossos concidadãos e, também, que os investimentos fossem assegurados, uma vez que havia a

legítima dúvida de que eles tivessem, durante aqueles anos, sido efetuados conforme necessário. Era uma das dúvidas que continuavam a ter.

Daquilo que lhes tinha sido explicado – desde logo, queria agradecer a reunião que tinham tido com o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, que estava genuinamente entusiasmado com aquela solução, nessa reunião -, entendiam que a adaptação do regulamento decorria não só daquilo que era já a estrutura da concessionária, mas também decorria da própria lei, como uma obrigação, essa adaptação. Portanto, se, de facto, se viesse a confirmar que a grande parte dos trabalhadores e das chefias se iriam manter nos serviços municipalizados, pensava que seria bom para esses mesmos serviços, no sentido de garantir aquilo que pouco antes tinha referido, aquelas três condições.

Era o que queria dizer naquele momento, mas também gostaria de ouvir, no fundo, a resposta do senhor vereador relativamente àquela questão dos investimentos, deixando, também, uma questão que não lhes parecia clara, que tinha a ver com aquilo que iria ser negociado com a Simarsul e que, na perspetiva otimista, e, provavelmente, até real, do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, teria como desfecho possibilitar que, de facto, o valor da água fosse reduzido para os setubalenses e, portanto, gostaria só que explicasse melhor essa parte e que também esclarecesse a questão relativamente ao investimento no saneamento.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, sem prejuízo da intervenção que se seguiria, do Sr. Vereador Joel Marques, que iria aprofundar muito mais aquele tema, cabia-lhe tecer 3 ou 4 considerações. Sem qualquer tipo de momento zen, aquilo que queria começar por dizer era que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha conduzido aquele processo de forma exemplar, porque tinha mantido um diálogo direto e aberto com a oposição, a tal oposição que tinha sido apelidada por alguns de *“arautos da desgraça”*. A verdade era que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha tido uma postura completamente diferente, no sentido de dialogar, de procurar consensos e tinha sido isso que os tinha levado a encontrar, precisamente, plataformas de entendimento quanto a um assunto que era extremamente importante para a autarquia, para o concelho, para os setubalenses e azeitonenses.

Nesse sentido, não lhe custava nada, em nome dos vereadores do Partido Socialista, reconhecer que essa era a postura certa e aquela que devia ser mantida, não aquela postura de afastar os vereadores que pertenciam àquele executivo, nomeadamente, de alguns eventos que iam acontecendo na cidade e para os quais não recebiam qualquer tipo de convite. Aliás, tinham conhecimento através de membros do Governo de iniciativas que iam acontecendo no concelho de Setúbal. Queria ali recordar que todos eles eram membros daquele executivo, eram vereadores eleitos pela população e não ficava bem a quem ia fazendo essa separação e tendo essa atitude antidemocrática na Câmara Municipal de Setúbal. Ainda no fim de semana anterior tinha acabado por acontecer.

Mas, pronto, o que interessava era aquela forma exemplar como o processo estava a ser conduzido. Efetivamente, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha tido essa conversa, tinham tentado unir esforços e tinham conseguido, nessa união de esforços, chegar a uma solução. Era uma solução que poderia ser, porventura, mais esclarecedora na sua redação, mas tinha sido a possível. Acreditava, através de conversas que tinham tido que aquela era uma boa solução e que iria dar resposta aos enormes desafios que se avizinhavam.

Faziam isso porque estavam em causa, em primeiro lugar, os direitos dos trabalhadores e para eles, vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Setúbal, para eles, PS em Setúbal, a bandeira da defesa dos trabalhadores não era apenas uma bandeira que se acenava ou que se levantava em manifestações, no protesto pelo protesto. A defesa dos direitos dos trabalhadores era, para eles, uma prioridade na ação política. Assim tinha sido desde que tinham sido eleitos na Câmara Municipal. Portanto, não iriam abdicar de continuar na defesa dos trabalhadores. Não diziam uma coisa e faziam outra, para eles a defesa dos trabalhadores era, efetivamente, uma prioridade. Quando o Sr. Vereador falou com ele, tinha ido verificar, efetivamente, que ele tinha razão naquilo que estava a dizer e que os direitos dos trabalhadores estavam em causa e, portanto, era preciso acautelar e defender os direitos desses trabalhadores e tinha sido isso que eles tinham ajudado a densificar.

Uma outra questão tinha a ver com a autarquia e com o serviço que era prestado aos setubalenses. Naquele caso, um serviço que também lhe era prestado a ele e aos vereadores que estavam naquela bancada, porque residiam em Setúbal. Era um serviço que não podia ser posto em causa, o serviço de abastecimento de água, e, portanto, nesse sentido, tinham entendido que aquela era uma boa solução e, nas reuniões privadas que foram tendo, isso foi sendo abordado. Portanto, quanto a isso estavam de acordo, era um caminho que tinham de continuar a fazer, como tinha dito o Sr. Vereador Carlos Rabaçal na última reunião e tinha voltado a referir. Era um caminho que tinham de continuar a fazer em conjunto, com algumas divergências que, obviamente, iam tendo. Isso era normal, em política era mesmo assim, mas a verdade era que aquele era o caminho que deviam continuar a trilhar, no superior interesse de Setúbal e dos setubalenses.

Mas, antes de ser passada a palavra ao Sr. Vereador Joel Marques, pela Sra. Vice-Presidente, terminava a sua intervenção levantando apenas uma questão que, para eles, ali, era essencial, sendo certo que aquela internalização dos serviços visava, obviamente melhorar os serviços prestados e também o baixar do custo. Aliás, recordava que isso tinha sido uma bandeira do Partido Comunista Português, aquando da eleição em 2021. Recordava-se de, na Feira de Sant'Iago, ainda realizada na Baixa de Setúbal, o Partido Comunista andar a fazer uma recolha de assinaturas, um abaixo-assinado contra a privatização da água e dizendo-o aos trabalhadores. Era a prova viva disso, porque o seu pai era trabalhador da Câmara e estava nas Águas do Sado, e, na altura, até lhe tinha dito: *"Olha, querem reverter esta má decisão do Partido Socialista"*. Na altura, tinha sido uma má decisão, o seu pai tinha-lhe dito isso.

Portanto, na altura, isso tinha sido uma bandeira e tinham prometido aos trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal que estavam nas Águas do Sado que isso iria ser revertido. Em 2021/2022, efetivamente, tinham ganho as eleições, tinham passado 20 anos e estavam, naquele momento, a chegar ao fim do contrato, um contrato que poderia ter sido revertido, na opinião deles, antes e não o tinha sido, porque - como também tinha tido ocasião de dizer ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal - outros interesses se tinham levantado, nomeadamente através de juras de amor eterno entre a Câmara Municipal e as Águas do Sado e sobre isso também já tinham dado várias provas. Já ali tinham demonstrado essa troca de cartas de amor, entre as Águas do Sado e a Câmara Municipal de Setúbal.

Mas, percebendo que existia uma separação entre aquilo que era o regresso dos Serviços Municipalizados, dos serviços de abastecimento de água e saneamento, à Câmara Municipal, pondo fim, portanto, aquela concessão, dessa separação havia algo que tinha de ser perguntado e que não tinha sido feito ainda ali, na reunião da Câmara, era que existia uma dívida. Existia uma dívida das Águas do Sado à Câmara Municipal de Setúbal e não podiam aceitar que essa dívida, ao longo dos anos, tivesse vindo a aumentar e que a Câmara Municipal de Setúbal nada tivesse feito. Aliás, aquilo que tinha feito - voltava a referir isso e, se necessário fosse, voltaria a entregar a documentação - tinham sido juras de amor eterno entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Águas do Sado, nomeadamente através, até, da indicação, por parte das Águas do Sado, que poderiam ser incluídas obras que nada tinham a ver com o saneamento e com o abastecimento de água, portanto outras obras ou outros serviços que a Câmara Municipal de Setúbal quisesse incluir naquele dito protocolo. Tinha prova disso e, nesse dia, a reunião tinha sido interrompida com um pedido de desculpas à oposição por parte da anterior presidente, porque, efetivamente, lhes tinha chegado informação que não lhes devia ter chegado, mas, infelizmente, a informação tinha-lhes chegado.

Chegados ali, perguntava ao senhor vereador: Existia uma dívida, parecia que era uma dívida incobrável, e, portanto, parecia que, quando o Partido Comunista, a nível nacional, levantava a questão da banca e das dívidas incobráveis à banca, parecia que em Setúbal também tínhamos algo parecido, porque existia uma dívida que era incobrável e a responsabilidade, naquele caso, era da Câmara Municipal de Setúbal e do executivo da CDU, porque tinha deixado a situação arrastar-se. Portanto, obviamente que, percebendo e concordando com a posição que o senhor vereador tinha tido, certamente acompanhado pelo restante executivo,

de separar essas duas questões, havia uma questão que tinha que ser colocada e que não podia ser escondida, que era a enorme dívida que existia por parte das Águas do Sado à Câmara Municipal de Setúbal, que, pelos vistos, era uma dívida incobrável e que teria de ir para o foro judicial, no sentido de a Câmara Municipal de Setúbal, algum dia, poder vir a ter o recebimento dessa dívida.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, efetivamente, aquela proposta de regulamento lhes parecia ser suficientemente genérica na sua construção e não merecia apontamentos quanto ao seu conteúdo, pelo que seria, naturalmente, viabilizada pela bancada do Partido Socialista. No entanto, o parecer da ERSAR - que, não sendo obrigatório, tinha sido, efetivamente, elaborada e tinha-lhes sido enviado em conjunto com a proposta de regulamento -, que acompanhava a proposta, levantava questões que eram relevantes e que não podiam deixar de referir. Em primeiro lugar, a ERSAR alertava para a necessidade de a Assembleia Municipal ter de deliberar sobre a transferência da gestão dos resíduos urbanos e das águas pluviais para os serviços Municipalizados. Tendo por base o correspondente estudo referente aos aspetos económicos, técnicos e financeiros, efetivamente, a Assembleia Municipal apenas tinha deliberado sobre o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais. Depois, algo que não era uma recomendação, como pouco antes tinha percebido que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal teria dito, mas que era, efetivamente, uma obrigatoriedade legal e que tinha a ver com os tarifários propostos para os serviços de água e de resíduos, que, na proposta que tinha sido apresentada à ERSAR, continham desconformidades com o diploma complementar, nomeadamente no que se referia à tarifa de disponibilidade, que devia ser expressa em euros por dia, e ao tarifário aplicável ao serviço de limpeza de fossas sépticas. Isso, sendo, naturalmente, algo que acabava por ser de fácil resolução, não deixava de ser mais um grão de areia ou mais dois grãos de areia na engrenagem, acumulação de grãos de areia que dificultava o funcionamento dessa mesma engrenagem. Portanto, era relevante, também, deixar essa menção, que era uma menção que constava do parecer da ERSAR. Queria questionar, também, o porquê de o plano de investimentos apresentado reportar ao período de 2023 a 2047, ou seja, 25 anos, mas o relatório que suportava esse ficheiro de cálculo não ir para além de 2040. Portanto, havia um período de 7 anos, os 7 últimos anos em estudo, que não eram mencionados no relatório.

Por fim, queria questionar, ainda, se a excessiva simplificação dos pressupostos, que a ERSAR também apontava, a excessiva simplificação dos pressupostos operacionais se era algo que era intencional, por evidente simplificação da extrapolação dos dados para anos futuros, uma vez que estavam a falar de uma extrapolação que era sempre difícil de fazer, estavam a falar de 25 anos para o futuro, ou se estavam perante dados que o Município considerava que eram consistentes, da forma como eram apresentados, e que permitiam uma clara visão daquilo que se entendia que seria o futuro da gestão desses serviços.

A verdade é que, na opinião da ERSAR, que eles, na bancada do Partido Socialista, acompanhavam, a simplificação desses pressupostos dificultava uma análise da constância das estimativas apresentadas e isso poderia colocar em causa a sustentabilidade do próprio estudo, na forma como, naquele momento, estava construído.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que agradecia as questões colocadas, que permitiam ajudar a esclarecer ainda mais algumas matérias que não tinha referido e que era importante referir. Quanto às questões colocadas pelo Vereador Paulo Calado, ainda antes de lhe responder, queria dizer o seguinte: A nível mundial, as concessões tinham regressado no ano anterior em 85 por cento, ou seja, havia um movimento mundial de regresso das concessões ao setor público e isso envolvia os países mais desenvolvidos do mundo e outros. Portanto, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, tinha dito, em tempos, no auge da pandemia, que se tinha verificado a vantagem inegável e irrefutável de a água estar na mão do setor público no meio da crise, visto que tinha havido milhões de pessoas que tinham perdido o acesso a água, por não terem podido pagar. Os privados tinham sido implacáveis e esse bem não podia faltar.

Isso, para além de outras matérias que votariam na Câmara em tempo oportuno, que era um plano estratégico para a água de Setúbal, que tinha de ver não só com a exploração do sistema, mas com a sua sustentabilidade.

Acreditava que o setor privado, naquele momento, estava a garantir a exploração maximizando, não estava a garantir a estabilidade e isso não era possível num bem essencial como a água. Portanto, esse movimento estava a evoluir nesse sentido e isso era muito importante.

A segunda questão: Era importante perceber-se que não tinham sido os “rapazes de Setúbal” que tiveram uma ideia brilhante. Não, era um movimento consistente, fundamentado, apoiado e com lógica. Não queria dizer que, num ou noutro caso não pudesse acontecer, que pudesse haver vantagem na gestão privada, neste ou naquele caso, mas, até mesmo alguns dos especialistas portugueses, que tinham sido arautos da privatização da água e das concessões, naquele momento consideravam – era interessante ouvir isso - que a concessão podia ser um episódio para resolver um problema concreto da gestão, mas tinha de ser sempre uma situação temporária. Portanto, era uma evolução interessante o pensamento de algumas pessoas.

Queria lembrar que os Serviços Municipalizados configurados naquele momento faziam parte do setor empresarial local público. Portanto, tinham autonomia económica e financeira, administrativa, e, também, tinham gestão empresarial. Uma das razões pelas quais tinham optado por essa solução, e que já tinha sido devidamente explicada, era que permitia uma grande proximidade à gestão pública, por um lado, e, por outro lado, uma gestão focada, orientada e centralizada nessa matéria, sem discussão pelos serviços municipais.

Em relação às questões colocadas, queria só dizer que o objetivo era mesmo manter a qualidade e melhorar a qualidade. O plano de investimentos iria ser um plano de investimento maior do que o habitual. Estava decidido e publicado que era para baixar o preço. No estudo de viabilidade económica e financeira isso não estava refletido assim. O estudo de viabilidade económica e financeira era um estudo prospetivo. Depois iriam ter os dados económicos mais rigorosos nos documentos previsionais. Iriam ter no plano de atividades, no orçamento e num plano de investimentos mais concreto.

Porque é que havia alguma coisa em aberto? Por duas razões: Primeiro, trabalhavam em cima dos dados oficiais das Águas do Sado e não inventavam números. Os últimos dados com que tinham trabalhado eram de 2020, visto que, oficialmente, não tinham as contas de 2021 entregues. Como dizia a ERSAR – e muito bem -, tinham tido de ter em conta que a situação estava a evoluir muito rapidamente. Tinham uma inflação de um ponto e tal havia pouco tempo, e, naquele momento, tinham uma inflação de 8. Portanto, era preciso ter em conta essa matéria e, no plano de investimentos, também era preciso ter em conta que com essa variabilidade de situações, o plano de investimentos a 25 anos era brutal, em termos de “timing”.

O que tinham decidido tinha sido fazer uma previsão a 25 anos, mas qualificar os investimentos de uma forma mais próxima, numa década, que era aquilo que dominavam mais de perto e que era mais fácil de controlar. Portanto, tinham sido opções que tinham tomado, não tinham sido falhas. Tinham discutido com a Price e a Price tinha entendido que era bom apresentar assim. Iriam sentar-se com a ERSAR, para conversar sobre as questões que eles tinham colocado. Tinha com ele dois documentos que já tinham respondido a todas as questões que eles tinham colocado. Tinha estado a falar com a ERSAR ainda antes de vir para a reunião, tinha estado a trocar opiniões com eles e iriam prosseguir assim. Portanto, não havia nenhuma possibilidade de saírem do referencial dos documentos que ali tinham sido apresentados, visto que esse referencial era público e tinha sido entregue a quem de direito e era à volta dele que iriam trabalhar, indo à concretização das coisas no momento próprio.

O plano de investimentos e o tarifário tinham um momento próprio de discussão e, nessa altura, é que se traduzia esse referencial nos instrumentos adequados. Em relação ao plano de investimentos, iria entregá-lo aos senhores vereadores. Tinham estado a ultimá-lo, porque fazia parte de uma contestação que tinham feito, um mapa com os investimentos do

Município durante todo o processo, desde o primeiro dia até àquele dia, porque as Águas do Sado falavam dos investimentos da última década. Tinham essas contas feitas e as contas tinham sido entregues à ERSAR, com a listagem das obras, com os valores e com os documentos todos que suportavam essa lista de investimentos.

Em relação à Simarsul, a Simarsul era uma situação interessante. Desde logo, era obrigatório, a lei dizia que, quando acabasse a concessão, a Simarsul tomava posse, fosse qual fosse a solução de fim da concessão, fosse resgate, fosse fim de contrato ou fosse rescisão, no dia seguinte. Porque é que dizia isso? Porque o sistema Simarsul estava concebido com Setúbal. E, porque é que dizia 2023? Eles não estavam a prever que iríamos proceder assim ou que iríamos proceder de outra maneira, mas, a partir de 1 de janeiro de 2023, mesmo que não houvesse o fim da concessão, mesmo que a concessão fosse para lá de 2023, a Simarsul teria de tomar posse da alta dos esgotos. Portanto, era uma coisa muito importante saber-se isso e nós iríamos contribuir para a sustentabilidade da Simarsul.

Por outro lado, a Simarsul - como iria entregar aos senhores vereadores -, tinham feito as contas da avaliação das tarifas e já tinham resultados sobre isso. Se fizessem a evolução normal da tarifa das Águas do Sado, a breve prazo estaria superior à da Simarsul, sendo que na Simarsul estavam as obras e estava, ainda, uma renda que nos davam. Portanto, não havia nenhum grande problema nisso. Podia dizer-se que, de certa maneira, iria acontecer o que acontecia naquele momento: A entrega que as Águas do Sado tinham feito da alta de esgotos à EGS, o contrato que tinham feito, tinha um valor que não brigava com o resultado da exploração de uma forma significativa. Iriam manter essa situação de não brigar com a exploração. Portanto, era essa a lógica que queria ali deixar.

Em relação aos trabalhadores, era só para reafirmar e dizer que a primeira coisa que tinha dito, quando abordaram esse assunto, tinha sido que o Município de Setúbal pretendia ficar com todos os trabalhadores, que, naquele momento, laboravam nas Águas do Sado. Aliás, havia uma legislação, que era a lei de transmissão de estabelecimento, que obrigava a que assim fosse, ou seja, a Câmara teria mesmo de receber e o trabalhador teria mesmo que vir. Era mesmo assim e era uma lei que resolvia três problemas. Resolvia o problema da empresa concessionária, que não tinha que indemnizar ninguém, se não ia despedir, porque a empresa iria acabar; era uma lei que resolvia o problema da concedente, que recebia uma equipa capacitada, mas, sobretudo, era uma lei que resolvia o problema do trabalhador, que tinha a garantia de emprego com os direitos todos que, naquele momento, detinha, a não ser que invocasse duas situações, a situação de não confiar na organização para onde iria - e isso era um elemento atendível para ele não vir - ou ir ter uma grande perturbação na sua vida pessoal com deslocações, etc. Isso era atendível. Tirando isso, era obrigatório vir, a não ser que a pessoa se despedisse, que tenha um projeto melhor, que se fosse embora para outra vida. Tudo bem, mas essa era uma regra e estava a ser aplicada ali. Portanto, tinham uma grande confiança em que os trabalhadores todos fossem reagir como os dirigentes tinham reagido e íamos ter uma grande equipa a trabalhar nos Serviços Municipalizado, para além dos reforços pontuais, juntamente com os trabalhadores que já eram da Câmara, que estavam do lado de lá e que iriam regressar. Isso era uma pedra de toque que estava garantida.

Quanto à continuidade do serviço, era uma matéria que estavam a discutir. Ainda naquele dia tinha visto com a ERSAR o conceito de continuidade do serviço. O que estava garantido era que iríamos ter água na torneira e iríamos ter água mais barata. Isso é que estava garantido desde logo. Depois, havia outros aspetos que estavam a negociar e que tinham de ser resolvidos. Em relação à questão da fatura, poderíamos ter um problema interessante, que era a água baixar, o saneamento baixar e a fatura subir, por causa dos resíduos que vinham na mesma fatura. O que é que estava a acontecer, naquele momento? Os resíduos estavam a crescer de uma forma exponencial. Era uma matéria que tinha que ver com a Amarsul - quem acompanhava de perto era a Vereadora Carla Guerreiro -, que tinha vindo a fazer aumentos absolutamente absurdos da taxa de gestão de resíduos e, naquele momento, estava a prever um aumento absurdo, de 40 e tal euros para 50 e tal euros pelo depósito de um ano.

A Amarsul, que era uma empresa que tinha sido rentável quando era pública, que tinha dividendos, que tinha dinheiro acumulado para investir, quando foi privatizada, esse dinheiro acumulado tinha sido distribuído como dividendos e estava a dar prejuízo, sistematicamente, obrigando a que a ERSAR permitisse um permanente aumento dos custos do serviço prestado. Portanto, era um assunto que qualquer dia haveriam de tratar com alguma calma, para tentar perceber o que é que se estava a passar. Aliás, acreditava que a questão dos resíduos era a coisa mais bruta que estava a acontecer naquele momento, naquelas matérias ambientais, aos municípios de todos os concelhos da região com a Amarsul. Acreditava que era um assunto que iria merecer uma análise do conjunto de forças políticas, para avaliar essa matéria com alguma profundidade, porque estava a atingir patamares do inenarrável. Era uma situação que tinha de ser avaliada. Só referia isso. Não era uma matéria sua em particular, iria passar a ser, porque os resíduos iriam entrar nos Serviços Municipalizados, e, queria, desde logo, começar a explicar o que é que estava montado.

Em relação ao parecer da ERSAR, já tinha referido, em relação ao tarifário, também já tinha referido e o plano de investimentos já tinha referido. Podia-se falar muito do passado da concessão e da evolução da concessão, etc., mas havia muito passados para falar, não era só de um. Achava que deveriam falar do futuro da exploração do sistema, que era o que, naquele momento, interessava, porque podiam fazer a resenha do passado e a coisa iria ser dolorosa, não iria ser fácil para ninguém. Portanto, achava que o que interessava, naquele momento, era que estavam entusiasticamente a tentar resolver bem o problema dos municípios de Setúbal, com melhor qualidade e com um preço mais baixo e acreditava que estava bem encaminhado, do seu ponto de vista. Iriam ver se levavam tudo aquilo a bom porto, sendo que nada daquilo era fácil e tudo aquilo estava a ser bastante complexo, mas estavam a trabalhar.

Tinha havido alguém que lhe tinha perguntado se não seria pouco tempo para tratar daquilo (*“um ano, pouco tempo e tal”*). Só queria lembrar que o legislador dizia que a concedente *“um ano antes do fim da concessão”* tinha que informar a concessionária, primeiro, sobre o que é que ia fazer e o que é que queria da concessionária, e o que tinham feito, com toda a clareza, tinha sido informar a concessionária que queriam retomar. O legislador, ao dar um ano de aviso, estava a dizer que um ano era o tempo da transição. Achava que era muito importante que isso fosse claro e que não houvesse dúvidas sobre isso.

Em relação à dívida, podiam dizer que a paciência deles ultrapassava a paciência dos santos mais santos e que isso poderia trazer-nos um inferno. O senhor vereador tinha falado no inferno, mas queria dizer-lhe que o Papa Francisco tinha acabado com o inferno. Aliás, os católicos que estavam na missa e os que não eram católicos sabiam o inferno tinha sido uma criação da Igreja. O Papa Francisco e o Concílio Vaticano tinham concluído que a ideia de Inferno era uma ideia demasiado violenta e, então, tinha abolido a ideia do Inferno. Era uma coisa engraçada, já não existia. Já não havia esse problema, mantinha-se só o Purgatório. Portanto, escusávamos de invocar o Inferno, porque o Inferno, afinal, não era mau. Uma coisa que não existia não era má. Era melhor acabar, no nosso léxico, com o Inferno. Naquele momento, estava a usar o termo, mas tinha-se arrependido, não o devia usar porque tinha sido abolido por decreto papal.

Portanto, tinham uma paciência de santos e podia dizer, se fizessem uma história prolongada disso, que tinham sido surpreendidos com incumprimentos e com uma atividade empresarial que não tinha qualificação na relação com a entidade concedente Câmara. Não fazia sentido. Quando havia uma relação empresarial e institucional partiam do princípio de que cada um cumpria a sua parte. Depois, tinham ido descobrindo que tinha havido incumprimentos. Tentavam levar isso até ao limite do tempo, propondo, propondo, exigindo, escrevendo, mandando ofícios, mandando cartas, exigindo, exigindo, exigindo.

Tinham feito um último esforço, visto que as Águas do Sado tinham novos acionistas. Os acionistas eram franceses, tinham pedido para falar e tinham conversado com eles duas vezes. O Sr. Presidente da Câmara tinha feito esse esforço, no sentido de ver se dirimia esse assunto, até que tinham concluído que o discurso dos novos acionistas era igual ao dos antigos acionistas, e, então, tinha-se acabado. O que é que tinham feito? Fizeram o que

tinham a fazer, tinham acionado a garantia bancária, que era de 12 milhões e meio de euros, e, como esperavam e estavam preparados, as Águas do Sado tinham acionado uma providência cautelar. Já tinham respondido à providência cautelar, e, naquele momento, estavam nessa fase de discussão. Em princípio, no máximo, dentro de um mês, essa questão estaria esclarecida.

Entretanto, face ao comportamento geral dos acionistas, dos velhos e dos novos, também tinham decidido desenvolver e estavam a estudar todas as medidas, para ir buscar a diferença da providência cautelar e ou todo o dinheiro que nos era devido, se a providência não fosse, de facto, libertada, que eram quase 30 milhões de euros, que faziam muita falta e que eram essenciais à nossa atividade. Talvez tivesse sido possível explicar o que teriam feito com esse dinheiro, se ele tivesse vindo. O que queria esclarecer era isso, mas tinham sido feitas perguntas e, em relação à dívida, era aquela coisa simples. Estavam a fazer, naquele momento, o que tinham de fazer, depois de um esforço muito grande para resolver de uma forma amigável, negociada, esse assunto. Pronto, era isso. Pedia imensa desculpa se se tinha alongado muito.

Submetida à votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

6. Deliberação n.º 1830/2022 – Proposta n.º 17/2022 – GAP – Alteração aos Autos de Transferência de Competências e Recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Freguesia de S. Sebastião, Freguesia do Sado e União das Freguesias de Setúbal para o ano de 2022

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 31 a 41.

Sra. Vice-Presidente – Disse que também tinham a proposta para o ano de 2023 [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 42 a 52] e que colocava à consideração dos senhores vereadores se entendiam que deviam discuti-las em separado ou se achavam que deviam fazer a discussão das duas propostas. Não havendo, podiam discuti-las em conjunto. Também lhe parecia mais adequado. Portanto, iria tentar resumir a primeira deliberação.

A primeira deliberação tinha a ver, basicamente, com as alterações legislativas que tinham ocorrido no âmbito do salário mínimo - portanto, o aumento do salário mínimo nacional -, a questão das atualizações salariais na função pública, de 0,9 por cento. Eram imperativos legais que tinham de atualizar, relativamente àquilo que tinham sido os vencimentos para os trabalhadores ou para as unidades funcionais de trabalho transferidas nos acordos, em junho de 2021.

Também havia uma questão que os levava a pedir a alteração desses autos de transferência, que tinha a ver com o facto de em junho de 2022 terem indicado a transferência e a afetação de 21 trabalhadores da Câmara Municipal à União de freguesias de Setúbal, mas, por diversas vicissitudes, nomeadamente questões relacionadas com doenças profissionais e com aposentações, o número definitivo tinha-se fixado em 14. Portanto, era preciso fazer essa correção, relativamente aos trabalhadores que nunca tinham chegado a ir para a União de Freguesias de Setúbal e aprovar essa "reconversão" em unidades funcionais de trabalho, para que a junta pudesse, também, desempenhar o seu trabalho com a maior qualidade possível. Era isso que estavam a tratar na primeira proposta, na alteração para 2022.

Depois, na segunda deliberação, aquilo que já estavam a tratar era de prever aquilo que seria já o ano de 2023 e, tendo em conta a legislação em vigor, aquele era o momento para levarem, também, à Assembleia Municipal, a proposta já para 2023. Destacaria, aquilo que eram as novas propostas - portanto, a ideia, o protocolo, mantinha-se, praticamente, como

estava o de 2022 -, transferências que eram acrescentadas. Nomeadamente, havia a inclusão dos pequenos espaços verdes na freguesia da União das Freguesias de Setúbal, que, no anterior ao de transferência não tinha ficado com essa responsabilidade, e havia, depois, um acréscimo de responsabilidades nas áreas dos espaços verdes para as freguesias, que eram correções ou novos espaços verdes que tinham vindo a ser criados.

Havia, também, a inclusão da manutenção dos espaços verdes pertencentes aos estabelecimentos de ensino, das escolas que tinham passado para a Câmara Municipal e havia, ainda, a inclusão, na perspetiva da celebração de protocolos e de reforço da higiene urbana na área da APSS e no Bairro do Forte da Bela Vista, com a freguesia de São Sebastião. Portanto, reforço da limpeza pública.

Também, relativamente à limpeza pública, inclusão na freguesia do Sado das novas áreas, designadamente da Península de Mitrena, que era, até à data, realizada pela Câmara Municipal, e outras áreas da União das Freguesias que não estavam também contempladas nos anteriores autos de transferência, como avenidas novas (Avenida Paula Costa, Rua Rui Serôdio), todas aquelas ruas daquela zona, bem como algumas áreas mais rurais da freguesia em que não existia essa contratualização. Portanto, propunham que as duas propostas fossem aprovadas e fossem enviadas à Assembleia Municipal, para deliberação no âmbito da legislação em vigor.

Submetida a votação a deliberação 1830 foi a mesma aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

Submetida a votação a deliberação 1831 foi a mesma aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

7. Deliberação n.º 1831/2022 – Proposta n.º 18/2022 – GAP – Alteração aos Autos de Transferência de Competências e Recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Freguesia de S. Sebastião, Freguesia do Sado e União das Freguesias de Setúbal para o ano de 2023

A proposta foi aprovada, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 42 a 52 (ver ponto 6).

8. Deliberação n.º 1832/2022 – Proposta n.º 01/2022 – SMPCB – Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 53 a 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

9. Deliberação n.º 1833/2022 – Proposta n.º 2/2022 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “AICEP Global Parques”

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 58 e 59.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que, obviamente, eram favoráveis à aceitação da doação, mas, atendendo ao que era doado - fatos de mergulho, barbatanas, luvas e botas - questionava se iria ser reativada a secção de mergulho nos Bombeiros Sapadores de Setúbal.

Sra. Vice-Presidente – Disse que pensava que a secção de mergulho continuava a existir, não tinha indicação. Sabia que tinha havido algumas secções que tinham deixado de efetuar alguns trabalhos, mas pensava que os Bombeiros Sapadores, independentemente da secção de mergulho - que pensava estar a funcionar -, tinham sempre essa capacidade e essas valências. Possivelmente tinha sido feita essa atribuição, tendo em conta, as necessidades da companhia. Provavelmente a AICEP Global Parques havia perguntado em que é que poderiam ajudar e o que é que seria mais necessário. Pensava ter sido nesse sentido que tinha sido feita a doação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a pergunta do senhor vereador tinha uma resposta que não era taxativa, ou seja, os bombeiros tinham uma secção de mergulho e atividades náuticas. Havia muito tempo que tinham deixado de ter o mergulho, só muito pontualmente é que faziam mergulho. Tinham uma secção de apoio a atividades aquáticas. Tinha sido uma opção que se tinha feito, na medida em que a intervenção do mergulho tinha como objetivo, sobretudo - e eram requisitados para isso -, para intervir em situações de sinistros, de mortes, de recuperação de cadáveres, etc., e essa função estava atribuída à administração portuária e ao porto de Setúbal. Portanto, o que é que estava a acontecer? Estava a acontecer que os Bombeiros Sapadores estavam a substituir-se a essa função e tinham entendido que não deviam continuar nessa atividade, mas, sim, manter uma secção ativa e ativíssima, que estava a funcionar, de apoio a atividades aquáticas. Também faziam socorro, quando era necessário, mas não faziam, *"tout court"*, mergulho.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 1834/2022 – Proposta n.º 1328/2022 – DAF – Alteração de valor no fundo de maneio do DEB

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

11. Deliberação n.º 1835/2022 – Proposta n.º 1329/2022 – DAF/DICONT/DICOR – Aprovação do mapa da demonstração dos fluxos de caixa - Mapa de demonstração de desempenho orçamental

A Sra. Vice-Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 61 a 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

12. Deliberação n.º 1836/2022 – Proposta n.º 1330/2022 – DAF – Protocolo de colaboração com a Autoridade Tributária - Direção de Finanças

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 64 a 67.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que saudavam aquele protocolo, porque vinha, efetivamente - como a Sra. Vice-Presidente tinha dito, e bem -, clarificar e regularizar a situação dos trabalhadores, algumas situações que se arrastavam havia demasiado tempo. Aquele protocolo vinha, efetivamente, clarificar e regularizar a situação dos trabalhadores, protegendo-os e clarificando a sua situação. Portanto, iriam votar favoravelmente, saudando que, finalmente, aquele protocolo se fosse concretizar e chegasse à reunião da Câmara.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 1837/2022 – Proposta n.º 1331/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Reversão do direito de superfície constituído sobre parcela de terreno, sita em Santo Ovídio, Faralhão, Setúbal

A Sra. Vice-Presidente da Câmara leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 68 a 70.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que era uma breve intervenção, que, na verdade, era sobre aquela proposta e a proposta que analisariam, também, de seguida, que respeitava à reivindicação da posse da parcela de terreno sita em Herdade da Mourisca e que também tinha estado em utilização pelo Estrelas do Faralhão. Uma breve nota, para dizer que, ao longo dos anos, a coletividade tinha ido sempre apresentando algumas dificuldades e tinha sempre ido transmitindo algumas dificuldades no que respeitava à retenção de atletas e, até, na constituição de equipas, fruto da diversidade de oferta formativa que concorria diretamente com o Estrelas do Faralhão e que tinha, naturalmente, outro tipo de condições para a prática desportiva, como um campo relvado e não um campo de terra batida.

Portanto, sendo certo que aquele processo não teria, naturalmente, sido iniciado de ânimo leve, mas também sabendo das dificuldades com que outros clubes e outras coletividades do concelho se debatiam na gestão e manutenção dos seus campos, sendo que muitos não eram, sequer, proprietários dos campos que utilizavam e do espaço que utilizavam para a sua prática desportiva, questionava qual seria o destino que estava previsto para esses dois espaços, quer para aquele que estavam a analisar naquele momento, a proposta que estavam a analisar, quer para o campo de futebol que estava inserido numa parcela de terreno que integrava a proposta que iriam analisar de seguida.

Sra. Vice-Presidente – Disse que o senhor Vereador tinha toda a razão. À semelhança dos outros dois que tinha proposto que pudessem ser discutidos em conjunto, também fazia todo o sentido poderem discutir essas duas propostas em conjunto.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, muito rapidamente e agradecendo as questões que se aplicavam, de facto, às duas propostas, no que dizia respeito ao espaço do edificado, o que, naquele momento, podiam adiantar era que houvesse um protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia do Sado, que também era parte interessada na dinamização do próprio movimento associativo, podendo considerar aquele espaço como um espaço de acolhimento para um conjunto de associações e coletividades da própria freguesia.

No que dizia respeito ao espaço do campo de futebol, não estava ainda definida nenhuma perspetiva, até porque tinha que ser enquadrado com o próprio espaço da Mourisca, numa

zona protegida, e, portanto, aquilo que, naquele momento, avaliavam era, fundamentalmente, considerar essa proposta de reversão, para, depois, numa discussão ampla e aprofundada, poderem ponderar o que melhor se enquadrava, quer para o desenvolvimento do território da Freguesia do Sado quer, também, no enquadramento que a própria Mourisca, sem poder adiantar, objetivamente, que estava determinado objetivamente qualquer equipamento ou qualquer atividade previamente definida.

Pensavam que essa discussão devia ser feita depois, de uma forma ampla e participada, quer pela Câmara Municipal, quer, também, pela própria Freguesia do Sado, que lhes parecia que era o que fazia sentido, considerando o território onde estava instalado o equipamento.

Submetida a votação a deliberação 1837 foi a mesma aprovada, por maioria, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

Submetida a votação a deliberação 1838 foi a mesma aprovada, por maioria, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

14. Deliberação n.º 1838/2022 – Proposta n.º 1332/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Reivindicação da posse de parcela de terreno, sita em Herdade de Mourisca, Setúbal

A proposta foi aprovada, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 71 e 72 (ver ponto 13).

15. Deliberação n.º 1839/2022 – Proposta n.º 1333/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Joaquim Campos, Lote 1 – 3.º Dto., em Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que era para sugerir e para propor, no fundo à luz daquilo que tinham feito em reuniões anteriores, tendo em conta que todas aquelas propostas eram no sentido de não exercício do direito de preferência, que fossem votadas em bloco, ponto 15 ao ponto 128.

Sra. Vice-Presidente – Questionou os senhores vereadores do Partido Socialista se estavam de acordo. Se toda a gente estava de acordo, iriam proceder à votação, começariam na deliberação 1839 e seguiriam até à deliberação 1952.

Submetidas a votação as deliberações 1839 a 1952 foram as mesmas aprovadas, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 1840/2022 – Proposta n.º 1334/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta dos Cedros, n.º 10 – C/v Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 15).

17. Deliberação n.º 1841/2022 – Proposta n.º 1335/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, n.º 7 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 75 (ver ponto 15).

18. Deliberação n.º 1842/2022 – Proposta n.º 1336/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Liberdade, n.º 36, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76 (ver ponto 15).

19. Deliberação n.º 1843/2022 – Proposta n.º 1337/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Vanicelos, n.º 17 – 3.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77 (ver ponto 15).

20. Deliberação n.º 1844/2022 – Proposta n.º 1338/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 20 - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78 (ver ponto 15).

21. Deliberação n.º 1845/2022 – Proposta n.º 1339/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante Dom Henrique, n.º 24 – 3.º Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79 (ver ponto 15).

22. Deliberação n.º 1846/2022 – Proposta n.º 1340/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta do Monte Belo, n.º 16 – 2.º Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80 (ver ponto 15).



23. Deliberação n.º 1847/2022 – Proposta n.º 1341/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.º 7 – 1.º E, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81 (ver ponto 15).

24. Deliberação n.º 1848/2022 – Proposta n.º 1342/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Doutor Álvaro Gomes, n.º 6 – 4.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82 (ver ponto 15).

25. Deliberação n.º 1849/2022 – Proposta n.º 1343/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Joaquim Granjo, n.ºs 69, 71 e 73, 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 83 (ver ponto 15).

26. Deliberação n.º 1850/2022 – Proposta n.º 1344/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Associação dos Socorros Mútuos Setubalenses, n.º 6 – 1.º, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 15).

27. Deliberação n.º 1851/2022 – Proposta n.º 1345/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Associação dos Socorros Mútuos Setubalenses, n.º 6 - R/C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85 (ver ponto 15).

28. Deliberação n.º 1852/2022 – Proposta n.º 1346/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Edmundo Bartissol, n.ºs 55 e 57, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86 (ver ponto 15).



- 29. Deliberação n.º 1853/2022 – Proposta n.º 1347/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gonçalo de Abreu, n.ºs 1, 3, 5 e 7 - Beco Gonçalo de Abreu, n.º 2 e Rua Edmund Bartissol, n.º 59, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87 (ver ponto 15).

- 30. Deliberação n.º 1854/2022 – Proposta n.º 1348/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta da Lanchoa, n.º 1 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88 (ver ponto 15).

- 31. Deliberação n.º 1855/2022 – Proposta n.º 1349/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Ana Castro Osório, n.º 2 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89 (ver ponto 15).

- 32. Deliberação n.º 1856/2022 – Proposta n.º 1350/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olímpio Moreira dos Santos, n.ºs 9 e 11 – 2.º, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90 (ver ponto 15).

- 33. Deliberação n.º 1857/2022 – Proposta n.º 1351/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Baptista, n.ºs 29, 31, 33, 35 e 37 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91 (ver ponto 15).

- 34. Deliberação n.º 1858/2022 – Proposta n.º 1352/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 12, Rua Bartolomeu Dias, n.º 1 e traseiras Avenida D. Manuel I, n.ºs 38, 40 e 41 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 15).

35. Deliberação n.º 1859/2022 – Proposta n.º 1353/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Albino, n.ºs 1 e 3 – 1.º A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93 (ver ponto 15).

36. Deliberação n.º 1860/2022 – Proposta n.º 1354/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge Claro, n.º 10 - R/C E, Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 4, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94 (ver ponto 15).

37. Deliberação n.º 1861/2022 – Proposta n.º 1355/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 89 – 4.º F, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95 (ver ponto 15).

38. Deliberação n.º 1862/2022 – Proposta n.º 1356/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.º 1C – 2.º, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96 (ver ponto 15).

39. Deliberação n.º 1863/2022 – Proposta n.º 1357/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís de Camões, lote 1 - Guarda do Pinheiro, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97 (ver ponto 15).

40. Deliberação n.º 1864/2022 – Proposta n.º 1358/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Alecrim, n.º 4 – 2.º, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98 (ver ponto 15).

41. Deliberação n.º 1865/2022 – Proposta n.º 1359/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Jorge Afonso, n.º 11 – 1.º E F, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99 (ver ponto 15).

42. Deliberação n.º 1866/2022 – Proposta n.º 1360/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça Professora Virgínia Rau, n.º 5 – 7.º D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100 (ver ponto 15).

43. Deliberação n.º 1867/2022 – Proposta n.º 1361/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada dos Ciprestes - Quinta da Alegria, n.º 4 – 3.º D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101 (ver ponto 15).

44. Deliberação n.º 1868/2022 – Proposta n.º 1362/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Luz, n.º 2 – 4.º D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102 (ver ponto 15).

45. Deliberação n.º 1869/2022 – Proposta n.º 1363/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante D. Henrique, n.º 6 – 3.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 103 (ver ponto 15).

46. Deliberação n.º 1870/2022 – Proposta n.º 1364/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.ºs 33, 35 e 37 – 1.º, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 104 (ver ponto 15).



47. Deliberação n.º 1871/2022 – Proposta n.º 1365/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Principal das Praias do Sado, n.º 232, 1.º, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105 (ver ponto 15).

48. Deliberação n.º 1872/2022 – Proposta n.º 1366/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fran Pacheco, n.ºs 54 e 56, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 106 (ver ponto 15).

49. Deliberação n.º 1873/2022 – Proposta n.º 1367/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização Vale do Cobro, lote 15 - C/V, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 107 (ver ponto 15).

50. Deliberação n.º 1874/2022 – Proposta n.º 1368/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Carvalho Serra, n.º 5 – 2.º B, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 108 (ver ponto 15).

51. Deliberação n.º 1875/2022 – Proposta n.º 1369/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Agostinho da Silva, n.º 9 - R/C Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 109 (ver ponto 15).

52. Deliberação n.º 1876/2022 – Proposta n.º 1370/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 65 - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 110 (ver ponto 15).

53. Deliberação n.º 1877/2022 – Proposta n.º 1371/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Paraíso - Rua Cidade de Debrescen, n.º 6 – 4.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 111 (ver ponto 15).

54. Deliberação n.º 1878/2022 – Proposta n.º 1372/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Latino Coelho, n.º 1 - C/V, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 112 (ver ponto 15).

55. Deliberação n.º 1879/2022 – Proposta n.º 1373/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Latino Coelho, n.º 1 - R/C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 113 (ver ponto 15).

56. Deliberação n.º 1880/2022 – Proposta n.º 1374/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada do Vale da Rasca, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 114 (ver ponto 15).

57. Deliberação n.º 1881/2022 – Proposta n.º 1375/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Latino Coelho, n.º 1 – 1.º, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 115 (ver ponto 15).

58. Deliberação n.º 1882/2022 – Proposta n.º 1376/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Gregório, n.º 1 – 2.º B, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 116 (ver ponto 15).

59. Deliberação n.º 1883/2022 – Proposta n.º 1377/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Afonso, n.º 5 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 117 (ver ponto 15).

60. Deliberação n.º 1884/2022 – Proposta n.º 1378/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada do Alentejo, n.º 6 – 12.º Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 118 (ver ponto 15).

61. Deliberação n.º 1885/2022 – Proposta n.º 1379/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada do Alentejo, n.º 6 – 12.º Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 119 (ver ponto 15).

62. Deliberação n.º 1886/2022 – Proposta n.º 1380/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Formosa, n.º 43, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 120 (ver ponto 15).

63. Deliberação n.º 1887/2022 – Proposta n.º 1381/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida de Angola, n.º 10 - SL Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 121 (ver ponto 15).

64. Deliberação n.º 1888/2022 – Proposta n.º 1382/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge Claro, n.º 4, com traseiras para o Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 3 - R/C E, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 122 (ver ponto 15).



65. Deliberação n.º 1889/2022 – Proposta n.º 1383/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Mormugão, n.º 45 – 2.º H, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 123 (ver ponto 15).

66. Deliberação n.º 1890/2022 – Proposta n.º 1384/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale do Cobro, n.º 35, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 124 (ver ponto 15).

67. Deliberação n.º 1891/2022 – Proposta n.º 1385/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge Claro, n.º 4 – 5.º E, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 125 (ver ponto 15).

68. Deliberação n.º 1892/2022 – Proposta n.º 1386/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Francisco Biscaya da Silva, n.º 2 – 2.º C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 126 (ver ponto 15).

69. Deliberação n.º 1893/2022 – Proposta n.º 1387/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Cidade de Magdeurg, n.º 1 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 127 (ver ponto 15).

70. Deliberação n.º 1894/2022 – Proposta n.º 1388/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Melros, Lote 6, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 128 (ver ponto 15).



**71. Deliberação n.º 1895/2022 – Proposta n.º 1389/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Frei António das Chagas, n.ºs 38A e 38B – 3.º Frt., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 129 (ver ponto 15).

**72. Deliberação n.º 1896/2022 – Proposta n.º 1390/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – R. de Santiago, n.º 2 na porta de acesso aos andares
superiores, tornejando para a R. Nossa Sr.ª do Amparo, n.ºs 2, 4, 6, 8 e 10
nas portas das lojas e o n.º 12 na porta de serviço, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 130 (ver ponto 15).

**73. Deliberação n.º 1897/2022 – Proposta n.º 1391/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Urbanização dos Pinheirinhos, Beco Agostinho Neto, n.º 1 –
2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 131 (ver ponto 15).

**74. Deliberação n.º 1898/2022 – Proposta n.º 1392/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua dos Bombeiros de Setúbal, n.º 13 - R/C Dto, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 132 (ver ponto 15).

**75. Deliberação n.º 1899/2022 – Proposta n.º 1393/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 4, 5, 6 e Rua Jorge
Claro, n.ºs 8, 10, 12 e 14 – 2.º, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 133 (ver ponto 15).

**76. Deliberação n.º 1900/2022 – Proposta n.º 1394/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua de Timor, Lote 57, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 134 (ver ponto 15).

77. Deliberação n.º 1901/2022 – Proposta n.º 1395/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Garcia Peres, n.º 15 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 135 (ver ponto 15).

78. Deliberação n.º 1902/2022 – Proposta n.º 1396/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta da Serra - Casais da Serra - Ramada, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 136 (ver ponto 15).

79. Deliberação n.º 1903/2022 – Proposta n.º 1397/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Antigo Olival, n.º 8 – 1.º E22, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 137 (ver ponto 15).

80. Deliberação n.º 1904/2022 – Proposta n.º 1398/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida do Alentejo, n.ºs 67, 69 e 71, tornejando para a Rua Camilo Castelo Branco, n.º 214 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 138 (ver ponto 15).

81. Deliberação n.º 1905/2022 – Proposta n.º 1399/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Doutor José Romão dos Santos Ferro, Lote 29 – 6.º A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 139 (ver ponto 15).

82. Deliberação n.º 1906/2022 – Proposta n.º 1400/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ary dos Santos, n.º 7 - R/C D, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 140 (ver ponto 15).

83. Deliberação n.º 1907/2022 – Proposta n.º 1401/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.º 291 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 141 (ver ponto 15).

84. Deliberação n.º 1908/2022 – Proposta n.º 1402/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Manuel Gamito, n.º 2 – 10.º recuado Direito, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 142 (ver ponto 15).

85. Deliberação n.º 1909/2022 – Proposta n.º 1403/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Quatro Caminhos, n.º 10 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 143 (ver ponto 15).

86. Deliberação n.º 1910/2022 – Proposta n.º 1404/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Hermenegildo Capelo, n.º 3 – 4.º D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 144 (ver ponto 15).

87. Deliberação n.º 1911/2022 – Proposta n.º 1405/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Cardoso Pires, n.º 15, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 145 (ver ponto 15).

88. Deliberação n.º 1912/2022 – Proposta n.º 1406/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Francisco Bingre, Lote 46, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 146 (ver ponto 15).

89. Deliberação n.º 1913/2022 – Proposta n.º 1407/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Morgado de Setúbal, n.º 16, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 147 (ver ponto 15).

90. Deliberação n.º 1914/2022 – Proposta n.º 1408/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Perú, n.ºs 68 e 70, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 148 (ver ponto 15).

91. Deliberação n.º 1915/2022 – Proposta n.º 1409/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ocidental do Convento, n.º 11 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 149 (ver ponto 15).

92. Deliberação n.º 1916/2022 – Proposta n.º 1410/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos ou Quinta de Canes, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 150 (ver ponto 15).

93. Deliberação n.º 1917/2022 – Proposta n.º 1411/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Amparo, n.º 16 – 6.º D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 151 (ver ponto 15).

94. Deliberação n.º 1918/2022 – Proposta n.º 1412/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Professor Hernâni Cidade, n.º 2 – 4.º B, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 152 (ver ponto 15).

95. Deliberação n.º 1919/2022 – Proposta n.º 1413/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Antiga Fábrica do Tomate, n.º 5 – 2.º Dto., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 153 (ver ponto 15).

96. Deliberação n.º 1920/2022 – Proposta n.º 1414/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça da República, n.º 17, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 154 (ver ponto 15).

97. Deliberação n.º 1921/2022 – Proposta n.º 1415/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 4 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 155 (ver ponto 15).

98. Deliberação n.º 1922/2022 – Proposta n.º 1416/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bartolomeu Dias, n.º 24 - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 156 (ver ponto 15).

99. Deliberação n.º 1923/2022 – Proposta n.º 1417/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lopo Homem, n.º 5 - R/C D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 157 (ver ponto 15).

100. Deliberação n.º 1924/2022 – Proposta n.º 1418/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tratado de Tortesilhas, n.º 8 – 2.º Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 158 (ver ponto 15).



**101. Deliberação n.º 1925/2022 – Proposta n.º 1419/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Engenheiro Paulo de Barros, n.º 5 – 1.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 159 (ver ponto 15).

**102. Deliberação n.º 1926/2022 – Proposta n.º 1420/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Maria Emília Barradas, n.ºs 11 e 11A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 160 (ver ponto 15).

**103. Deliberação n.º 1927/2022 – Proposta n.º 1421/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Maria Emília Barradas, n.ºs 13 e 13A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 161 (ver ponto 15).

**104. Deliberação n.º 1928/2022 – Proposta n.º 1422/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Hermínio Cunha, n.º 1 – 6.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 162 (ver ponto 15).

**105. Deliberação n.º 1929/2022 – Proposta n.º 1423/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Celestino Alves, n.º 4 - R/C D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 163 (ver ponto 15).

**106. Deliberação n.º 1930/2022 – Proposta n.º 1424/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Quinta da Amizade, Lote 68 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 164 (ver ponto 15).

**107. Deliberação n.º 1931/2022 – Proposta n.º 1425/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Picheleiros Azeitão, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 165 (ver ponto 15).

**108. Deliberação n.º 1932/2022 – Proposta n.º 1426/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Nossa Senhora do Cais, n.º 27 - R/C27, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 166 (ver ponto 15).

**109. Deliberação n.º 1933/2022 – Proposta n.º 1427/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Praceta Pero da Covilhã, n.º 11 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 167 (ver ponto 15).

**110. Deliberação n.º 1934/2022 – Proposta n.º 1428/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua das Ameixeiras, lote 194 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 168 (ver ponto 15).

**111. Deliberação n.º 1935/2022 – Proposta n.º 1429/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 18 – 1.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 169 (ver ponto 15).

**112. Deliberação n.º 1936/2022 – Proposta n.º 1430/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua do Poço, n.º 55, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 170 (ver ponto 15).

113. Deliberação n.º 1937/2022 – Proposta n.º 1431/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Eloy do Amaral, n.º 43 – 2.º, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 171 (ver ponto 15).

114. Deliberação n.º 1938/2022 – Proposta n.º 1432/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça Professora Virgínia Rau, Urbanização Jardins do Sado, Lote 6 – 4.º e 5.º D (duplex), em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 172 (ver ponto 15).

115. Deliberação n.º 1939/2022 – Proposta n.º 1433/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Afonso Castro, Lote 19 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 173 (ver ponto 15).

116. Deliberação n.º 1940/2022 – Proposta n.º 1434/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Quinta do Meio, n.º 9, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 174 (ver ponto 15).

117. Deliberação n.º 1941/2022 – Proposta n.º 1435/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Francisco Xavier, Lote 7 – 1.º I, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 175 (ver ponto 15).

118. Deliberação n.º 1942/2022 – Proposta n.º 1436/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Estefanilha, n.º 15, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 176 (ver ponto 15).



119. Deliberação n.º 1943/2022 – Proposta n.º 1437/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Dr. José Romão dos Santos Ferro, n.º 28 – 6.º A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 177 (ver ponto 15).

120. Deliberação n.º 1944/2022 – Proposta n.º 1438/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dom João II, n.º 6 – 5.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 178 (ver ponto 15).

121. Deliberação n.º 1945/2022 – Proposta n.º 1439/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos, Pinhal de Negreiros, Lote 5, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 179 (ver ponto 15).

122. Deliberação n.º 1946/2022 – Proposta n.º 1440/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Libânio Braga, n.º 12 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 180 (ver ponto 15).

123. Deliberação n.º 1947/2022 – Proposta n.º 1441/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Henrique Barros, n.º 5 – 2.º Esq., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 181 (ver ponto 15).

124. Deliberação n.º 1948/2022 – Proposta n.º 1442/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 94 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 182 (ver ponto 15).



125. Deliberação n.º 1949/2022 – Proposta n.º 1443/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Quinta dos Foios, n.ºs 11 e 11A, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 183 (ver ponto 15).

126. Deliberação n.º 1950/2022 – Proposta n.º 1444/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 4 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 184 (ver ponto 15).

127. Deliberação n.º 1951/2022 – Proposta n.º 1445/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Hermínio Cunha, n.º 1, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 185 (ver ponto 15).

128. Deliberação n.º 1952/2022 – Proposta n.º 1446/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Fernando Alcobia, n.º 3 – 8.º C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 186 (ver ponto 15).

129. Deliberação n.º 1953/2022 – Proposta n.º 1447/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Aquisição de prédio, sito em Rua dos Arcos, n.º 14, Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 187 e 188.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o Partido Socialista acompanhava, naturalmente, aquela proposta e iria votá-la favoravelmente. No entanto, era importante terem consciência de que aquilo que iam votar naquele dia, era a aquisição de um imóvel que já não existia na forma como lhes tinha sido apresentado, porque, no dia 19 de maio, o Município tinha procedido à demolição desse edifício.

Portanto, importava questionar em que termos é que o Município tinha intervido num imóvel privado, que, aparentemente, não apresentava riscos imediatos para a segurança pública, duas semanas antes de ser autorizada a adquiri-lo.

A questão era que aquele imóvel, por aquilo que lhes era dado a entender, era um imóvel devoluto que estava abandonado havia muitos anos, junto aos Arcos que limitavam o Jardim da Algodeia. Era público que esse imóvel tinha sido demolido pelo Município, aliás, a própria página do Município tinha feito disso publicidade, no dia 19 de maio.

Havia duas questões que achava que eram importantes. Por um lado, estavam a votar a aquisição de um imóvel que já não existia na forma como ia ser adquirido, porque, naquele

momento, aquilo que existia, na verdade, era um terreno, não era uma construção, e, por outro lado, saber em que termos é que o Município tinha intervindo num imóvel privado, que, aparentemente, pelo menos por aquilo que lhes tinha sido dado a perceber – porque, para quem o via de fora, aparentemente, não apresentava riscos imediatos para a segurança pública -, portanto, em que termos é que essa intervenção tinha sido num imóvel privado, duas semanas antes de o Município ter autorizado a sua aquisição.

Isso era importante, particularmente pelo seguinte: É que, como os senhores [da CDU] sabiam, aquela proposta poderia ser recusada - já tinha dito que iriam votá-la favoravelmente, portanto, esse risco já não se corria -, mas era importante perceber de que forma é que a intervenção tinha sido feita antes de haver uma autorização efetiva para a compra.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal - Disse que podia dizer que já estava à espera que o senhor vereador fosse a votar, mas aquele imóvel tinha um histórico e tinha um relatório da Proteção Civil, que podia estar anexo e não estava, já com alguns anos e aquilo tinha-se agravado claramente, com vários riscos: Um risco de insalubridade, um risco de coito de pessoal da droga, prostituição, mesmo alguma atividade ainda mais grave do que essa e, também, que o telhado e as paredes estavam a ceder, etc. Portanto, havia uma necessidade de intervir.

Entretanto, tinham tido a intervenção na Rua dos Arcos e a Rua dos Arcos tinha ficado qualificada. Não se tinha intervindo no imóvel antes de evoluir com a requalificação da Rua dos Arcos. Tinha sido preciso negociar com o proprietário a possibilidade de, desde logo, cedência. Tinha chegado a colocar a hipótese de ser gratuito. Aquilo parecia, mas não era uma ruína, era um lote. Aquilo tinha um lote de construção com direitos construtivos - por isso era tão caro -, que entrava pelo parque dentro, pelo jardim dentro. Tinha aquela parte de fora e, depois, tinha uma zona à volta.

O que é que tinham decidido? Tinha conversado com o senhor sobre a expropriação, porque ele não poderia lá fazer nada, nunca. Não tinha oferecido, mas tinha lá direitos construtivos, embora ninguém fosse deixar fazer. Resumindo e concluindo, tinham tido de ir para um processo de negociação. Ainda tinham hesitado na expropriação, porque ele tinha levantado alguma oposição, mas, depois, tinha sido simpático e tinha resolvido a questão.

Tinha-se feito uma avaliação. A avaliação tinha determinado um valor, tendo em conta a capacidade construtiva daquilo e o que ali estava era a proposta de que se fizesse a aquisição daquele terreno.

Porque é que aquilo tinha acontecido, entretanto? Tinha combinado com o senhor. Tinha falado com o proprietário e ele tinha-lhes permitido demolir com a assinatura do contrato-promessa de compra e venda e, quando conseguiram chegar ao contrato-promessa de compra e venda, tinham demolido.

Em qualquer caso, o imóvel, ao contrário do que [o senhor vereador] estava a dizer, estava lá. Não estava a ruína, porque o que tinham comprado tinha sido o terreno, não tinha sido a casa. A casa não valia nada, valia meia-dúzia de euros, estava lá o valor. Portanto, o que se tinha comprado tinha sido o terreno. O terreno estava lá e tinha de ser comprado, senão não poderiam lá fazer nada.

O que é que estava combinado? Era, enfim, tratar o terreno, alargar o parque, até aos Arcos, e calçar a parte fronteira. Portanto, era um processo que tinha tido o acordo do proprietário, por isso é que tinham intervindo numa coisa que não era nossa, e, cautelarmente, mesmo com o acordo dele - ele tinha dito "*podem intervir*", mas, depois, tinha acabado por acordar só com o contrato-promessa de compra e venda -, quando ele adquiriu direitos de venda é que tinham ido fazer a demolição.

Portanto, tinha sido essa a lógica. Acreditava que todos estariam de acordo que era importante demolir aquela coisa "*agarrada*" a um arco que era classificado - que ainda iria ser melhor tratado - e eliminar aquele espaço infeto de um parque tão importante de Setúbal como era Algodeia.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal que a proposta, aquilo que lhes indicava era que o prédio, propriedade particular – aliás, a Sra. Vice-Presidente tinha

tido oportunidade de ler a proposta -, era composto por uma habitação de rés-do-chão com a área de 77 metros quadrados e um logradouro para 318. Ora, a habitação de rés-do-chão já não existia e era precisamente por isso que dizia que existia um imóvel, efetivamente, mas não nos termos em que lhes era apresentado.

Depois, importava, também, questionar que, se tinha havido um contrato-promessa de compra e venda, isso significava que tinha havido um compromisso. Os contratos-promessa de compra e venda, naturalmente, por regra, eram assinados com a contraentrega de um valor de sinal, um compromisso para a compra. Portanto, tinham ficado a saber que a Câmara se tinha comprometido – se tinha assinado um contrato-promessa e se tinha assinado um contrato-promessa tinha-se comprometido - com uma compra para a qual não existia autorização, ainda.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, como o senhor devia calcular, todos os contratos que faziam de venda, por exemplo de habitação, eram precedidos de um contrato-promessa, em que havia um compromisso que podia ser revertido, como o senhor vereador também sabia, mas era um contrato-promessa, que estabelecia logo uma certa relação. Era o caso. Era um património, havia um contrato-promessa de compra e venda, que, depois, se concretizava ou não se concretizava e assumia-se a realidade.

Achava que o que interessava ali, enfim, referir e validar, era que um cancro que estava ali, no Parque da Algodeia, tinha acabado. Tinha acabado com o acordo do proprietário e com a intervenção do Município, que tinha feito o que tinha podido para que aquilo tivesse ido ao chão, que ficasse limpo e que se eliminasse aquela zona infecta. Portanto, achava que isso é que era relevante do ponto de vista político e, até, do ponto de vista municipal. Achava que isso é que era relevante.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que a questão que se colocava não era uma questão de somenos. De facto, estavam ali com uma avaliação que era relativa ao valor da indemnização por expropriação de utilidade pública, mas, no pressuposto, de que, de facto, havia lá um edifício que já não existia. Sabia que tinha existido, mas já não existia.

Achava, inclusivamente, que a menção ao contrato-promessa de compra e venda devia vir na proposta, até para ratificação. Achava que o Vereador Joel tinha razão, mas, enfim, isso os senhores [da CDU] é que sabiam.

Achava que aquele tipo de situações eram sempre [de evitar]. Não estava a dizer que havia ali nenhuma ilegalidade. Não era isso. Estava a dizer que, enfim, a coisa podia vir noutros termos.

Sra. Vice-Presidente – Disse que, segundo os serviços, esse acordo que tinha existido era oral, com certeza, porque não existia nos serviços. De qualquer maneira, mesmo que o prédio ainda não tivesse sido demolido, a decisão seria pela demolição, porque não fazia sentido que se mantivesse o imóvel.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não estava em causa a bondade da proposta. Naturalmente que a entendiam, mas também entendiam que, tendo o imóvel sido demolido no dia 19 e tendo a Câmara Municipal reunido no dia 18, se a proposta tivesse vindo à reunião de dia 18 certamente haveria já condições reunidas para que ela pudesse ter sido apresentada e aquelas questões já não se colocavam.

Sra. Vice-Presidente – Disse que já todos tinham percebido que existiam “*timings*”, muitas vezes diferentes, entre a parte administrativa e de conclusão dos processos.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que era só uma precisão, uma vez que não tinha havido redução a escrito, que era uma formalidade essencial de um contrato-promessa de um imóvel, de acordo com o Código Civil, podia dizer-se que tinha havido uma intenção de comprar e uma intenção de vender. Por isso, retirava aquilo que tinha dito. Se tivesse havido,

de facto, um compromisso escrito, esse sim seria um contrato-promessa. Assim, não tinha havido contrato-promessa.

Sra. Vice-Presidente – Disse que os serviços tinham confirmado que não tinha existido, tinha sido uma intenção, como tinha dito o senhor vereador. Pensava que podiam ficar com essa indicação. Julgava que podiam avançar no sentido de deliberar a aquisição do prédio sito na Rua dos Arcos, n.º 14.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

130. Deliberação n.º 1955/2022 – Proposta n.º 1449/2022 – DAF/DICONT – Aprovação da alteração modificativa n.º 5 ao Orçamento de 2022

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 189 a 193, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos favoráveis, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

131. Deliberação n.º 1954/2022 – Proposta n.º 1448/2022 – DOM - DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 09/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para aluguer operacional de 30 viaturas ligeiras de passageiros e 1 viatura ligeira de mercadorias, pelo período de 36 meses

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 194 a 197.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o que ali estava, em termos práticos, era a renovação do primeiro lote de viaturas alugadas do Município de Setúbal mais uma viatura nova, que era uma viatura de mercadorias, que iria ser a viatura de suporte à manutenção das escolas, visto que a viatura que fazia esse trabalho tinha falido. Era muito idosa e já tinha ido. Portanto, o que aquela proposta trazia de novo era que todas as viaturas ligadas ao Gabinete da Presidência e Vereação, que, naquele momento, eram híbridas, passavam a ser híbridas “plug in”, ou seja, daquelas que eram carregáveis, o que dava um menor consumo de combustível e uma maior vida da bateria. Todas as viaturas que ali estavam a gasóleo, que eram 30, eram viaturas que iriam passar a ser híbridas. Portanto, era um “upgrade”, do ponto de vista do funcionamento dessas viaturas, do ponto de vista ambiental.

As viaturas que estavam naquele lote - haveriam de vir mais lotes de viaturas alugadas, que tinham a funcionar, naquele momento, no Município -, estavam distribuídas pelo Gabinete da Presidência, pela Vereação e pelas diversas unidades orgânicas e eram as viaturas de serviço dessas unidades orgânicas.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, relativamente àquela proposta, achavam bem. Era sempre uma evolução a aquisição de viaturas para renovação da frota. Consideravam, inclusivamente, que aquela aquisição de viaturas poderia vir a colmatar uma situação que tinha vindo a verificar-se no Município de Setúbal, que era o facto dos trabalhadores terem de utilizar as suas viaturas para serviços da própria autarquia. Portanto, esperamos que a aquisição daquelas viaturas viesse também pôr fim a essa situação, que era uma situação grave e que não podia continuar a acontecer, que era os trabalhadores da autarquia terem de

colocar as suas viaturas pessoais ao serviço da Câmara Municipal. Esperavam que essa situação viesse, também, contribuir para resolver esse problema.

Tinham algumas questões para colocar, nomeadamente quanto ao caderno de encargos. Tinham dúvidas e certamente o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, com a habilidade que tinha para responder sempre a todas as perguntas e encontrar sempre resposta para as questões da oposição, iria ter a capacidade de explicar o porquê dessas condicionantes no caderno de encargos.

Tinham percebido que, no caderno de encargos, estava, em termos de condições de proposta, que as intervenções de manutenção, por avaria ou sinistro, tivessem de ser feitas em oficinas do concelho de Setúbal. O que perguntavam era se, numa abertura de um concurso que não era um concurso concelhio, era um concurso a nível nacional, se isso não seria limitar o concurso e se tinha a certeza de que isso estava dentro de toda a legalidade. Queriam também perguntar o porquê de na proposta condicionarem o depósito de combustível de gasolina, superior a 50 litros e inferior a 65. Não conseguiam perceber o alcance de estar numa proposta, em termos de caderno de encargos, a limitação do depósito. Como o senhor vereador devia compreender, tinham estado a analisar a proposta e havia coisas que também lhes levantavam muitas dúvidas. Por exemplo, a questão dos bancos. Falava que os bancos tinham de ser ventilados em cor antracite. Certamente também iria explicar, porque é que os bancos tinham de ser ventilados e na cor antracite. Certamente haveria uma razão, não estava a colocar isso em causa. Os bancos dianteiros tinham de ser com aquecimento elétrico. Não eram os traseiros, eram os dianteiros, tinham de ter aquecimento elétrico. Isso também devia ter uma razão. Depois, os bancos traseiros tinham de ser aquecidos. Devia ter uma razão, também, para os bancos serem aquecidos. Depois, também dizia que o banco tinha de ter um apoio lombar elétrico de 4 posições. Podiam ser de 5, 6, 7 ou 8, mas não, eram de 4 posições. Portanto, também, certamente, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal iria encontrar uma explicação para que o banco tivesse de ser elétrico e tivesse de ter essas posições. Depois, os interiores da viatura tinham de ser todos em cor antracite. Não sabia se isso seria algum fetiche ou se existia alguma razão para ser assim, certamente que existiria. Depois, o volante também tinha de ser aquecido, mas certamente que haveria uma razão para que o volante fosse também aquecido. Podia dar um exemplo: Tinha uma viatura que era recente e o seu volante não era aquecido, mas certamente que haveria uma razão para que o volante fosse também aquecido.

Depois, havia algo que, então, ainda lhes levantava não eram dúvidas, eram só questões normais: O friso tinha de ser em alumínio brilhante, à volta das janelas laterais. Portanto, teria de haver um friso em alumínio brilhante à volta das janelas laterais.

(O senhor vereador certamente haveria de ter uma explicação tão plausível como aquela que tinha tido para a demolição do edifício antes de vir à reunião da Câmara. É que já vivia em Setúbal havia quase 50 anos e nunca tinha reparado que aquele edifício estivesse, realmente, nesses riscos todos para que o senhor vereador, pouco antes, os tivesse alertado. Se tivesse sabido isso, teria evitado passar tantas vezes perto daquele edifício).

Voltando ao tema que lhes interessava, a grelha dianteira tinha de ser em preto, mas não era um preto qualquer, era um preto de alto brilho com aros cromados. Portanto, o senhor vereador certamente também teria uma explicação porque é que a grelha dianteira teria de ser em preto de alto brilho com aros cromados. Depois, falava numa cortina insuflável. Portanto, o carro também tinha de ter uma cortina insuflável. Certamente que também teria explicação para isso. Depois, voltavam a falar de uma outra viatura, uma viatura em que o depósito já reduzia a capacidade, esse depósito teria de ser entre 45 litros e 60. Portanto, não poderia ser nem menos de 45 nem mais de 60.

Depois, para terminar a questão das viaturas, falava-se, no lote 5, que a porta lateral direita – podia ser qualquer uma, mas não, era a porta lateral direita; podia ser a esquerda, mas não, era a porta lateral direita - teria de ter um deslizante em chapa. Portanto, o senhor vereador também teria de explicar porque é que teria que ter um deslizante em chapa. Depois, as portas traseiras teriam de ser chapa com abertura a 180 graus – atenção, a 180 graus! - com

portas assimétricas em chapa. Depois, os painéis laterais traseiros dessa viatura também teriam de ser em chapa.

Eram demasiadas condicionantes para um concurso e acreditava que, se o senhor vereador fosse a vários stands ou a várias marcas, não iria conseguir encontrar tantas marcas com todas essas referências. Portanto, o senhor vereador teria de explicar porque é que aquele concurso era aberto com todas aquelas condicionantes que ali estavam.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que iria ter de estudar melhor aquele assunto, mas, de qualquer maneira, iria responder. Havia coisas que sabia claramente. Havia uma viatura que era uma viatura da presidência em que iria ser renovado o aluguer, que era de 3 anos. Estavam a acabar os 3 anos e ia-se embora. O tipo de especificações técnicas era para aquele tipo de viatura, não era daquela marca, mas era para aquele tipo de viatura. As viaturas daquela tipologia, daquela gama, tinham essas funções técnicas todas. Portanto, era por isso que se diziam aquelas condições técnicas todas, de várias marcas. Isso tinha que ver com o trabalho, que não era fácil, do nosso responsável nessa matéria, que, para garantir uma pelo mesmo preço, o melhor tipo de viatura de uma gama de várias marcas, tinha de descrever isso tudo, se não aparecia um cangalho qualquer pelo mesmo preço.

Em relação aos depósitos, havia uma coisa interessante. Os depósitos tinham vindo a diminuir na sua capacidade, em função da capacidade elétrica. Quando se definia um depósito com menor capacidade de combustível estava a definir-se uma gama mais baixa de viatura. Por exemplo, naquele momento, tinham a viatura Renault Clio, que era a maioria das viaturas que tinham, e, depois, tinham os “dockers”, que eram aquelas de caixa. O Clio era a gasóleo. Interessava-lhes uma viatura daquela tipologia, porque era uma tipologia mais pequena. Para conseguirem o Renault ou o Toyota, ou outra marca qualquer, tinham de ir baixando e caracterizando, senão iriam ter uma viatura de uma dimensão diferente daquela, o que não lhes interessava nada. Queriam daquela tipologia e queriam todas da mesma natureza. Portanto, não era especialista, mas, de qualquer maneira, sabia que as questões técnicas eram colocadas para se encontrar um certo nível de viatura. Por exemplo, os do Gabinete da Presidência e vereadores eram de uma certa gama e para aquela gama havia um conjunto de explicações técnicas que várias marcas tinham. Depois, tinha de vir a um determinado preço, com essas condições técnicas, senão saía-lhes um tipo de Clio pelo mesmo preço ou um preço à volta.

Em relação ao carro maior, àquele da chapa deslizante, era uma viatura de trabalho, uma viatura oficina e uma viatura oficina não tinha vantagem em ter deslizantes de material plástico. Tinha de ser material mesmo metalizado, material que entrasse e saísse. Essa viatura era uma viatura de trabalho e iria ser toda refeita por dentro, como oficina dos nossos trabalhadores que se deslocavam pelas escolas. Teriam de montar-lhe uma estrutura de ferramentaria, teria uma série de coisas e era uma viatura que teria que ser metalizada, não podia ter plásticos se não aquilo estragava-se mais facilmente. Havia viaturas no mercado, de várias marcas, com essas características. Eram viaturas de trabalho e eram viaturas oficina, que eram preparadas para ser oficina. Tinham várias dessas e o objetivo era garantir que não viesse uma viatura com plásticos. Então, tinham metido lá essa parte.

Tinha acompanhado minimamente isso, mas não dominava essas coisas em pormenor. Era um concurso aberto a nível nacional. Em termos de oficinas, havia uma questão. Tinham ido sempre às oficinas de mecânica de quem nos vendia e havia cá representantes disso tudo. Por exemplo, tinham máquinas em que não conseguimos isso. Sobretudo os grandes camiões, havia sítios onde eles eram tratados e ninguém os tratava em lado nenhum a não ser ali. Portanto, tinha de se ir a Santarém ou tinha que se ir a outro sítio qualquer, mas, isso, paciência, não havia nada a fazer. Em geral, essas viaturas eram todas tratadas cá, em Setúbal, e eram tratadas devidamente pelas nossas oficinas. Por exemplo, sabia que se saísse uma viatura Volkswagen corriam o risco de elas irem para Palmela ou para Lisboa, para serem tratadas, porque cá não havia oficinas que fizessem, com essa capacidade e na gestão da marca Volkswagen. Cá não havia oficinas com essa capacidade e, na gestão da marca Volkswagen eles é que decidiam quem é que tratava das viaturas. Não éramos nós,

eles é que decidiam, se quiséssemos ir à marca, e, em geral, tínhamos que ir à marca, porque as condições técnicas eram de tal maneira que só a marca é que tratava, mais ninguém tratava.

O senhor vereador que o desculpasse. Não sabia se tinha respondido a tudo, mas era o que podia dizer, face ao que tinha sido pedido.

Sra. Vice-Presidente – Disse que achava que o senhor Vereador não tinha defraudado as expectativas do Sr. Vereador Fernando José, e, portanto, pensava que estavam em condições de votar a proposta.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

132. Deliberação n.º 1956/2022 – Proposta n.º 25/2022 – DOM/DIHAB – Proposta de celebração de protocolo para a implementação do estúdio de som e vídeo “Espaço Nosso Bairro, Nossa Cidade” Bela Vista

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal disse que a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 198 e 199] era para retirar, na medida em que havia uma dessincronia entre a verba prevista e a que estava cabimentada. Portanto, era para retirar e para regressar quando tivesse a cabimentação adequada.

133. Deliberação n.º 1957/2022 – Proposta n.º 48/2022 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro ao Clube Desportivo Cultural e Recreativo de Gâmbia

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 200 e 201, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida à votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

134. Deliberação n.º 1958/2022 – Proposta n.º 50/2022 – DCDJ/DICUL – Doação de documentos sobre a empresa Movauto - Maria Manuela Furtado Matoso

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 202 a 204, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida à votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

135. Deliberação n.º 1959/2022 – Proposta n.º 51/2022 – DCDJ/DICUL – Concurso Marchas Populares 2022 – Preço e local de venda de bilhetes

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 205.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que era só uma pergunta: Em relação ao local da realização, porque é que não se fazia na Praça de Touros Carlos Relvas? Aliás, tinha sido uma das razões pelas quais o Município tinha adquirido aquele imóvel. Era uma questão de condições? Porquê a alteração do local, uma vez que nos outros anos tinha sido feito ali?

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, a eles, cabia-lhes registar, mas lá estariam para falar, depois das marchas. Na altura certa, tinham dito que todo aquele processo tinha começado mal. O processo tinha sido mal conduzido e não tinha a ver com as coletividades nem com a vontade de quem estava envolvido. Não tinha a ver com o trabalho exemplar que todos os anos era desenvolvido pelos técnicos da Câmara Municipal, pelos trabalhadores da Câmara que eram envolvidos. Tinha a ver com um erro político, na opinião deles, uma incompetência política - e estavam a falar, apenas, no âmbito político - de quem tinha feito a análise e, depois, não tinha sido capaz de traduzir esse processo em ação.

Tinha sido um processo que tinha começado tarde e tinha começado de forma errada. Era um processo que tinha começado com um diálogo enviesado com as coletividades e que terminava com aquele desfile no Pavilhão Municipal das Manteigadas, o que era um tremendo erro. Levar as marchas populares para o Pavilhão Municipal das Manteigadas era um erro. Quem conhecia as marchas sabia perfeitamente que era assim. As coletividades e quem estava diretamente envolvido não estava de acordo com isso. Iria impossibilitar a participação massiva da população, iria impossibilitar quem estava a participar com enorme esforço. Não estavam a falar da questão da redução do número de coletividades, de tudo aquilo que tinha estado envolvido, mas estariam lá para fazer a avaliação no final. A verdade era que isso iria impedir quem participava de estar a viver e a vibrar nessa participação.

A informação que tinha era que iria ser construído um pavilhão ou uma tenda à parte, para as pessoas poderem visualizar o desfile. Isso descaracterizava completamente aquilo que era uma tradição do nosso concelho havia muitos anos. Queria ali recordar, naquele triste momento, aquela que tinha sido a grande impulsionadora das marchas em Setúbal, a saudosa Paula Costa, essa sim, uma verdadeira vereadora da Cultura que ainda era reconhecida por todas as coletividades a nível do concelho. Ainda era reconhecida como, realmente, uma grande vereadora, a vereadora da Cultura. Efetivamente, aquela era uma situação que a eles, enquanto setubalenses, os entristecia. Era setubalense e ficava triste. Na bancada do Partido Socialista eram todos setubalenses e ficavam tristes com aquilo que estava, naquele momento, a acontecer.

Para terminar, havia uma coisa, no meio daquilo tudo, algo que conseguiam retirar como positivo. Era que Manuel de Mata Cáceres e a gestão do Partido Socialista tinham sido criticados durante anos, mas a verdade era que, mais de 20 anos depois, tinha sido precisamente uma obra deixada pelo Partido Socialista, com a marca do Partido Socialista e com a marca de Mata Cáceres, que iria servir para precisamente levar à concretização desse evento, porque não havia outro espaço na cidade com capacidade para o realizar, pelo menos na visão deles. Na deles existiria. Não iriam ali, obviamente, transmitir, mas, na visão da CDU, o único espaço que existia, naquele momento, em Setúbal, era, efetivamente, um pavilhão que tinha sido construído no tempo do Partido Socialista. Portanto, era uma obra que tinha sido deixada pelo PS e que estava a ser utilizada de forma indevida, para o desfile das marchas populares.

Mas, sobre isso, estariam lá, para fazer a avaliação no devido tempo, como estariam para fazer a avaliação sobre outros processos que estavam sobre a alçada do mesmo vereador, o vereador que tinha o pelouro dos Direitos Sociais, o vereador que tinha o pelouro da Cultura, o vereador que tinha o pelouro do Desporto, o vereador que era responsável pela organização da Feira de Sant'ago. Estariam lá na altura certa, para fazer a avaliação política, obviamente, porque nada daquilo era pessoal - porque, pessoalmente, tinha ele e tinham todos uma enorme consideração pelo senhor vereador que tinha essa responsabilidade -, mas, politicamente, obviamente, essas questões tinham que ser ali trazidas e não podiam, naquele momento, deixar de dizer o enorme erro que era levar para o Pavilhão Municipal das Manteigadas esse evento. Quanto ao valor, os vereadores do Partido Socialista, obviamente, iriam votar favoravelmente, não era isso que estava em causa.

Sra. Vice-Presidente – Disse que estavam todos em constante avaliação.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, muito rapidamente, em primeiro lugar, agradecia as palavras do Vereador Fernando José e, se tinha consideração pessoal, havia uma coisa que lhe pedia, era que respeitasse, porque tinha começado logo, ao início da reunião, por não respeitar com abordagens laterais sobre aquela matéria, ainda num início muito prematuro, mas, de qualquer forma, agradecia as suas palavras.

Um segundo aspeto, era que, se quisesse aceitar essa sugestão, também seria bom que, sem prejuízo de achar muito bem que fizessem a avaliação, quer das marchas quer da Feira de Sant'Iago, mas que, antes de o fazerem, o senhor vereador não condenasse. Os senhores Vereadores do PS e, em particular, o Sr. Vereador Fernando José, tinha como princípio, quer naquela matéria quer em outras matérias, primeiro condenar. Primeiro fazia a afirmação condenatória e depois, a seguir, fazia a avaliação e a disponibilidade para fazer a crítica. Achava que, com toda a legitimidade que tinha de fazer as suas apreciações, também seria de bom tom que, no mínimo, aceitasse aquilo que era proposto, sem prejuízo da opinião, e que, depois, no momento certo, como já tinha colocado, então fizessem a avaliação.

Um segundo aspeto era que assumiria, quer naquela matéria quer em todas as matérias, a responsabilidade política dos seus atos. Sempre o tinha feito e fá-lo-ia sempre. Portanto, sobre essa questão que ficasse ali claro que chegaria o tempo da avaliação e cada um tiraria as ilações que queresse tirar. O que importava, naquela matéria, era que também soubessem salvaguardar o movimento associativo e que aquela sistemática abordagem de querer colocar o movimento associativo em permanente guerrilha, em permanente questionamento sobre todas as matérias, e, muitas vezes, até, sobre uma informação que não correspondia à realidade, não contribuía. Acreditava que não contribuía, independentemente das opiniões que se tivesse, das abordagens que se tivesse, dos pensamentos que se tivesse, era óbvio que havia dirigentes das coletividades que tinham pensamentos diferentes.

Para que ficasse claro para todos os vereadores e para o público presente, queria dizer ao Sr. Vereador Fernando José que aquela solução não tinha sido imposta. O senhor vereador não tinha estado presente na reunião que tinha sido realizada pelos serviços da Câmara Municipal de Setúbal em que tinha sido apresentada a solução Pavilhão das Manteigadas. Aliás, o senhor vereador teria tido um pequeno lapso na sua abordagem, no elogio ao Presidente Mata Cáceres. Teria sido um lapso dizer que, se calhar, não tinham alternativas, mas, aproveitando a pergunta dirigida pelo Vereador Paulo Calado, queria responder à questão.

Tinham considerado que, objetivamente, as circunstâncias e as condições securitárias em que se encontrava a Praça de Touros Carlos Relvas não garantiam, objetivamente, por questões do acesso aos sanitários, por questões de acessos do público, não garantiam naquela fase, face às necessidades objetivas para que a praça estivesse acessível, as condições para a realização de um evento como as Marchas Populares. Portanto, considerando o que estava em cima da mesa, tinham tido de partir para outras soluções.

O Sr. Vereador Fernando José, imediatamente, tinha dito "*que erro grave*" e, portanto, como não podia deixar de colocar, voltava a dizer que assumia as responsabilidades sobre essa matéria. Estavam a discutir o preço dos bilhetes, mas tinha querido fazer ali aquele discurso sempre muito dos erros e da falta de perceção, mas queria dizer-lhe que os serviços da Câmara Municipal de Setúbal, também em conjunto com um conjunto de entidades, tinham feito uma análise de vários cenários, de várias possibilidades: Se devia ser um espaço fechado, se devia de ser um espaço aberto e que soluções é que tinham.

Portanto, partir do pressuposto de que essa decisão tinha sido uma decisão absolutamente impositiva, que se tinha decidido pelo Pavilhão das Manteigadas, que não se tinha ouvido ninguém, que não se tinha avaliado mais nenhuma soluções, fosse em espaço fechado ou fosse em espaço aberto, não correspondia à verdade. Aliás, queria dizer ao senhor vereador que, naquele momento, teria as suas fontes e era uma pessoa bem formada e ainda bem que assim era, mas também valia a pena serem rigorosos. Queria dizer-lhe que, na visita técnica realizada com as diferentes marchas ao Pavilhão das Manteigadas, onde as várias marchas tinham colocado questões técnicas - questões de som, questões de insonorização, a questão dos acessos -, nessa reunião técnica as marchas tinham ficado satisfeitas com a solução que tinha sido encontrada.

Depois disso, apenas uma marcha tinha dito que achava que aquela solução poderia não ser a melhor. Essa circunstância correspondia à ata da informação sobre o levantamento das questões. Portanto, se o senhor vereador lhe quisesse imputar a ele a responsabilidade poderia imputá-la. Lá estaria para, no final desse processo, avaliar e dizer: *“Olhe, foi uma boa solução, não foi uma boa solução”*. Queria recordar ao Sr. Vereador Fernando José, porque sabiam que era uma pessoa assídua às Marchas Populares, sobretudo quando chegavam ao período das eleições, mas queria convidá-lo para no dia 25 de junho e no dia 2 de julho estar com eles, quer na Avenida Luísa Todi, quer, posteriormente, no Pavilhão das Manteigadas e, aí sim, avaliarmos.

Queria recordar-lhe, por exemplo, que a abertura da Cidade Europeia do Desporto tinha sido realizada no Pavilhão das Manteigadas. O senhor estava a dizer: *“Não tens outro!”* Era esse o tom para as pessoas em casa dizerem que era assim que o Sr. Vereador Fernando José abordava. Era óbvio que existiam outras possibilidades e que tinham sido enquadradas. Se o quisesse deixar terminar, para, depois, se quisesse, colocar outras questões... Aliás, mais do que isso, tinha havido questões que até tinham sido retiradas como solução. Podia, por exemplo, exemplificar que tinha havido marchas que, à cabeça, tinham logo dito: *“Por favor, não queremos uma praça de touros amovível, porque essa solução é uma solução que não corresponde ao interesse relativamente às marchas”*. Imediatamente tinham colocado essa possibilidade e, portanto, essa solução, dentro daquilo que tinham sido as propostas, até porque, como o senhor vereador sabia, havia um conjunto de necessidades logísticas para a componente do segundo momento.

Só a *talhe de foice*, percebia que Setúbal era Setúbal e era a nossa identidade. Como era sabido, em outros locais, como era o caso de Lisboa, para não citar outros, as coreografias tinham-se realizado durante muitos anos no Pavilhão Carlos Lopes e, mais recentemente, realizavam-se no Pavilhão Altice Arena e, que soubesse, de Alfama ao Altice Arena não era propriamente ao lado ou da Bica ao Altice Arena também não era ao lado.

(O que pedia à senhora vereadora, para além do sarcasmo do seu sorriso, era que, relativamente àquela matéria, também pudesse trazer um bocadinho de contributo).

O senhor vereador apelava ao diálogo, apelava a construções coletivas, mas também lhe pedia respeito e consideração. Lá estariam, depois disso, para avaliar. Era o primeiro a dizer: *“Cá estaremos, para, depois, avaliar”*. O senhor vereador não podia era dizer aquilo que não era verdade e não podia dizer que as entidades tinham discordado daquela solução quando isso não correspondia à verdade, quando tinha sido feita uma visita técnica com todas as entidades, com várias pessoas das entidades e tinham ficado agradadas com a solução, tendo colocado à cabeça um conjunto de necessidades técnicas.

Para concluir, aproveitava para dizer que aquela solução não era definitiva. Era uma solução que se tinha encontrado. Face às circunstâncias da impossibilidade da utilização da Praça de Touros Carlos Relvas, tinham considerado que era aquela que reunia melhores soluções.

Deixava ao senhor vereador a pergunta: Qual era a proposta do Partido Socialista? Que lhes dissessem qual era a proposta que o Partido Socialista tinha, em alternativa à utilização do pavilhão, como uma boa proposta para a realização do segundo momento das Marchas Populares de Setúbal.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que percebiam a exaltação do Sr. Vereador Pedro Pina, realmente era um tema complexo e tinha vários temas complexos sob a sua alçada. Vir convidá-lo para participar nas marchas? Ainda o Sr. Vereador Pedro Pina não sabia onde é que era Setúbal já ele cá andava. Vir falar-lhe a ele de marchas populares, ele que, durante 12 anos, tinha sido presidente de uma coletividade em Setúbal? Achava que o senhor vereador estava um pouco deslocado. Todos os anos participava nas marchas, não marchando, que não tinha muito jeito, mas, obviamente, assistindo às marchas. Portanto, essas questões do vir perto das eleições a eles, vereadores do Partido Socialista, não colava, porque eles eram de Setúbal. Eram de Setúbal e andavam cá havia muitos anos. Portanto, não valia a pena entrar por esse caminho, porque era um caminho que o senhor vereador não iria conseguir trilhar.

Percebiam que, ao fim de 20 anos, o único espaço que tivessem para apresentar fosse o Pavilhão Municipal das Manteigadas. Era uma obra do Partido Socialista. Existiam muitos pavilhões municipais parecidos com o das Manteigadas em Lisboa, mas vir comparar o Pavilhão Municipal das Manteigadas com o Altice Arena devia ser uma anedota. Portanto, certamente que não tinha sido isso que o senhor vereador tinha querido dizer, mas tinha sido isso que tinha acabado por resultar da sua intervenção.

Poderíamos já ter, realmente, um pavilhão multiusos que servisse para esse tipo de iniciativas, mas não tínhamos, porque as opções que tinham sido feitas tinham sido opções erradas no orçamento, durante mais de 20 anos.

Terminava dizendo que o Sr. Vereador Pedro Pina vinha, naquele momento, depois das portas arrombadas, pedir ajuda aos vereadores do Partido Socialista, para indicarem uma solução. Aconselhava a que o Sr. Vereador Pedro Pina seguisse o exemplo do seu camarada Carlos Rabaçal e tentasse dialogar com a oposição antes daquelas questões, que eram, obviamente, questões relativas a processos complexos. Tentasse dialogar com a oposição. Não o tinha feito na redução do número de dias da Feira de Sant'Iago, coisa que a anterior presidente tinha feito. Apesar de todas as divergências que sempre tinham tido com a anterior presidente, tinha sido algo que a Dra. Maria das Dores Meira tinha feito, antes de reduzir o número de dias da feira tinha tido ocasião de falar com a oposição.

Na questão das marchas, o senhor vereador podia ter tido também a oportunidade de falar com eles, mas não o tinha feito. O senhor vereador nem sequer tinha tido a deferência de olhar para o executivo que não estava a tempo inteiro de uma forma diferente, como deveria ter nas iniciativas que iam decorrendo no município. No tempo da Dra. Maria das Dores Meira, voltava a dizê-lo, com todas as diferenças, isso sempre tinha acontecido e, portanto, nunca os vereadores do Partido Socialista se tinham sentido excluídos de qualquer iniciativa realizada no município.

O senhor vereador estava a tempo de mudar a sua postura, porque tinha excluído os vereadores do Partido Socialista de eventos desportivos, de eventos culturais e, até, da participação naquelas soluções. Estava a tempo, seguisse o exemplo da sua camarada e eles também lá estariam para, com ele, caminhar lado a lado e, apesar de todas as divergências que certamente teriam, poderiam encontrar soluções, aliás, como tinha acontecido na última reunião da Câmara, em que tinham suspenso a reunião e, em privado, tinham conseguido encontrar uma solução. Era assim que queriam continuar, em diálogo, mas parecia que alguns não tinham percebido ainda que aquele era o tempo de agir em diálogo e na busca de consensos.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que percebiam que o PS não tinha alternativa. Aliás, havia uma coisa que era certa, era que não iriam fazer as marchas no pavilhão proposto pelo senhor vereador no Largo José Afonso. Isso garantidamente que não iria ser feito. Não tinham falado com ele porque, como tinha dito, já não era dirigente e, portanto, já não marchava. Se marchava não era com eles. Haveria de marchar com outros, mas com eles não marchava. Portanto, queria só dizer que o senhor vereador estava errado, naquela matéria tinham falado com quem tinham de falar.

O senhor vereador tinha, às vezes, alguns traços, alguns laivos preconceituosos, mas o que lhe queria dizer era que a Câmara Municipal - já que era tão bem informado, que se informasse sobre essas matérias - tinha falado, no seu entender, com quem tinha que falar, que era com as coletividades que estavam a participar no certame. Disso o senhor vereador podia ter a certeza e assumia-o ali. Tinha sido com elas que se tinha encontrado aquela solução. O senhor vereador tinha falado, falado e falado e não tinha apresentado nada. Que dissesse ali que a solução era A, B ou C. O senhor vereador não a tinha e, portanto, tinha sido retórica a sua intervenção, mas contava com ele lá nas marchas.

Sra. Vice-Presidente – Disse ao Sr. Vereador Fernando José que os convites da Câmara Municipal eram elaborados pela Divisão de Protocolo. Existia uma Divisão de Protocolo que

fazia os convites - achava que essa informação era importante ser dada a todos - e quando os convites saíam era para todos.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

136. Deliberação n.º 1960/2022 – Proposta n.º 52/2022 – DCDJ/DICUL – Comissão de Festas do Novo Círio da Nossa Senhora da Arrábida – Pedido de apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 206 e 207, não tenho havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

137. Deliberação n.º 1961/2022 – Proposta n.º 53/2022 – DCDJ/DICUL – Comissão de Festas do Senhor Jesus do Bonfim – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 208 e 209, não tenho havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

138. Deliberação n.º 1962/2022 – Proposta n.º 54/2022 – DCDJ/DISOC – Aceitação de doações – Atendimento Municipal a Pessoas Refugiadas da Ucrânia

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 210 a 213, não tenho havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

139. Deliberação n.º 1963/2022 – Proposta n.º 55/2022 – DCDJ/DIMEF - Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – Abril e maio de 2022

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 214, não tenho havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

140. Deliberação n.º 1964/2022 – Proposta n.º 361/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável sobre a ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei 70/2015 de 16 de julho - Processo n.º 439/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 215 e 216.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que era para propor que as propostas do ponto 140 da ordem de trabalhos até ao ponto 181, inclusive, fossem votadas em bloco. Da parte deles, não viam nenhum problema em que pudessem ser votadas conjuntamente.

Sra. Vice-Presidente – Perguntou se a bancada do Partido Socialista tinha alguma objeção a essa metodologia. Estavam a falar da deliberação 1964 até à deliberação 2005, inclusive. Não sabia se a Sra. Vereadora Rita Carvalho tinha alguma objeção ou se queria realçar alguma proposta.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não tinha nada a objetar. Só queria referenciar que iriam aprovar em bloco 43 propostas desenvolvidas pelos serviços que eram muito intensas do ponto de vista da exigência técnica e que se referiam às intervenções dos particulares a decorrer no concelho.

Sra. Vice-Presidente – Disse que nunca era demais relembrar, ainda iam a tempo do vento mudar relativamente a certas matérias.

Submetidas a votação foram as propostas da deliberação 1964 até à deliberação 2005 aprovadas, por unanimidade e em minuta.

141. Deliberação n.º 1965/2022 – Proposta n.º 362/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável sobre a ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei 70/2015 de 16 de julho - Processo n.º 450/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 217 e 218 (ver ponto 140).

142. Deliberação n.º 1966/2022 – Proposta n.º 363/2022 – DURB – Concessão da licença de construção - Processo n.º 79/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 219 (ver ponto 140).

143. Deliberação n.º 1967/2022 – Proposta n.º 364/2022 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção para obras de reconstrução e ampliação de edifício existente - Processo n.º 153/19

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 220 (ver ponto 140).

**144. Deliberação n.º 1968/2022 – Proposta n.º 365/2022 – DURB/DIGU –
Concessão da licença para construção de garagem e muros de vedação -
Processo n.º 349/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 221 (ver ponto 140).

**145. Deliberação n.º 1969/2022 – Proposta n. 366/2022 – DURB/DIGU –
Concessão da licença para construção de moradia unifamiliar com piscina
e muros - Processo n.º 430/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 222 (ver ponto 140).

**146. Deliberação n.º 1970/2022 – Proposta n.º 367/2022 – DURB/DIGU –
Concessão da licença para obras de alteração em moradia unifamiliar -
Processo n.º 2/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 223 (ver ponto 140).

**147. Deliberação n.º 1971/2022 – Proposta n.º 368/2022 – DURB/DIGU –
Concessão da licença para alterações de moradia unifamiliar existente -
Processo n.º 265/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 224 (ver ponto 140).

**148. Deliberação n.º 1972/2022 – Proposta n.º 369/2022 – DURB/DIGU –
Concessão de licença especial de obras inacabadas - Processo n.º 33/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 225 (ver ponto 140).

**149. Deliberação n.º 1973/2022 – Proposta n.º 370/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção
para alterações em edifício multifamiliar - Processo n.º 60/61**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 226 (ver ponto 140).



**150. Deliberação n.º 1974/2022 – Proposta n.º 371/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro
de vedação - Processo n.º 520/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 227 (ver ponto 140).

**151. Deliberação n.º 1975/2022 – Proposta n.º 372/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem e muro de
vedação - Processo n.º 94/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 228 (ver ponto 140).

**152. Deliberação n.º 1976/2022 – Proposta n.º 373/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro
de vedação - Processo n.º 80/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 229 (ver ponto 140).

**153. Deliberação n.º 1977/2022 – Proposta n.º 374/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em
moradia - Processo n.º 509/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 230 (ver ponto 140).

**154. Deliberação n.º 1978/2022 – Proposta n.º 375/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alpendre e piscina -
Processo n.º 67/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 231 (ver ponto 140).

**155. Deliberação n.º 1979/2022 – Proposta n.º 376/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura – Legalização de anexo, telheiro e
piscina - Processo n.º 32/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 232 (ver ponto 140).



**156. Deliberação n.º 1980/2022 – Proposta n.º 377/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de piscina, anexo e
canil - Processo n.º 497/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 233 (ver ponto 140).

**157. Deliberação n.º 1981/2022 – Proposta n.º 378/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de moradia - Processo
n.º 427/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 234 (ver ponto 140).

**158. Deliberação n.º 1982/2022 – Proposta n.º 379/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura para construção de três edifícios
destinados aos usos de comércio, serviços e restauração - Processo n.º
550/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 235 (ver ponto 140).

**159. Deliberação n.º 1983/2022 – Proposta n.º 380/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação condicionada do projeto de arquitetura para construção de uma
moradia unifamiliar - Processo n.º 1/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 236 (ver ponto 140).

**160. Deliberação n.º 1984/2022 – Proposta n.º 381/2022 – DURB/DIGU –
Legalização de moradia unifamiliar, licenciamento de moradia unifamiliar e
muro de vedação confinante com a via pública - Processo n.º 114/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 237 (ver ponto 140).

**161. Deliberação n.º 1985/2022 – Proposta n.º 382/2022 – DURB/DIGU –
Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio,
introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 220/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 238 (ver ponto 140).



162. Deliberação n.º 1986/2022 – Proposta n.º 383/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 73/18

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 239 (ver ponto 140).

163. Deliberação n.º 1987/2022 – Proposta n.º 384/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 95/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 240 (ver ponto 140).

164. Deliberação n.º 1988/2022 – Proposta n.º 385/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 101/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 241 (ver ponto 140).

165. Deliberação n.º 1989/2022 – Proposta n.º 386/2022 – DURB/DIGU – Indeferimento do licenciamento da legalização de telheiros - Processo n.º 340/19

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 242 (ver ponto 140).

166. Deliberação n.º 1990/2022 – Proposta n.º 387/2022 – DURB/DIGU – Informação prévia, ao abrigo do art.º 14º do RJUE, para realização de operação de loteamento – Processo n.º 15/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 243 (ver ponto 140).

167. Deliberação n.º 1991/2022 – Proposta n.º 388/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de planta de síntese de alvará de loteamento - Processo n.º 811/95

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 244 (ver ponto 140).



**168. Deliberação n.º 1992/2022 – Proposta n.º 389/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação às alterações ao alvará de loteamento n.º 8/97 - Processo n.º
837/96**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 245 (ver ponto 140).

**169. Deliberação n.º 1993/2022 – Proposta n.º 390/2022 – DURB/DIGU –
Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do
RJUE - Processo n.º 34/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 246 e 247 (ver ponto 140).

**170. Deliberação n.º 1994/2022 – Proposta n.º 391/2022 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 150/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 248 (ver ponto 140).

**171. Deliberação n.º 1995/2022 – Proposta n.º 392/2022 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de reconstrução, alteração e
ampliação - Processo n.º 25/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 249 (ver ponto 140).

**172. Deliberação n.º 1996/2022 – Proposta n.º 393/2022 – DURB/GAPRU –
Aprovação do projeto de arquitetura – Alterações de fachada e mudança de
uso - Processo n.º 86/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 250 (ver ponto 140).

**173. Deliberação n.º 1997/2022 – Proposta n.º 394/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção, referente à alteração e ampliação da
edificação - Processo n.º 101/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 251 (ver ponto 140).



174. Deliberação n.º 1998/2022 – Proposta n.º 395/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de demolição, alteração, ampliação e reconstrução da edificação habitacional - Processo n.º 20/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 252 (ver ponto 140).

175. Deliberação n.º 1999/2022 – Proposta n.º 396/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reconstrução, alteração de edifício habitacional - Processo n.º 112/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 253 (ver ponto 140).

176. Deliberação n.º 2000/2022 – Proposta n.º 397/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reconstrução e alteração de edifício habitacional - Processo n.º 421/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 254 (ver ponto 140).

177. Deliberação n.º 2001/2022 – Proposta n.º 398/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 13/87 - Processo n.º 228/77

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 255 (ver ponto 140).

178. Deliberação n.º 2002/2022 – Proposta n.º 399/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria - Processo n.º 234/18

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 256 e 257 (ver ponto 140).

179. Deliberação n.º 2003/2022 – Proposta n.º 400/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 20/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 258 (ver ponto 140).

180. Deliberação n.º 2004/2022 – Proposta n.º 401/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 37/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 259 e 260 (ver ponto 140).

181. Deliberação n.º 2005/2022 – Proposta n.º 402/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 39/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 261 e 262 (ver ponto 140).

182. Deliberação n.º 2006/2022 – Proposta n.º 403/2022 – DURB/DIMOT – Implementação de sinalização vertical de “proibição de exceder a velocidade máxima de 30 km/h.” e horizontal, na Rua Carmelindo Elias

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 263 a 265, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

183. Deliberação n.º 2007/2022 – Proposta n.º 404/2022 – DURB/DIMOT – Memorando de entendimento entre o Município de Setúbal e a Bolt para a instalação e operação de sistema de trotinetes elétricas de uso partilhado na cidade de Setúbal pelo período adicional de 12 (doze) meses – Prolongamento

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documentos anexo registados sob os n.ºs 266 e 267.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que aquela matéria já tinha sido discutida no dia 17 de novembro de 2021, quando tinha sido aprovado mais um período de 6 meses para aquele protocolo que vinha para ser renovado. A questão era que já tinha levantado, nessa altura, as questões relativamente à forma como aquilo devia ser, ou não, licenciado, se devia ser, ou não, lançado um procedimento concursal. Recordava-se, porque tinha ido fazer a procura na ata respetiva, que até tinha sido exigido por ele que houvesse um parecer, porque tinha sido invocado um parecer jurídico e, naquele momento, tinha-lhe parecido que era suficiente para fundamentar a matéria.

Vir, naquele momento, outra vez, por mais um ano, por mais 12 meses, a manutenção daquele protocolo, para aferir, no fundo, do funcionamento daquele sistema, também, enfim, conciliando isso com a nova concessão ou com o novo sistema de mobilidade no concelho, levantava-lhe algumas questões, porque, no fundo, era mais um ano. Só estavam a permitir que um operador pudesse trabalhar no concelho e estavam, ao mesmo tempo, a reconhecer, com aquela proposta, que aquilo estava sujeito à contratação pública. Portanto, estava sujeito à concorrência, como era óbvio, estaria sempre. Portanto, não sabia se não seria melhor, pelo menos, encurtar esse prazo ou ficar ali um compromisso de que o concurso seria lançado até dali a 6 meses ou coisa assim, porque, se não, havia o risco de voltarem à mesma situação dali a um ano.

Não sabia o que é que estava pensado, em concreto, durante esse período de execução, mas pensava que, inclusivamente, a questão da integração no Passe Navegante, que era algo que podia fazer sentido, não tinha nada que ver, na realidade, com a questão do Passe Navegante. A questão do Passe Navegante não tinha nada que ver com a questão da concorrência nem com a questão do concurso que tinha de ser lançado. Se, de facto, se conseguisse relacionar uma coisa com a outra, enfim...

Achava que estavam a navegar por águas um bocadinho turvas. Já tinha alertado para isso na última vez. Apesar do parecer do advogado Dr. Rui Ferreira, uma pessoa que lhe merecia muita consideração, pensava que deviam fixar um prazo para lançar um procedimento,

porque, no fundo, o que estavam a fazer era um ajuste direto, sem respaldo do Código da Contratação Pública, sem sequer o mencionar, e não estava excluída aquela matéria. Achava que se tinha feito entender, mais ou menos, quanto às dúvidas que tinha.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, efetivamente, era suposto ou esperariam que naquela fase estivessem a falar sobre o lançamento do concurso, para que houvesse um operador escolhido em concurso público e não uma renovação de um monopólio de utilização do espaço público com uma empresa, sendo que essa renovação do monopólio era feita por meros memorandos de entendimento.

Estavam, na verdade, perante uma opção de micromobilidade que era interessante, mas não podiam afirmar que se constituía, efetivamente, como uma alternativa à utilização do transporte individual. Dizia-o, acima de tudo, por três ordens de razões: Em primeiro lugar, porque era um meio de transporte apetecível para fazer deslocações curtas - diria, até, que, na maioria das vezes, demasiado curtas - para justificar a utilização do carro, face às dificuldades de estacionamento. Em segundo lugar, porque, se fosse utilizado de acordo com as regras de segurança, só permitia o transporte de uma pessoa, e, em terceiro lugar - dizia-o pela observação que também fazia na cidade -, um número significativo de utilizadores ainda não tinha idade para ter carta e conduzir outros veículos, pelo que a alternativa seria o transporte público tradicional ou, então, fazer o percurso a pé.

Mas, como opção de micromobilidade interessante que era - dizia-o, também, enquanto utilizador e não, apenas, enquanto observador -, parecia-lhe particularmente relevante a evolução negativa que se tinha vindo a registar em, praticamente, todos os indicadores, entre setembro de 2021 e março de 2022. Tinha havido uma redução constante do número de utilizadores, do número médio de viagens por dia e, também, do número total de viagens e uma tendência significativa de decréscimo da distância média por viagem.

Podiam sempre argumentar que o efeito novidade se tinha ido diluindo ao longo do tempo, o que era verdade. Nos meses de inverno aquele era um meio de transporte menos apetecível, também era verdade. Eram argumentos naturalmente válidos, mas não podiam ignorar o facto do aumento do preço pela utilização das trotinetes, porque se, no início, a viagem se fazia por uns módicos 5 cêntimos por minuto, o que tinha ajudado também à difusão da apetência dos cidadãos - 4 cêntimos, como tinha notado a Vereadora Rita Carvalho -, o que tinha sido também um bom incentivo para que os cidadãos ganhassem apetência por aquele meio de transporte, naquele momento, utilizar uma trotinete custava 14 cêntimos por minuto, o que era mais do triplo do valor inicial.

Se, como a proposta referia, era relevante avaliar a oportunidade de o tarifário integrar ou poder ter vantagens no Passe Navegante - gostaria que a Sra. Vereadora Rita Carvalho pudesse, depois, aprofundar as vantagens que o Município teria em mente que não fossem a mera integração da utilização das trotinetes no Passe Navegante -, não seria menos importante saber se o operador pretendia introduzir novas alterações tarifárias no decorrer dos 12 meses seguintes, o período no qual vigoraria aquele memorando de entendimento, já que seriam sempre fundamentais essas eventuais alterações para a evolução do número de utilizadores, e, quanto à tarifação, o memorando de entendimento era absolutamente omissivo. Finalmente, de referir, também, que era fundamental que a atribuição de uma licença de operação daqueles equipamentos no concelho de Setúbal tivesse um princípio basilar que, naquele momento, não estava vertido no memorando de entendimento nem na forma como o operador atuava no concelho, que era a cobertura integral do território. Isso não acontecia no memorando de entendimento que terminava nem no que vigoraria nos 12 meses seguintes e isso era fundamental, primeiro porque não era aceitável que tivéssemos setubalenses de 1.ª e de 2.ª e, depois, porque o incentivo à utilização de meios de transporte alternativos dependia da disponibilidade desses mesmos meios de transporte. Ora, havia zonas da cidade em que, inexplicavelmente, não era permitido circular, estacionar ou parar uma trotinete, o que invalidava, naturalmente, a sua utilização, porque era necessário deixá-la ao redor do bairro para, depois, fazer o resto da deslocação a pé.

Isso, como era facilmente compreensível, limitava aquilo que era a utilização que pudesse ser dada a esses equipamentos e limitava, também, aquilo que era o acesso de alguma população da cidade a esse tipo de equipamentos e não era aceitável que tivéssemos cidadãos que eram considerados pelo operador ou que eram desconsiderados pelo operador como podendo ter acesso imediato, na zona onde viviam, na zona onde circulavam, a uma trotineta elétrica.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que, efetivamente, o Vereador Paulo Calado já tinha colocado essa questão e, na altura, ela própria lhe tinha mostrado um parecer jurídico, do Dr. Rui Ferreira, que justificava que, naquele enquadramento, enquanto se estavam a desenvolver os estudos e as considerações para desenvolver um procedimento concursal, podia ser, aquele memorando de entendimento tinha enquadramento, não era no Código de Contratação Pública, mas ficava essa possibilidade em aberto.

Efetivamente, os valores do 1.º semestre, comparativamente com os valores do 2.º semestre, eram muito diferenciados e eram diferenciados, na sua opinião, genericamente, por dois fatores, tinha deixado de ser novidade e tinha havido uma diferenciação na tarifa.

Com o Passe Navegante e com um novo serviço de transporte de passageiros que todos pretendiam mais eficaz, com a possibilidade de os utilizadores da Bolt – era essa a questão, a referência que estava ali relativamente ao Passe Navegante - poderem ter uma tarifa diferenciada de utilização das trotinetes e das bicicletas, era necessário aferir o resultado desses valores. Por exemplo, naquele momento, em abril, estavam em 7 mil utilizadores, tinham estado em agosto em 12 mil e podiam estar, dali a 6 meses, em 5 mil ou em 10 mil. Esses dados eram importantes, até para fazerem a definição dos critérios e dos pressupostos do concurso.

Efetivamente, na última deliberação, de dezembro, tinham considerado 6 meses. De qualquer forma, estava nas deliberações a ressalva da possibilidade de prorrogar aquele serviço por mais um período, ainda que não definido. Tinha sentido a necessidade de o fazer, porque, efetivamente, precisavam de ter dados mais concretos da utilização, precisavam de ter os elementos das peças concursais elaborados e precisavam de outra coisa - porque tinham sido otimistas e que tinham feito uma ponderação menos cuidada -, precisavam de um regulamento eficaz, que enquadrasse essa utilização.

O que tinham naquele momento eram normas, que eram eficazes, muitas delas até impostas pela Câmara e sugeridas à empresa, mas precisavam de transformá-las em regulamento, e, como era sabido, um regulamento não se fazia em menos de 6 meses. Era a elaboração do regulamento e, depois, os procedimentos formais: Publicação em “*Diário da República*”, ir à câmara, ter discussão pública, voltar à câmara, ir à Assembleia Municipal, publicação. Portanto, se não conseguissem ter dados objetivos para, por um lado, desenvolver o concurso e, por outro lado, ter uma proposta de regulamento que, no momento do concurso, cruzasse essa informação, aquele serviço não se mantinha ou não seria possível ter um serviço com a Bolt ou, obviamente, com qualquer outro operador. O que queriam era o operador que melhor servisse o território e que melhor servisse os utilizadores. Isso não se fazia em menos de um ano.

Sra. Vice-Presidente – Disse que ficava ali, então, aquele compromisso da Sra. Vereadora Rita.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que o senhor vereador tinha perguntado quanto à questão dos prazos. Dali a 6 meses tinha de haver uma proposta de regulamento, a ser submetida a reunião da Câmara, para dar início à discussão pública.

Sra. Vice-Presidente – Disse que ficavam ali aquelas notas da senhora vereadora, com esse compromisso subjacente.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

184. Deliberação n.º 2008/2022 – Proposta n.º 405/2022 – DURB/DIMOT – Alterações à Deliberação Municipal n.º 1252/2022, de 6 de abril - Modelo de mobilidade e acesso às praias do concelho de Setúbal “Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2022”

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Apresentou a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 268 e 269] e disse que aquela deliberação surgia da proposta apresentada na anterior reunião da Câmara, em que tinha ficado [estabelecido] um pressuposto de entendimento sobre o modelo de mobilidade e acesso às praias do concelho de Setúbal, o chamado “Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2022”. Portanto, face à reflexão havida, propunham as seguintes alterações:

- No ponto 3.2.2, que dizia respeito ao acesso ao Portinho da Arrábida, propunha-se que na ZAC 1, entre o cruzamento do acesso à praia do Portinho e a Casa do Gaiato, fossem integrados nas exceções os agentes de animação turística que se dedicavam à atividade de “coastering” devidamente credenciados;

Na gestão de acessos e credenciação, no acesso a Alpertuche e à ZAC 1, propunham-se acrescentar, na alínea c), os agentes de animação turística que se dedicavam à atividade de “coastering” devidamente credenciados (seria atribuído um cartão);

- No ponto 3.2.4, referente ao acesso à praia de Albarquel propunha-se que fossem integrados nas exceções os agentes de animação turística devidamente credenciados, com permissão de estacionamento, e, na atividade marítimo-turística, apenas para efeito de cargas e descargas, tomada e largada de passageiros;

- No ponto 6, referente ao parque de estacionamento da Arrábida, Praia da Figueirinha, Creiro e Portinho da Arrábida, a tarifa diária aplicada pelo estacionamento no parque de estacionamento do Creiro não seria aplicada aos agentes de animação turística devidamente credenciados, desde que estacionassem na bolsa de estacionamento criada para esse efeito. Face ao exposto, propunha-se a aprovação daquela alteração ao modelo do “Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2022”.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que ali estava mais um bom exemplo daquilo que era ter capacidade de ouvir as propostas que eram trazidas e as preocupações que eram trazidas pelos vereadores que, não estando a tempo inteiro na Câmara Municipal de Setúbal, não tendo pelouro, tendo as suas profissões, que iam para além da política - não era o seu caso, naquele momento era exercício político a 100 por cento, mas no caso dos seus camaradas de bancada – estavam atentos, estavam muito atentos àquilo que se ia passando na cidade. Os setubalenses e os azeitonenses iam-nos procurando, traziam-lhes as suas preocupações e eles vertiam nas reuniões da Câmara precisamente essas preocupações.

Na anterior reunião da Câmara tinham começado mal, no sentido de serem desvalorizadas as questões que ali tinham trazido, alegando que - aliás, como era apanágio de alguns vereadores - que se tinha conversado, tinha havido diálogo, havia sempre diálogo e era tudo conversado com toda a gente, mas, depois, vinha-se a verificar que, efetivamente, havia falta de diálogo.

Aquilo que queria dizer era que, efetivamente, da parte da Sra. Vereadora Rita Carvalho, com quem não tinham tido oportunidade de privar, de reunir, tinham ficado bastante agradados com a forma como a reunião tinha decorrido, como as questões tinham sido colocadas e como, de uma análise, se tinha verificado que, efetivamente, era possível melhorar uma proposta que tinha vindo a reunião da Câmara e que levantava vários problemas junto dos operadores turísticos, junto de quem estava no terreno.

A senhora Vereadora tinha tido, inclusivamente, ocasião de, com os serviços, reunir com os operadores antes da reunião que tinham tido - e bem -, tinham ouvido aí essas mesmas preocupações, tinham reunido depois, também, com o Vereador Paulo Calado e dessa reunião tinha resultado uma proposta.

Era assim que devia ser, agir em diálogo e na procura de soluções, das soluções que interessavam, efetivamente, a Setúbal e aos setubalenses. Nesse sentido, tinham ali uma boa proposta, que poderia, como a senhora Vereadora também já tinha reconhecido, ser ainda melhorada no ano seguinte. De qualquer maneira, iriam, obviamente, acompanhar e votar favoravelmente. Era isso que queriam, continuar a agir em diálogo e na procura de consensos que levassem à resolução dos problemas dos setubalenses e dos azeitonenses.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que queria só dar uma breve resposta à intervenção do Vereador Fernando José, que não podia dizer que tinha havido uma desvalorização da proposta, porque, se tivesse havido, não tinha havido uma tentativa de consensualização. O que tinha havido tinha sido uma série de questões que não tinham ficado claras nem tinham sabido ser expressas. O senhor Vereador sabia que não tinha conseguido justificar nem apresentar a proposta.

Ainda assim, aquela era, efetivamente, uma boa proposta, porque clarificava a anterior e porque não tinha e não repetia as irregularidades trazidas na proposta do PS. Portanto, anulava as irregularidades trazidas na proposta do PS. Ainda assim, como tinha dito na reunião, e como achava que devia ser a perspetiva deles na atuação diária: *“O que decidimos hoje tem que ser pensado e reponderado amanhã”*. Aquela era uma solução que lhes parecia viável. Estavam sempre a tempo de reponderar, de melhorar e de tomar novas decisões.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não era bem assim. Quando apresentaram a proposta – isso ficava gravado e, portanto, era fácil -, aquilo que a senhora Vereadora tinha começado por dizer tinha sido que os serviços já tinham reunido com os operadores e que tudo estava esclarecido, que não havia qualquer tipo de problema e que estava tudo bem. Tinha sido isso que tinha sido dito.

A verdade era que, depois de reunir com os serviços e, novamente, com os operadores, tinha-se vindo a verificar que existiam problemas. Por isso é que aquela proposta aparecia ali, porque eles tinham levantado a questão. Se eles não tivessem levantado a questão não haveria aquela resolução.

Portanto, aquilo que voltavam a referir era que, efetivamente, estavam ali com uma postura de construir em diálogo e na procura de consensos. Tinham a humildade democrática, aquilo que exigiam da parte da CDU era que também tivessem essa humildade democrática e que não existisse arrogância política, que era que tinha caracterizado os últimos anos.

O contexto político em Setúbal tinha mudado. Algumas pessoas ainda não se tinham habituado a isso e iriam ter de se habituar. Tinham 3 anos para se tentar habituar. Se não se habituassem, depois desses 3 anos também já não iriam ter outra oportunidade.

Aquilo em que acreditavam era que estavam, ainda, num caminho de continuar ali a construir consensos. Era nessa postura que os vereadores do Partido Socialista iriam continuar a agir na Câmara, na procura de soluções para Setúbal e para os setubalenses.

Portanto, aquele era um bom exemplo de uma proposta que era trazida à reunião da Câmara e que tinha sido consensual, tanto da parte do PSD como da parte do PS como da parte da CDU, através da Sra. Vereadora Rita Carvalho.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que iria ser muito sucinta, só utilizando as palavras do Sr. Vereador Fernando José: A procura de soluções era a procura do melhor para os setubalenses, com certeza, isso não era questionável por nenhum daqueles que estava ali à mesa.

Sra. Vice-Presidente – Disse que aquela era a última proposta. Rematava só que, com pelouro ou sem pelouro, todos estamos ali porque se tinham proposto a estar e porque tinham

aceitado aquelas funções. Pensava que todos os que estavam ali tinham essa consciência e, independentemente das condições, tinham de exercer o seu mandato de acordo com as responsabilidades para que se tinham proposto, independentemente, como já tinha dito, dos pelouros, de terem pelouros ou de não terem pelouros.

Quanto àquela questão, a CDU nunca se escusava à discussão das propostas nem aos melhoramentos das propostas, como já tinha sido, por variadíssimas vezes, ali demonstrado, na Câmara Municipal. Portanto, agradecia a todos e iria colocar à consideração a votação da última proposta.

Submetida à votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Paulo Alexandre Batista – Perguntou à Sra. Vice-Presidente se sabia o que era um contrato de habitação. Tinha de estar assinado. Se ele tinha assinado, o senhor vereador também tinha de o assinar. Não estava assinado, tinha o dedo marcado. Tinha pedido para falar com a advogada da Câmara, das habitações, no dia 13 do mês anterior, o mês de maio, e ela não o tinha contactado. Tinha ido aos serviços municipais e tinham-lhe dito que era com a Dra. Raquel. Aquilo era uma falsificação de um documento. O que a Câmara tinha era uma falsificação de um documento. Era um ladrão, chamava-lhe ladrão.

Sra. Vice-Presidente – Disse ao munícipe que já ali tinha estado noutras reuniões e já sabia como é que funcionava, não podia...

Sr. Paulo Alexandre Batista – Disse que lhe chamava ladrão. Era um ladrão, tinha mandado assaltarem-lhe a casa.

Sra. Vice-Presidente – Disse que o munícipe tinha liberdade para falar, mas tinha de respeitar todos. Pedia-lhe, por favor, que respeitasse todos.

Sr. Paulo Alexandre Batista – Disse à Sra. Vice-Presidente que pedisse o contrato à Câmara e o mandasse chamar. O contrato tinha o dia 13 e não tinha contrato nenhum. O que é que a psiquiatria tinha a ver com a sua casa? Andavam a dar-lhe cabo da cabeça. Andava a evitar ir ter com ele ou partir o carro dele todo. Estava a evitar isso. Aquilo era uma vergonha. Tinha um contrato assinado. Quando o contrato estivesse assinado ele assinava o contrato. À frente da Sra. Vice-Presidente, assinava o contrato. Se o contrato estivesse assinado, assinava-o. O que estava ali era uma falsificação de documento. Era uma vergonha. Que a Sra. Vice-Presidente pedisse o contrato à Câmara e mandasse chamá-lo.

Sra. Vice-Presidente – Perguntou ao munícipe se queria conversar sobre aquele assunto só ali ou se queria conversar com os serviços.

Sr. Paulo Alexandre Batista – Disse que a psiquiatria não tinha nada a ver com a casa dele. Se assinava ou não assinava, a psiquiatria não tinha nada a ver com isso. As assistentes sociais não tinham nada a ver com isso. A senhora da psiquiatria, no dia 11 do mês anterior, tinha-lhe dito para marcar uma entrevista com a Câmara. Tinha apresentado o contrato à assistente social da psiquiatria e ela tinha-lhe dito que na semana seguinte lhe telefonariam, mas ninguém lhe tinha telefonado. Tinha-lhe mostrado o contrato assinado. “Eles” tinham o contrato sim, mas com o dedo marcado.

Quando recebeu a carta do contrato da nova lei e tinha assinado o contrato, tinha vindo à Câmara em novembro de 2013, por marcação da Presidente da Câmara Maria das Dores Meira - o senhor vereador estava do outro lado, como é que tinha sido? No dia 28 de

dezembro: “Daqui a duas reuniões vá à Câmara que o contrato está feito”. Sabia quando é que o contrato tinha sido feito? Estava ali o contrato.

Intervenção ininteligível.

Sra. Vice-Presidente – Perguntou ao munícipe se achava que a Câmara Municipal não era uma pessoa de bem. Então, que esperasse só um bocadinho, porque iriam passar também a palavra as outras pessoas.

Sr. Luís Sousa Lopes – Disse que estava ali com uma menina que era sua filha, a única que tinha. O nome dela era Elisa e, naquele momento, para ele, ela era uma refugiada, não da guerra, mas do sistema em si.

Tinha estado ali no dia 4 do mês anterior, porque, naquele momento, estavam na rua, ele, a filha e a mulher. A mulher dele já ali tinha estado e já tinha falado, porque ele, nesse dia, tinha ido buscar a criança à escola e não tinha conseguido falar. Também frequentava um curso das 2 horas até às 8 horas e tinha tido de sair mais cedo para estar ali, porque estava desesperado.

Já tinha tentado de tudo, já tinha batido a todas as portas, até na junta de freguesia. Infelizmente, o Presidente tinha-se ido embora, mas queria que ele também estivesse presente, porque conhecia a história.

O Sr. Rabaçal tinha dito pouco antes que o Papa tinha abolido o Inferno, mas tinha de discordar. O Papa não conhecia o Inferno, o Papa viva num palácio que era o dobro ou o triplo daquele da Câmara Municipal. O Papa tinha empregados para tudo, até para vestir a batina. Ele não conhecia, andava num carro com banco aquecido, talvez porque lá fazia muito frio, em Roma, embora nunca lá tivesse estado.

Naquele momento estava na rua, já tinha batido a todas as portas, até na Segurança Social. A única solução que a sua técnica lhe tinha dado tinha sido ir para um abrigo. Pensando na criança, tinha aceitado ir para um abrigo. Tinha assinado o contrato e tudo e estava à espera de uma chamada dela para saber alguma coisa havia um mês. Ela tinha ido de férias uma semana e não o tinha contactado, nem dito nada. Naquele momento, estava com Covid.

Tinha lá estado naquele dia e também tinha estado na Câmara, porque no dia em que ali tinha estado o Sr. Rabaçal tinha-lhe conseguido fazer um agendamento com a Dra. Raquel. Tinha ido lá e tinha explicado a situação, embora tivessem falado mais sobre emprego. Tinha-lhe parecido que estava mais numa entrevista de trabalho do que, propriamente, num assunto social.

Não era uma pessoa preguiçosa. Naquele momento, estava a fazer um curso, porque lhe tinham oferecido um contrato de trabalho se tivesse certificado. Tinha lá ido fazer um curso de jardinagem, porque, se não tivesse certificado, o seguro não pagava em caso de doença ou caso tivesse um acidente de trabalho, porque trabalhava com máquinas de cortar relva e cortar sebes. Para operar essas máquinas pesadas tinha de ter um certificado, para poder fazer um seguro e ter as coisas legais. Já lá estava havia oito meses. Ia lá todos os dias. Às vezes, com fome, chegava lá e não tinha vontade de comer nesses dias.

Estava há três meses com aquele assunto, naquele estado. Infelizmente, já tinha feito a inscrição na Câmara há alguns anos. Naquela casa onde estava sempre explicou a situação. Quando fez a inscrição já estava lá a morar e a situação era conhecido, não era coisa nova. A casa era do banco e estava lá até o banco vender a casa. O banco estava à procura das pessoas e tinha estado lá quase 4 anos. Naquele momento, o dono tinha comprado e tinha-lhe dado um prazo para sair. Não conseguia arrendar uma casa porque estava desempregado e a sua mulher também.

O único rendimento que tinha era o RSI. Naquele momento, para arrendar uma casa, pediam o contrato de trabalho. Todos os dias, assim que encontravam Internet num sítio, passavam horas a tentar arranjar uma casa, mas era sempre pedido o contrato de trabalho, IRS e três recibos de vencimento, essas coisas todas.

Nunca tinha pedido nada. Já estava cá havia 10 anos e nunca tinha pedido nada, porque não sabia pedir, não lhe tinham ensinado isso. Os seus pais não lhe tinham ensinado isso. Mas, naquele momento, tinha tido de bater em todas as portas: Junta de Freguesia, Câmara Municipal, Segurança Social. Até o padre, que, lhe tinha dito que, infelizmente, não podia fazer nada. A sua técnica, assim que lhe tinha posto a situação no início, tinha-lhe dito que não podia fazer nada, que, infelizmente, tinha muitos casos daqueles. Nem sequer tinha pensado logo em fazer o pedido para ir para um abrigo, caso não tivesse outra solução.

Isso só lhe tinha sido proposto no início do mês anterior. Tinha-lhe perguntado: *“Por que é que a senhora não fez isso antes, antes de eu ir para a rua?”* - porque tinha estado sempre em contacto com ela – *“Ah, infelizmente, eu não sabia”*. Essa senhora era Assistente Social havia anos, não sabia que existia uma solução de a pessoa ir para um centro de abrigo, para não morar com uma criança na rua, dentro de um carro que tinha comprado por 600 euros, com tanto sacrifício?

Tinha estado quase 3 anos a juntar dinheiro para comprar aquele carro e quando o comprou tinha-se logo arrependido e tinha dito: *“Com esse dinheiro, caso aconteça alguma coisa e a criança ficar doente, os remédios das crianças são todos caros, como é que vou fazer?”* Naquele momento, via que tinha sido a melhor decisão que tinha tomado na vida. Tinha comprado um Peugeot 306 curtinho e era esse carro que era a morada deles.

Sra. Vice-Presidente – Perguntou ao munícipe se já tinha falado com o senhor Vereador.

Sr. Luís Sousa Lopes – Disse que já tinha conseguido falar com ele no dia em que ali tinha estado, no dia 4. Tinha sido através desse senhor que tinha conseguido chegar a uma pessoa que tratava mesmo do assunto da habitação, porque só chegava lá à funcionária e dali não passava. Chegava lá, contava a situação, escreviam no computador e davam-lhe um recibo de atendimento, tinha ali vários.

Sra. Vice-Presidente – Disse que, infelizmente, a situação era grave para várias pessoas. Aquilo que tinham estado ali a conversar havia pouco, relativamente às questões da habitação social, o Vereador Carlos Rabaçal tinha falado de todas as medidas que estavam a ser tomadas, daquilo que era a iniciativa da Câmara para poder fazer novas construções, iria resolver o problema, mas não iria resolver o problema naquele momento. Compreendiam isso e trabalhavam nesse sentido, mas, no imediato, não sabia se eles estavam inscritos na lista da Câmara, se já tinham as prioridades definidas.

Sr. Luís Sousa Lopes – Disse que já estavam inscritos na Câmara. Depois de ter falado com a Sra. Raquel, já tinha passado quase um mês. Tinha lá ido naquele dia, para saber se tinha alguma resposta. Ela estava a passar para ir a uma entrevista, tinha-o visto, tinha falado com ele e tinha-lhe dito que já tinha analisado o processo e já tinha atribuído nova pontuação. Infelizmente, estava à espera do vereador para assinar. Nem lhe tinha dito a pontuação que tinha sido atribuída de novo.

Sra. Vice-Presidente – Disse ao munícipe que, se calhar, era preciso fazer uma atualização e o ponto da situação, pelo que propunha que o senhor vereador combinasse.

Sr. Luís Sousa Lopes – Disse que a única coisa que queria pedir era que, por favor, o senhor vereador assinasse o documento para aceitar a proposta do número da pontuação, para tentar fazer o mais rápido possível. Se fosse só para os adultos, reviravam-se como podiam, mas tinham uma criança e, com aquela situação toda, estava a correr o risco de perder a criança por causa da assistente social, porque diziam que uma criança não podia estar no carro. Tinha sido isso que ela lhe tinha dito e tinha-lhe respondido: *“A senhora acha que isso não pode”*.

Sra. Maria Amália – Disse que, mais uma vez, tinha vergonha de ser portuguesa e de ouvir casos daqueles e com crianças e ela na mesma situação. Era uma vergonha. Tinha recebido uma carta que era: *“Reclamação da classificação de candidatura à atribuição de habitação municipal do regime de arrendamento apoiado - Alteração de pontuação: Informamos que, por despacho do Sr. Vereador Carlos Rabaçal de dia 21/4, a sua reclamação [não tinha feito reclamação nenhuma, simplesmente queria uma habitação e tinha pedido] da classificação de candidatura à atribuição de habitação municipal do regime de arrendamento apoiado [também não tinha pedido nem sabia o que isso era. Como era analfabeta, não entendia bem isso]. Face aos argumentos apresentados procedemos à reanálise da sua candidatura de acordo com os critérios resultantes da aplicação da matriz e (...) anexa do Regulamento de Acesso à Atribuição de Habitação Municipal de Setúbal, a pontuação obtida [era analfabeta, não tinha a 4.ª classe e também não sabia o que é que isso queria dizer] 3,50 pontos, para tipologia habitacional Tipo 1 [Acreditava que era só para uma pessoa, mas acontecia que os dados dos cartões não se podiam passar para ninguém. Tinha tido a seu cargo um esqueleto. Era vergonhoso e podiam dizer que era maluca, mas era capaz de estar um bocadinho maluca. Se calhar, um T1 era pequeno, teria de ser um T2, porque não tinha pedido T1. Se lhe estavam a dar o T1 para levar mais tempo, segundo o que tinha ouvido o Sr. Carlos Rabaçal falar, então que lhe dessem um T2, que talvez fosse melhor para resolver situação da habitação]. Com efeito, a sua candidatura será ordenada por ordem decrescente de pontuação, de acordo com o não-sei-quê Arrendamento Apoiado”*. Resumindo e concluindo, ainda estava na mesma. Por quanto tempo? Com o dinheiro que estava a dar às outras pessoas, que lhe fazia falta, podia dar-lhes a eles, para uma casa. Estavam a ajudar os outros a ganharem dinheiro em barracas. Não era dizer que compreendiam, era ter coisas no ato. Não lhe dissessem que não havia habitações em Setúbal ou nos arredores.

Sra. Vice-Presidente – Disse que, para além de dizer que compreendia a posição da munícipe e não era uma palavra vã, mas tudo isso que tinha lido era com base na lei e nos critérios - o vereador também já tinha dito isso muitas vezes -, não era o vereador que decidia quem ia para a frente e quem ia para trás. Todas essas (...) tinham critérios na lei e eram esses critérios que tinham de ser aplicados. Portanto, tinha sido com base nesses critérios que a munícipe tinha recebido essa carta. O senhor vereador poderia também ajudar e pedia sua ajuda, mas a questão da tipologia...

Sra. Maria Amália – Disse que, já agora, queria uma resposta do senhor vereador.

Sra. Vice-Presidente – ... também estava relacionada com o uso.

Sra. Maria Amália – Disse que se aquela era a tipologia mais difícil - que foi o que tinha percebido - era melhor ser para T2, visto ainda ter um esqueleto a seu cargo. Não sabia como é que tinham feito aquilo, qual tinha sido o engraçado ou a engraçada, mas pensava que não tinha sido dali, devia ser de outra parte do Estado

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a Sra. Amália já ali tinha ido uma vez, duas vezes, três vezes. Já tinha sido recebida na Câmara por ele, pela Dra. Raquel e por outros técnicos. Já lhe tinha sido explicado em pormenor qual era a situação. O ofício que ali tinha trazido era um ofício que, sem dúvida, poderia esclarecer na Habitação. O ofício era um ofício simples. A munícipe tinha reclamado da sua pontuação, a sua pontuação tinha sido reavaliada e tinha sido dada uma pontuação que estava ali. O ofício era tão simples quanto isso. A tipologia T1 era uma tipologia obrigatória para pessoas isoladas. Nesse sentido, tinha de aguardar que houvesse um T1. Portanto, não havia nenhuma falha de contacto com a munícipe, se havia pessoa informada era a Sra. Maria Amália.

Sra. Maria Amália – Disse que ficava à espera.



Sra. Vice-Presidente – Disse que, após a intervenção do público e das respostas possíveis, dava por encerrada a reunião. Se o Sr. Luís se pudesse ficar, para falar com o vereador, agradeciam.

A Sra. Vice-Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 21 horas e 57 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Vice-Presidente da Câmara,

Carla Alexandra Potrica Guerreiro

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 7 de dezembro, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 103 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Vice-Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio